

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

JOSÉ CÍCERO CORREIA

TRABALHO, SECA E CAPITAL: DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA
PAULO AFONSO À FÁBRICA DE LINHAS DA PEDRA (1878-1914).

(Volume único)

MACEIÓ
2015

JOSÉ CÍCERO CORREIA

TRABALHO, SECA E CAPITAL: DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA
PAULO AFONSO À FÁBRICA DE LINHAS DA PEDRA (1878-1914).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

(Volume único)

MACEIÓ
2015

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

C824t Correia, José Cícero.
Trabalho, seca e capital: da construção da Ferrovia Paulo Afonso à Fábrica de Linhas da Pedra (1878-1914) / José Cícero Correia. – 2015.
129 f. : il.

Orientador: Osvaldo Batista Acioly Maciel.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 112-118.
Anexos: f. [119]-[129].

1. Alagoas – Histórias, 1878-1914. 2. Sertão alagoano – Condições sociais.
3. Gouveia, Delmiro, 1863-1917. 4. Trabalhadores – Ferrovias. I. Título.

CDU: 981.35

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado

Errata: N° 05/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 14:00 horas, no laboratório de audiovisual do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), reuniu-se a Banca Examinadora designada para arguir a Dissertação de Mestrado de JOSÉ CÍCERO CORREA, sob o título "*Trabalho, seca e capital: da construção da ferrovia de Paulo Afonso à fábrica de linhas da Pedra (1878-1914)*", sendo a referida banca constituída pelos Professores: Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel - UFAL (Orientador), Dr. Antônio Alves Bezerra - UFAL (Avaliador Interno), Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira - UFAL (Avaliador Externo) e Dr. Golbery Luis de Moura Lessa - MPOC - INCRA (Avaliador Externo).

Após a avaliação, a Banca deliberou pela:

- Aprovação
 Reprovação

Professor(a) Orientador(a): Osvaldo Batista Acioly Maciel

Avaliador(a) Interno(a): ABO

Avaliador(a) Externo(a): José Alberto Saldanha de Oliveira

Avaliador(a) Externo(a): Golbery Luis de Moura Lessa

Maceió, 25 de agosto de 2015

Para Maurycília

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos pela FAPEAL que me concedeu uma bolsa que foi fundamental para a realização dessa pesquisa. Em seguida, ao professor Osvaldo Batista Acioly Maciel, que aceitou orientar-me em mais uma etapa da minha formação acadêmica. Agradeço também aos professores do Programa de Pós Graduação de História da UFAL, bem como aos amigos e colegas de sala de aula com os quais compartilhei parte desta empreitada, sintam-se todos citados aqui. A todos os meus familiares, em especial, a José Onaldo, meu pai, a Terezinha, minha mãe, a minha vó Aurelina, a minha tia Maria do Carmo e aos meus irmãos Manoel Messias e Maria Poliana.

Agradeço as pessoas que trabalham nas instituições que preservam a documentação fundamental para nossa história social, pois sem elas esta pesquisa não seria possível. Obrigado Meire, Vânia e Sol (IHGAL); Michele (APA). Nesse momento não poderia deixar de mencionar a minha gratidão a Caroline Fialho (PPGH-UFAL) pela presteza que sempre me atendeu quando precisei de algum documento ou informação referente ao curso.

O sertão não é um espaço simples. A simplicidade do sertão só a temos quando não nos aprofundamos no que o sertão é. Quando temos o sertão como algo a conhecer, como algo a estudar, quando o levamos a sério, com seus ciclos etnográficos e com seus ciclos históricos, descobrimos que o sertão não é fácil, é contraditório, é difícil na sua arcaicidade.

Dirceu Lindoso

RESUMO

O período entre 1878 e 1914 foi o momento em que se realizaram no sertão de Alagoas as ações mais efetivas de integração da região ao mercado mundial. A primeira iniciativa neste sentido foi a construção da ferrovia Paulo Afonso, entre os municípios de Piranhas-AL e Jatobá PE. Iniciada em 1878 e concluída cinco anos depois, a obra contou com a utilização da força de trabalho de milhares de retirantes refugiados da grande seca de 1877, que trabalhavam pela ração diária. Entre o final do século XIX e início do XX, a região vivenciou considerável crescimento populacional, houve também uma significativa expansão econômica, com destaque para o cultivo do algodão e a pecuária. Acreditamos que essa situação estrutural, aliada às vantagens econômicas garantidas pela oligarquia Malta tenham sido os principais motivos para mudança do capitalista Delmiro Gouveia do Recife para o sertão alagoano. Delmiro ascendeu econômica e socialmente com o comércio de peles, comprando-as nos interiores para exportação, principalmente para a Europa e os Estados Unidos. Porém, quando se muda para a vila da Pedra era declarado falido. No sertão de Alagoas Delmiro recompõe seu capital, e investe na construção de uma usina hidrelétrica e numa indústria têxtil, a primeira inaugurada em 1912 e a segunda em 1914. Ao entorno da fábrica ergue um núcleo fabril para alojar os operários, a maior parte desses era composta por emigrantes refugiados da seca de 1915. O núcleo da Pedra era apresentado como um exemplo “modelar” de sociedade, onde tudo e todos estavam voltados para produção de mercadorias, inclusive mulheres e crianças.

Palavras-chave: Sertão. Seca. trabalho e ferrovia.

ABSTRACT

The period between 1878 and 1914 was the moment that took place in Alagoas hinterland of the most effective actions to integrate the region to the world market. The first initiative in this direction was the construction of the Paulo Afonso railway, between the municipalities of Piranhas and Jatoba AL-PE. Begun in 1878 and completed five years later, the work included the use of the workforce of thousands of refugees of the great drought of 1877, who worked for the daily ration. Between the late nineteenth and early twentieth centuries, the region has experienced considerable population growth, there was also a significant economic expansion, especially the cultivation of cotton and livestock. We believe that this structural situation, combined with the economic benefits guaranteed by the oligarchy of Recife, have solidified the main reasons to change the capitalist Delmiro Gouveia of Recife for the Alagoas hinterland. Delmiro ascended economically and socially with the fur trade, buying them in the interior for export, mainly to Europe and the United States. However, when switching to the village Stone was declared bankrupt. In the backwoods of Alagoas Delmiro recomposed its capital, and invests in the construction of a hydroelectric plant and a textile industry, the first opened in 1912 and the second in 1914. At around the factory stands an industrial core to house the workers, most of these It consisted of drought refugees emigrants 1915. The core of the stone was presented as an example "model" society, where everything and everyone were on commodity production, including women and children.

Keywords: backcountry. dry. work and railway.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mercado do Derby, Recife, construído em 1899, na época subúrbio da cidade. (Fonte: Arquivo da Fundaj 2007.)	55
Figura 2 - Seção de torcedores (Fonte: Sant'Ana, 1996, p. 121)	95
Figura 3 - Seção de fusos (Fonte: Sant'Ana, 1996, p.122).....	95
Figura 4 - Quadro de horários (Fonte: Acervo do Museu Regional Delmiro Gouveia).....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de socorridos por localidade em Alagoas.....	23
Tabela 2 - Cargos de direção e pessoal da administração da EEPA.....	36
Tabela 3 - Número de retirantes socorridos pela administração da EFPA em 1878.....	38
Tabela 4 - Número de retirantes socorridos pela administração da EFPA em 1879.....	38
Tabela 5 - Quantidade de trabalhadores empregados em 1880.....	38
Tabela 6 - População do Sertão de Alagoas entre 1890 e 1920.....	43
Tabela 7 - População do Sertão de Alagoas no Censo de 1872.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Arquivo Público do Estado de Alagoas

BNDIGITAL – Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

CAFM – Companhia Agro Fabril Mercantil S/A.

EFPA – Estrada de Ferro Paulo Afonso

FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

ICHCA - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

PPGH – AL – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O SERTÃO ALAGOANO NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XIX.....	18
1.1 A seca de 1877 e seus desdobramentos na Província das Alagoas	19
1.2 As comissões de socorros públicos	23
1.3 A Colônia São Francisco	27
1.4 Estrada de Ferro Paulo Afonso: aspectos políticos e econômicos, e justificativa social.....	30
1.5 Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso	35
1.6 Aspectos gerais do Sertão alagoano no final do século XIX e início do XX.	42
2 DELMIRO GOUVEIA: TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DO INDUSTRIAL.....	49
2.1 Delmiro Gouveia: juventude e orfandade	49
2.2 O Mercado dos “Derbies” no Derby	53
2.3 Retornos, falência e mudança para Alagoas.	62
2.4 Alagoas, a Terra “Prometida”	68
2.5 A relação entre Delmiro Gouveia e a oligarquia Malta: as concessões por decretos	75
3 A FÁBRICA DA PEDRA E O COTIDIANO OPERÁRIO NO SEU NÚCLEO.....	83
3.1 A Fábrica da Pedra e o Núcleo Fabril através dos relatos de seus contemporâneos	83
3.2 As origens do operariado pedrense	87
3.3 O emprego de mulheres e crianças nas seções de produção da Fábrica da Pedra ..	93
3.4 A jornada de trabalho na Fabrica da Pedra	96
3.5 As “linhas” de coser e de conduta da Pedra.....	99
3.6 Vila operária e núcleo fabril: dois conceitos.	103
3.7 A função da educação escolar nas vilas e núcleos operários.....	105
3.8 Serviços essenciais e prazeres honestos	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

O uso do termo sertão na língua portuguesa nos remete a um período remoto entre os séculos XII e XIV, era utilizada para se referir a áreas situadas dentro de Portugal, porém localizadas longe de Lisboa, centro político e econômico do país. A partir do século XV, após a descoberta do “Novo Mundo”, a palavra passou a ser usada pelas autoridades lusitanas na América para designar extensas áreas afastadas do litoral e habitadas por nativos “selvagens” e animais ferozes, descritas como terras indomadas sobre as quais as autoridades portuguesas tinham pouca informação e controle.¹

Durante todo o período colonial brasileiro a categoria continuou sendo utilizada, preservando-lhes a significação negativa do termo original criado pelos lusitanos, ou seja, no Brasil o termo seguiu sendo usado para designar espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados. Se em Portugal o critério para se definir uma região como sertão era a distância que essa estava de Lisboa, no Brasil o critério estabelecido foi à distância entre essa e a costa marítima. De modo que, litoral e sertão são categorias ao mesmo tempo complementares e opostas.

Uma região expressava o avesso da outra. O litoral significava mais do que uma faixa de terra junto ao mar, tratava-se de espaço conhecido e delimitado, colonizado ou em processo de colonização, embora a maioria dos habitantes se tratasse de índios e negros, era dominado pelo branco, havia as condições favoráveis à cristandade, a cultura e a civilização. Já sertão era sinônimo de espaços ignotos, inacessíveis, isolados, ameaçadores, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, infiéis, ímpios, que desconheciam as benesses da religião, da civilização e da cultura.²

Mais de cinco séculos depois da chegada dos portugueses em terras tupiniquins, “sertão” continua presente no pensamento e no cotidiano do Brasil. É uma categoria espacial conhecida e utilizada em todas as regiões do País. É também uma categoria do pensamento social e da cultura brasileira presente na nossa historiografia desde as primeiras tentativas de elaboração de uma história nacional. Entre 1870 e 1940, o sertão chegou a constituir uma categoria essencial para a historiografia brasileira, esteve presente na análise de diversos

¹ Cf. AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Ponto de Vista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 148.

² IDEM, p. 149.

historiadores de distintas abordagens teóricas e metodológicas.³ Todavia, esses trabalhos desenvolvem explicações generalizantes, de modo que, o conceito de sertão é indistintamente usado para tratar de áreas que pouco tem em comum, como o oeste alagoano, os interiores dos estados de São Paulo e o do Rio Grande do Sul, por exemplo.

Ainda carecemos de estudos mais específicos para compreendermos a formação histórico-social dos vários sertões brasileiros, inclusive os vários sertões do semiárido nordestinos, que começaram a ser povoados desde o século XVI em função da caça ao índio e da conquista dos campos para a pecuária. Mas, o povoamento se intensificou a partir do século XVIII, incentivado pela expansão da cultura do algodão estimulada pela Revolução Industrial.⁴

A princípio o objetivo desta pesquisa era analisar e discutir o que significou a experiência industrial da Fábrica de Linhas da Pedra do ponto de vista do seu operariado. Interessava-nos saber como a implantação de uma fábrica têxtil em pleno sertão de Alagoas havia alterado o modo de trabalhar e viver de centenas de sertanejos, transformados de uma hora para outra de camponês em hábeis operários. Pretendíamos identificar os mecanismos e as estratégias utilizadas pelo fundador da fábrica, o capitalista Delmiro Gouveia, para atrair mão de obra operária, considerando que no início do século XX predominava na região atividade de natureza rural, como a agricultura e a pecuária. Preocupávamo-nos também saber se houve resistências desses trabalhadores em se adaptar ao modo de viver e de trabalhar que o setor industrial lhes exigia.

Mas a escassez de fontes para focar a experiência da Pedra de modo restrito nos induziu a um deslocamento, ou seja, continuamos focando a experiência industrial na vila da Pedra, mas a partir de uma abordagem mais ampla considerando o entorno social, geográfico e espacial desta. O foco da nossa análise passou a ser o sertão de Alagoas, e para tanto foi necessário um recuo temporal que se justifica em função de que a conjuntura da construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso articula duas dimensões importantes para entendermos a

³ Cf. ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1982. (113-168, 231-234) 337 p. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia Das Letras, 1994. 301 p. SODRÉ, Néilson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 415 p. CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. 3ª. São Paulo: Martin Claret, 2010.

⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. "Sertão ou sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha." SILVA, José Borzacchiello da, Eustógio Wanderley Correia DANTAS e Antônio Jeovah de Andrade MEIRELES. **Litoral e sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p.18.

Pedra: um empreendimento típico do capitalismo avançado, e o impacto sobre a vida dos moradores da região, exigindo a construção de costumes e hábitos que levam a formação de um exército demão de obra disponível para a exploração.

Quanto às fontes utilizadas, contamos com uma documentação de natureza diversificada: relatórios/falas/mensagens dos presidentes de província/governadores de estado, almanaques administrativos, ofícios e telegramas oficiais, coleções de leis e decretos, artigos de jornais, veiculados principalmente na imprensa alagoana e pernambucana, anúncios, notícias e notas relativas à Fábrica da Pedra e aos seus operários, a cachoeira e estrada ferro de Paulo Afonso, as seca de 1877, atas de fundações e reuniões, fotografias e websites. Utilizamos-nos, também, de algumas biografias de Delmiro Gouveia.

Dentre as principais hipóteses que nos norteará na condução desta pesquisa destacamos: a) o sertão de Alagoas era uma região estrategicamente importante para integração do Brasil ao mercado mundial através do Rio São Francisco, razão pela qual se construiu a ferrovia Paulo Afonso. b) Delmiro Gouveia muda-se do Recife para vila da Pedra porque o Governador de Alagoas, Euclides Malta, lhe concede vantagens econômicas, principalmente isenções de impostos na comercialização de couros e peles, contudo, a relação clientelista entre Delmiro e a oligarquia Malta se amplia com o passar dos anos. c) O núcleo fabril da Pedra foi montado para aliciar, principalmente, famílias pobres de origem camponesa com intuito de transformá-las em mão de obra industrial produtiva e ordeira através de um híbrido processo que conjugava violência física e moral com gratificações e incentivos.

No primeiro capítulo, realizamos uma investigação preliminar a respeito do sertão alagoano, focalizando principalmente nos processos que ocorreram na região a partir do último quarto do século XIX. Interessa-nos analisar e compreender as especificidades econômicas e sociais desta parte da província/estado de Alagoas. Ressaltamos aspectos como a seca de 1877 e os seus desdobramentos, o processo de construção da estrada de ferro Paulo Afonso enfocando principalmente as relações dos trabalhadores. Traçamos um quadro geral dos municípios sertanejos no final do século XIX, priorizando suas vocações econômicas.

No segundo capítulo, apresentamos a trajetória de vida e a formação industrial de Delmiro Gouveia, que atividades ele desenvolve antes de se tornar um prestigiado comerciante de peles e couros. Como geriu seus empreendimentos mais notáveis, como o Mercado Coelho Cintra, o luxuoso hotel no Derby e a Usina Beltrão. Apresentamos também

episódios da conflituosa relação entre Delmiro e a oligarquia rosista em Pernambuco. Também frisamos a estreita ligação entre o comerciante cearense e a oligarquia maltina, da qual ele obteve isenções impostos, concessões terras públicas, subsídios financeiros, entre outras coisas. Além da relação com os

O terceiro capítulo concentra-se no funcionamento da Fábrica de Linhas da Pedra e do seu núcleo fabril, esse último apresentado por alguns entusiastas contemporâneos como exemplo “modelar de civilização”. Ao longo dos anos criou-se e propagou-se a ideia do núcleo fabril da Pedra como uma sociedade harmônica, voltada exclusivamente para o trabalho, ou seja, nega-se a contradição entre capital e trabalho. Embora, a existência de normas rígidas dentro e fora da fábrica, assim como o uso de multas, proibições e castigos físicos revelem que a experiência industrial da Pedra não foi assim tão idílica com muitos a apresentam. Constatamos que a educação escolar, assim como os chamados “*prazeres honestos*” objetivavam desenvolver nos operários, principalmente, a obediência e a noção de produtividade.

1 O SERTÃO ALAGOANO NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XIX

Neste primeiro capítulo, realizamos uma investigação preliminar a respeito do sertão alagoano, focalizando principalmente nos processos que ocorreram na região a partir do último quarto do século XIX. Interessa-nos analisar e compreender as especificidades econômicas e sociais desta parte da província/estado de Alagoas que, diferente da zona da mata e do litoral, se encontrava afastada da influência direta da monocultura da cana-de-açúcar. Enfocamos aspectos como a seca de 1877-1879 que assolou as províncias do Norte, e que levou milhares de pessoas a migrarem para terras alagoanas a procura de socorros. A construção da ferrovia Paulo Afonso também nos despertou o interesse de averiguação, pois como frisou Osvaldo Maciel, a ferrovia em solo alagoano, no último quarto do século XIX, representou “o aparecimento de um dos principais símbolos do progresso humano e da integração de economias regionais ao mercado capitalista mundial”.⁵

No caso específico desta ferrovia instalada entre 1878 e 1883, ela possuía o objetivo de ligar as partes navegáveis do rio São Francisco, entre as localidades de Piranhas na província de Alagoas e Jatobá em Pernambuco. Para construção dessa via férrea foi utilizada a força de trabalho de milhares de emigrantes vítimas da Seca de 1877 vindos das várias províncias do Norte do Império do Brasil, entretanto, após o término da estrada alguns permaneceram vivendo na região.⁶ Com relação ao sertão alagoano, elaboramos uma síntese destacando principalmente a produção econômica e o comércio de cada município que o compunha no final do século XIX.

Este capítulo justifica-se em função de que ele fornece um substrato econômico e social para pensarmos duas ordens de questões que nos interessam aqui. A primeira diz respeito a um empreendimento típico do imperialismo europeu, contribuindo para integrar uma região distante do país ao mercado mundial. A outra diz respeito à experiência de formação inicial de uma força de trabalho apta ao ritmo e à disciplina de trabalho capitalista. Estas duas questões fornecem as condições iniciais para pensarmos o empreendimento fabril na Pedra a partir de suas dimensões sociais e econômicas mais profundas.

⁵ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 72.

⁶ Depoimento de Pedro Campina, em janeiro de 1967, “*meu pai era trabalhador dessa estrada de ferro e vivia como cassaco*” SARNO, Geraldo. **Cadernos do sertão**. Salvador: Núcleo de Cinema e Audiovisual, NAU, 2006, p. 60.

1.1 A seca de 1877 e seus desdobramentos na Província das Alagoas

O período entre 1877 e 1879 foi catastrófico para grande parte da população do Norte do Brasil,⁷ marcado por uma longa estiagem. A região que conhecemos hoje como semiárido nordestino foi a mais atingida, devido à falta de chuvas, não houve colheitas, nem plantio de alimentos, sem água e pastagem os rebanhos bovinos foram dizimados. Milhares de pessoas morreram vítimas da fome ou de doenças epidêmicas e mais outros milhares migraram dos seus habitats buscando socorros em outras regiões.

As secas no Nordeste são fenômenos periódicos, porém, com ciclos e intervalos diferentes. A literatura especializada classifica as secas em três grupos: as parciais, as generalizadas e as excepcionais. As parciais ocorrem num intervalo de 4 a 5 anos, as generalizadas têm uma intermitência de 10 ou 11 anos, já as secas excepcionais parecem obedecer a um ciclo de aproximadamente 50 anos.⁸ Essas classificações decorrem basicamente de dois fatores: o nível de abrangência e a capacidade destrutiva. Para Josué de Castro, os efeitos de uma seca são sempre desastrosos, porém,

são de amplitude variada, conforme se trate de seca parcial, limitada a pequena área, ou uma grande seca, abrangendo considerável extensão, ou, finalmente, de uma seca excepcional, das que atingem de vez em quando todo o sertão em bloco”.⁹

A grande estiagem iniciada em 1877 foi sem sombra de dúvida uma seca excepcional, com intensidade extraordinária estendeu-se até pelo menos 1879. Durante este ciclo a economia regional desorganizou-se completamente, instalou-se em larga escala a fome, o êxodo rural, a violência, a agiotagem, a prostituição, isso sem contar com as cifras assustadoras de vítimas fatais,

⁷ No final do século XIX e início do XX, geograficamente o Brasil se dividia apenas em duas grandes regiões: Norte e Sul. Em 1968, o IBGE, realizou a atual divisão do País em cinco grandes regiões. A partir de então, o Nordeste passou a contar com os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Território Federal de Fernando de Noronha, este extinto em 1988. “Estendendo-se por uma área de mais de 1.542.000 Km², caracteriza-se o Nordeste do Brasil, como toda região geográfica, pela influência de uma série de fatores [...] sobressaem-se os domínios físicos – estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia -, o meio biológico – vegetação e fauna – e a organização dada ao espaço pelo homem”. Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec IPESPE, 1995, p. 36.

⁸ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 5ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 200.

⁹ IDEM.

Ela [a seca] determina a mortandade de 500.000 habitantes do Ceará e vizinhanças, ou cerca de 50% da população. Nas grandes secas em geral, porém, a média da mortandade não costuma exceder 33%. Dos mortos de 1877 a 1879 calcula-se que 150.000 faleceram de inanição indubitável, 100.000 de febres e outras doenças, 80.000 de varíola e 180.000 da alimentação venenosa ou nociva, de inanição ou mesmo exclusivamente de sede.¹⁰

A seca de 1877-1879 é apontada como a que causou maiores estragos entre todas as secas já registradas no semiárido nordestino, sendo o Ceará a província mais afetada. Contudo, todas as províncias do Norte sofreram os efeitos do devastador cataclismo.¹¹ Nesta pesquisa nos interessa analisar especificamente a província de Alagoas a partir de uma documentação de natureza oficial (relatórios, ofícios, telegramas) e em recortes de jornais da época.

Segundo o historiador Moacir Medeiros Sant'Ana, “no mês de novembro de 1877 praticamente a seca ainda não havia atingido o território alagoano”.¹² Contudo, no mesmo período alguns jornais alagoanos, como *O Pão d'Assucar*, mostrava um quadro diferente. A manchete publicada em 25 de novembro de 1877, cujo título foi “A Seca”, a situação na cidade interiorana foi descrita da seguinte forma:

É por demais contristador o espetáculo que diariamente testemunhamos nesta florescente cidade relativamente às vítimas flageladas pela horrível seca, que desde Fevereiro do corrente ano lavra em grande escala os altos sertões de algumas províncias do norte do Brasil. Essas infelizes vítimas em completo estado de nudez, sem recursos pecuniários para haver os meios de subsistência [...] este estado de coisa vai dia a dia se tornando mais assustador, e em breve teremos de ver muitas numerosas famílias morrerem a míngua [...] além da população desta cidade estar completamente exausta de recursos, acresce que os gêneros de primeira necessidade vão cada dia crescendo trezentos por cento do seu justo valor.¹³

Também informando sobre a cidade de Pão de Açúcar, o *Jornal do Penedo* publicou no mês de janeiro de 1878, carta do seu correspondente naquela cidade, o senhor Aristarcho, na qual descrevia o seguinte quadro:

¹⁰ MOREL apud CASTRO, 2005, p. 220.

¹¹ Cf. VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Ática, 2001. Ver especialmente o capítulo 2.

¹² SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e Alcool - Museu do Açúcar, 1970, p. 171.

¹³ A Seca. **O Pão D'Assucar**, 25 de Novembro de 1877, p.1.

Os horrores da seca, com seu aparato fúnebre, continuam entre nós cada vez mais terríveis e assustadores. **Um número considerável de emigrantes**, a quem alguns engraçados sem graça dão o apelido de - curaus -, **por aqui chega diariamente quase nus, cobertos de trapos e mortos à fome** [...] As trovoadas não têm aparecido, como é comum nestes meses. Tudo está ressequido. Os gêneros alimentícios, quando aparecem nas feiras em quantidade suficiente, conservam-se em altos preços. Por aqui vamos passando na maior tristeza com relação às festanças do Natal. A seca tem feito tudo ficar marasmático.¹⁴

A situação de penúria em que chegavam os milhares de retirantes exigia medidas mais urgentes que dar trabalho, simplesmente. O jornal baiano, *O Monitor*, transcreve uma carta do Coronel Antônio Luiz Alvares Pequeno, do Crato, onde descreve a situação dos emigrantes da região do Cariri no mês de outubro 1877, inclusive os que, “*passam para o Rio de S. Francisco e matas das Alagoas, verdadeiros esqueletos, a pé, seminus, com trouxas na cabeça e os filhinhos nas costas [...] implorando pelas portas e da comissão o que comer*”.¹⁵ A situação de extrema inanição mais as doenças epidêmicas inviabilizava, pelos menos de imediato, a utilização dessas pessoas em qualquer atividade produtiva. Antes disso, elas precisavam garantir suas sobrevivências, era por isso que marchavam em direção ao São Francisco e as matas alagoanas.

Se durante o ano de 1877 a migração em Alagoas era interprovincial,¹⁶ no ano seguinte essas começaram a ocorrer também internamente. As populações do Sertão e Agreste alagoano começaram a deslocar-se para a Zona da Mata e o Litoral. Moacir Sant’Ana menciona correspondência da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios dirigida ao Presidente da Província datada 16 de abril de 1878, onde se evidencia esse processo, sendo que na ocasião,

metade da população do município de Palmeira dos Índios, em apenas dois meses dela [a seca], de meados de fevereiro ao fim de março de 1878, transferiu-se para os municípios de São Miguel dos Campos, Atalaia, Pilar, Alagoas (Marechal Deodoro) e Coruripe.¹⁷

¹⁴ ARISTARCHO. “Cidade de Pão de Assucar, 26 de Dezembro de 1877.” *Jornal do Penedo*, 10 de Janeiro de 1878, pp. 3 e 4. Grifo nosso.

¹⁵ PEQUENO, Antonio Luiz Alvares. “Ceará.” *O Monitor*, 09 de 10 de 1877, p.1.

¹⁶ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da Província das Alagoas, passou a administração da mesma Província o Sr. Dr. Thomaz do Bonfim Espíndola, 1º Vice-Presidente. Em 11 de março de 1878. Maceió: Typ. do Liberal, 1878, p. 4.

¹⁷ SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e Alcool - Museu do Açúcar, 1970, p. 171.

Na carta, a Câmara de Palmeira dos Índios mostrou-se preocupada com a situação, argumentando que os que se deslocam para os municípios açucareiros, não voltariam a tempo de preparar suas roças caso as chuvas voltassem a cair. Ressaltou-se também que nestes lugares ocupados com cana de açúcar as pessoas não teriam acesso a terra para cultivar seus roçados.¹⁸ No leste alagoano (litoral e zona da mata) os emigrantes se depararam com a secular concentração fundiária voltada para a monocultura de exportação, onde os interesses mercadológicos sobrepõem-se aos humanitários de produzir alimentos para milhares de famintos.

No relatório de 11 de março de 1878, apresentado por Francisco de Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província das Alagoas, dizia-se que até aquele momento a ordem pública se encontrava inalterável, apesar de notificar que a Província estava infestada por excessivo número de emigrantes vindos do Ceará, Piauí e Pernambuco, ocupando principalmente as margens do rio São Francisco. De todo modo, havia sido comunicado pelas autoridades de Pão de Açúcar do temor de quando acabasse os alimentos fornecidos pelo Governo cidade fosse saqueada.¹⁹ Soares Brandão pensando antes de tudo na responsável administração dos recursos e na ordem pública, cita as medidas que tem tomado no seu governo com relação aos retirantes.

Diversas providências tenho dado no sentido de poupar os dinheiros públicos, bem como a de desaglomerar por meios suasórios os retirantes de Piranhas e Pão de Açúcar; a de mandar despedir os retirantes sãos e robustos, aconselhando-os que procurem trabalho, isto depois de fornecer-lhes rações por 6 dias. O Juiz de Direito [da comarca de Penedo], em seu relatório aconselha diversas medidas, que julga urgente, as quais, embora acertadas, não pus em execução; porque, não disponho de força.²⁰

Ao final de março “*existiam em Piranhas 12.925 emigrantes, em Penedo número superior a 3.000, e em Pão de Açúcar 1.340*”.²¹ Antes de completar a primeira quinzena de abril estimava-se existir cerca de 20.000 retirantes em Alagoas.²² Houve nessas localidades

¹⁸ IDEM, p. 171.

¹⁹ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da Província das Alagoas, passou a administração da mesma Província o Sr. Dr. Thomaz do Bonfim Espíndola, 1º Vice-Presidente. Em 11 de março de 1878. Maceió: Typ. do Liberal, 1878, p. 4.

²⁰ IDEM, p. 18.

²¹ FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província instalou a 1ª Sessão Ordinária da 22ª Legislatura Provincial das Alagoas em 16 de abril de 1878. Maceió: Typographia do Liberal, 1878, p. 13.

²² IDEM, p. 13.

um consumo extraordinário de gêneros de primeira necessidade, logo esses se tornaram escassos. A farinha, por exemplo, teve de ser importada de outras provinciais. Diante da situação de miséria que se alastrou entre os emigrantes e as populações locais no início de 1878, o presidente da Província, Francisco de Carvalho Soares Brandão, reorganizou os serviços de socorros públicos através de diversas comissões locais e uma central fixada em Maceió.²³

1.2 As comissões de socorros públicos

No relatório elaborado pela Comissão Central de Socorros entregue ao presidente da Província, Cincinato Pinto da Silva, em abril de 1879, o número de socorridos pelas comissões alagoanas foi de aproximadamente 48 mil retirantes. E que o montante gasto pelos Governos até março do corrente ano havia sido de 600:378\$688 rs.²⁴ O quadro abaixo mostra o número de socorridos por comissão:

Tabela 1 - Número de socorridos por localidade em Alagoas

Local	Nº de socorridos
Maceió	4.000
Alagoas	5.000
Pilar e Atalaia	4.000
S. Miguel	6.000
Palmeira	2.000
Coruripe	300
Penedo	6.000
Colônia S. Francisco	8.000
Pão de Açúcar	1.000
Piranhas	10.000
Paulo Afonso e Água Branca	1.000
Total	47.300

Fonte: FALLA com que Cincinato Pinto da Silva Presidente da Província instalou a 2ª sessão ordinária da 22ª Legislatura Provincial das Alagoas em 30 de abril de 1879. Maceió: [RASURADO, rasurado], p. 5.

O quadro acima demonstra que as comissões de socorros públicos instituídas em Alagoas para o combate a seca de 1877 foram preferencialmente estabelecidas nas localidades onde havia o serviço de navegação a vapor. Desse modo, a assistência com gêneros

²³ IDEM, p. 4.

²⁴ FALLA com que Cincinato Pinto da Silva Presidente da Província instalou a 2ª sessão ordinária da 22ª Legislatura Provincial das Alagoas em 30 de abril de 1879. Maceió: [RASURADO, rasurado], p. 4.

alimentícios e medicamentos se dava de maneira mais ágil. Segundo o historiador Frederico de Castro Neves, algo semelhante ocorreu no Ceará, onde, “*o aproveitamento dos rios como forma de permitir o rápido transporte de gêneros às áreas afetadas, com a construção, ainda, de postos de armazenamento em locais estrategicamente escolhidos*”.²⁵ Em Alagoas, os serviços de navegação a vapor eram prestados pelas companhias Bahiana e Pernambucana.²⁶ Quando ocorreu à seca de 1877, já havia pelo menos uma década em que o serviço de navegação comercial havia sido estabelecido em Alagoas. Esse fator foi fundamental para atuação das comissões de socorros. O ofício de 22 de março 1878, nos dá um exemplo da celeridade entre a solicitação de gêneros e a entrega desses:

S. Ex.^a o Ilm.^o Presidente da Província manda acusar o recebimento do ofício de V. Ex.^a, de 21 do corrente, sob nº 35, comunicando que, em vista das reclamações das comissões de socorros de Pão de Açúcar e Piranhas, seguiram ontem no vapor ‘S. Salvador’ 200 sacos com farinha, de oitenta litros cada um, 705 kilogramas de bolachas, 750 kilogramas de café moído, 2.250 kilogramas de açúcar.²⁷

Além de levar alimentos ao interior da Província, os vapores também transportavam os emigrantes para as cidades maiores. Ou seja, quem quisesse ir para Maceió, Recife ou Salvador, tinham suas passagens subvencionadas pelo presidente da Província.²⁸ Augusto Victor de Barros e Agapito de Lemos Medeiros, membros da comissão de socorros em Penedo, em telegrama destinado a Maceió em, 26 de abril 1878, relatam que, “*seguirão ontem 68 emigrantes para Bahia no Vapor Dantas, e hoje 385 para essa cidade no S. Salvador*”.²⁹ Os retirantes/emigrantes eram transportados e junto com eles uma relação, em que constava o nome, a idade, o estado civil e a procedência.

²⁵ NEVES, Frederico de Castro. ““Os desbriamentos” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes na seca de 1877.” **Projeto História** 27. 2003, p. 175.

²⁶ RELATÓRIO lido perante a Assembléia Legislativa da Província das Alagoas no ato de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma Exm. sr.dr. José Bento da Cunha Figueredo Júnior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870, pp. 70/71 e 72.

²⁷ OFÍCIO de 22 de março de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mar. 1878. 38F. (doc. 00900-12-01-07) [IHGAL].

²⁸ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879, pp. 8-9.

²⁹ TELEGRAMA, nº 223, Maceió, 26 de abril de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 30 Abr. 1878. 135F. (doc. 00901-12-01-08) [IHGAL].

Ao que parece a declaração de origem [provinciana] era um item importante para aceitação desses emigrantes nas cidades ou capitais para onde eram despachados.³⁰ Em correspondência de oito de maio do mesmo ano, o Vice Presidente da Província de Pernambuco reclamou ao Presidente da Província de Alagoas do número excessivo de pessoas enviadas ao Recife pelas autoridades alagoanas e sugere que ao invés de mandá-los para capital pernambucana as envie para outras regiões.

Tem causado o maior espanto terem vindo mil (!) emigrantes no vapor [ilegível]. Morreram 7 na viagem e não sei quantos morrerão em consequência dos incômodos dela. Peço lhe mande os emigrantes daí para o sul, como já tinha feito, pois não tenho mais onde acomoda-los. [Assinado] Adelino A. de Luna Freire³¹

Houve durante a Seca de 1877 um enorme êxodo rural. Após perambularem por vários dias muitos sertanejos se alojaram nas cidades de maior porte e capitais, como Fortaleza e Recife. Quando essas multidões chegavam nessas cidades geralmente se encontravam seminuas, esfomeadas e doentes, logo passavam a pedir esmolas e vagarem pelas ruas e praças, à medida que aumentava o número de retirantes, subia o índice de criminalidade e prostituição.³² Frederico de Castro Neves em sua análise sobre os efeitos da seca de 1877, no Ceará, descreve a situação de Fortaleza, que em 1877 contava com uma população de aproximadamente 25 mil pessoas e, “*em setembro de 1878 havia 114 mil retirantes, que transformavam Fortaleza ‘na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino’*”.³³ Outros centros urbanos viveram situação semelhante ao que ocorreu com a capital cearense, e viram sua população inchar em pouco tempo, essas cidades logo se revelaram impotentes diante do número de pessoas que nelas chegavam diariamente.

Em Alagoas, após o agravamento da seca nos três primeiros meses de 1878, as autoridades políticas propuseram algumas medidas para manter essa “multidão” no campo, ao invés de enviar-lhe para cidades, que já se encontravam saturadas de desabrigados.

³⁰ FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província instalou a 1ª Sessão Ordinária da 22ª Legislatura Provincial das Alagoas em 16 de abril de 1878. Maceió: Typographia do Liberal, 1878, p. 14.

³¹ TELEGRAMA, 8 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01) [IHGAL].

³² NEVES, Frederico de Castro. A “capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877.” **Tempo** 09. 2000, p. 96.

³³ IDEM

Em três de maio de 1878, o proprietário Manoel Joaquim da Silva Leão encaminha uma proposta ao Presidente da Província e aos membros da comissão central de socorros da Capital, em que apresentou as condições para o recebimento, nos seus engenhos, dos retirantes que quiserem se empregar na agricultura.³⁴ A proposta foi aceita, ficando a cargo das comissões de Penedo e Maceió facilitarem a condução dos retirantes aos engenhos. Segundo o presidente da Província, José Torquato de Araújo Barros, a medida surtiu algum efeito, “*pois saiu dos alojamentos de Jaraguá grande número de emigrantes para os engenhos dos comendadores Manoel Joaquim da Silva e Manoel Rodrigues Leite Oiticica para trabalharem na lavoura*”.³⁵

Mandar os retirantes da seca, emigrantes ou locais, para outras províncias deixou de fazer parte do receituário das autoridades políticas. As providências adotadas a partir de maio de 1878 priorizavam a manutenção dos retirantes em solo alagoano. Nesse sentido, a ideia da instalação de uma colônia agrícola na região ganhou força. Segundo Moacir Sant’Ana, em 20 de novembro de 1877, o presidente da Província solicitou junto ao Ministério do Império, a criação de tal estabelecimento nas terras da extinta Colônia Militar Leopoldina, que dispunha de bons edifícios e de terras férteis.³⁶ A resposta foi negativa. Argumentou-se que seria inviável a criação de uma colônia naquela localidade devido à precariedade das estradas de rodagem, havendo apenas uma, através de Porto Calvo, intransitável no inverno.

Para Luiz Sávio de Almeida, esse argumento não era verdadeiro, pois o real motivo para o indeferimento na criação de uma colônia agrícola na antiga Colônia Militar Leopoldina estava relacionado a outros aspectos; as transformações econômicas em curso, onde se revia o papel dos vales do Mundaú e do Paraíba. De modo que, as terras de mata, em especial a área de junção entre o algodão e da cana-de-açúcar, não podiam ficar fora do controle direto da classe senhorial.³⁷

³⁴ OFÍCIO, de 3 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01) [IHGAL].

³⁵ RELÁTÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câmara dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceió: Typ. do Liberal, 1879, p. 09.

³⁶ SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e Alcool - Museu do Açúcar, 1970, p. 172.

³⁷ ALMEIDA, Luiz Sávio de. “Índio, capital e terra: o aldeamento do Urucu.” Almeida, Luiz Sávio de, José Carlos da Silva Lima e José dos Santos Oliveira. **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013, p. 221.

Quando enfim o Ministério do Império autorizou a criação de uma colônia agrícola, o local escolhido foi o extinto aldeamento indígena em Porto Real do Colégio. Criada por ato do presidente da Província em 14 de maio com a denominação de Colônia São Francisco. Na mesma data designou-se uma Diretoria e uma Guarda civil, essa última seria responsável por salvaguardar os celeiros que ali se estabeleceriam.³⁸

1.3 A Colônia São Francisco

A Colônia São Francisco durou pouco tempo, apesar de ter sido pensada como uma providência de caráter permanente. Instalada em 23 de maio de 1878,³⁹ dez dias após autorização do Ministério do Império, foi extinta em 18 de dezembro do mesmo ano, também por decreto imperial.⁴⁰ Criada nas terras do extinto aldeamento em Porto Real do Colégio tinha como objetivo reunir os milhares de retirantes da seca num só lugar, e ao mesmo tempo lhes proporcionar ocupação, especialmente trabalhos agrícolas.⁴¹ Para dirigir a Colônia foi nomeado o agrimensor, Manoel de Souza Braga.

Em 24 de maio de 1878, o juiz de Direito de Penedo, Candido Augusto Pereira, depois de fazer uma visita pessoalmente à Colônia São Francisco relatou a seguinte situação:

Colégio de onde venho está com uns três mil emigrantes aproximadamente, e o número sobe progressivamente. Sem casas que os obrigue, vivem expostas ao tempo e nem se quer palha há para levantarem choças. O celeiro, ao que parece ficará vazio em três dias. Quase nus os emigrantes, sem roupas, sem cobertores, não possuem uma foice ou inchada para o trabalho [...] O pessoal da Diretoria da Colônia não dá vazão ao serviço da distribuição, que é feita de manhã à noite.⁴²

³⁸ OFÍCIO, 14 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01) [IHGAL].

³⁹ ATA da instalação da Colônia São Francisco. Porto Real do Colégio. 23 de maio de 1878. 0F2. (doc. 00904-12-02-02) [IHGAL].

⁴⁰ SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e Álcool - Museu do Açúcar, 1970, p. 172.

⁴¹ RELÁTÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879, p. 09.

⁴² TELEGRAMA, 24 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01) [IHGAL].

A situação alarmante descrita pelo juiz de Penedo, referente ao início do funcionamento da Colônia ao parece que se estabilizou nos dias seguintes. Orientados pelo Diretor, os colonos construíram num lugar denominado de Alto da Palmatória, diversas choças de palha, e divididos em turmas iniciaram suas plantações. Outros se ocuparam em trabalhos industriais.⁴³

O diretor Manoel de Souza Braga determinou a instalação de uma padaria e uma oficina de sapateiro.⁴⁴ Também foram criadas olarias e caieiras para fabricação de tijolos de ladrilhos e alvenaria, telhas e cal.⁴⁵ Além disso, autorizou-se a criação de duas cadeiras de instrução, sendo uma para cada sexo. Essas medidas indicam o interesse por parte do presidente da Província, José Torquato de Araújo Barros, em tornar a Colônia São Francisco permanente. Segundo Moacir Sant'Ana a pretensão do governo era transformar a Colônia de São Francisco num ambiente destinado a produção agrícola e industrial.⁴⁶

Entretanto, a fixação dos emigrantes/colonos nas terras do extinto aldeamento indígena, em Porto Real do Colégio, oferecendo-lhes ocupações tanto em atividades agrícolas como industriais, passou de solução a óbice. Um decreto imperial, de nº 6.918, baixado em 1º de Junho 1878, autorizou o crédito extraordinário de 9.000:000\$000 para ser utilizado no resgate e prolongamento da estrada de ferro de Baturité, bem como na construção da estrada de ferro de Sobral, ambas na Província do Ceará; Além disto, o decreto autorizava a construção da ferrovia de Paulo Afonso à margem do rio São Francisco, entre o povoado alagoano de Piranhas e o município de Jatobá na Província de Pernambuco.⁴⁷ A partir de então as ordens eram para que os retirantes fossem remetidos a Piranhas. Os serviços de socorros deveriam cessar, de modo que os retirantes deveriam se dirigir aos trabalhos da

⁴³ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879, p. 09.

⁴⁴ OFÍCIO, de 1 de agosto de 1878. "Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Ago. 1878. 68F. (doc. 00916-12-03-02) [IHGAL].

⁴⁵ COLONIA DE SÃO FRANCISCO. Relatório comunicando a eliminação de vários colonos. Porto Real do Colégio, 17 de novembro de 1878. 08F. (doc. 00925-12-03-11) [IHGAL].

⁴⁶ SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e Alcool - Museu do Açúcar, 1970, p. 173.

⁴⁷ COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1878. Decreto Nº 6.918 de Junho de 1878. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879, p. 286.

estrada de ferro de Paulo Afonso.⁴⁸ Essa notícia levou muitos deles a se afugentarem desses alojamentos.

Nesse contexto, a Colônia São Francisco passou a ser motivo de divergência junto à classe política. A análise de dois documentos produzidos num intervalo de pouco mais de um mês revela essa dissensão. Primeiro a fala do sr. José Torquato de Araújo Barros:

Conforme tive ocasião de observar pessoalmente existe no território da mesma [Colônia] um número crescidíssimo de casas de palha, muitas das quais edificadas em arruamento e alguns edifícios cobertos de telha, destinados a oficinas e outros misteres além de uma pequena capela em começo de construção [...] Foram criadas por mim, em diversas datas oficinas de marceneiro, carpina, sapateiro e ferreiro, que se acham providas dos respectivos utensílios. Alguma lavoura existe criada e já se fez uma colheita, ainda que muito considerável, de milho e feijão.⁴⁹

Já no relatório do presidente Cincinnato Pinto da Silva, referente ao curto período em esteve na chefia da Província das Alagoas, a argumentação era de que:

A colônia estava sendo prejudicial tanto aos particulares como ao Estado. Os retirantes tinham se tornado ultimamente por demais insubordinados e estavam praticando assaltos e roubos, razão pela qual os habitantes do Colégio e circunvizinhança aspiravam com ansiedade uma medida do governo que os pusesse a salvo de incômodos e lhes restituísse a tranquilidade. Os cofres despendiam mensalmente elevada soma com a sustentação de milhares de indivíduos, e constrangia-me ver que sem proveito algum para o Estado.⁵⁰

Em 18 de dezembro de 1878, apenas sete meses após sua criação, a Colônia São Francisco foi extinta. Ao que parece prevaleceu à opinião de que sua existência estava sendo lesiva, tanto aos cidadãos como ao Estado. Os colonos retirantes foram dispersos, eles deveriam viver á custo do próprio trabalho, mas fora dali. Aliás, as comissões de socorros tinham recomendações expressas para empregarem os retirantes em obras públicas, de modo

⁴⁸ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879, p. 10.

⁴⁹ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879, pp. 10 e 11.

⁵⁰ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva Presidente da Província entregou a Administração ao Sr. Dr. José Torquato de Araújo Barros 2º Vice-Presidente em 28 de dezembro de 1879. Maceió: Typ. Liberal, 1879, p. 12.

que as localidades para onde afluíam tirassem proveito, conforme trecho citado no relatório do sr. José Torquato de Araújo Barros, esses:

Sempre deixaram alguns trabalhos. Em Piranhas foi construída uma pequena capela no alto do morro, no Pilar o calçamento de uma rua, nesta capital nivelamento de uma praça e auxílio na reconstrução do prédio do liceu, na cidade de Alagoas nivelamento de algumas ruas.⁵¹

Pensando por essa ótica, tanto o despacho para outras províncias com a criação da Colônia São Francisco se deu pela incapacidade de absorção do grande número de pessoas em atividades laborais, sejam essas de natureza pública ou privada. Para absorver a força de trabalho de milhares de indivíduos vítimas da seca de 1877, necessitava-se de obras estruturais, tal como a construção da estrada de ferro Paulo Afonso.

1.4 Estrada de Ferro Paulo Afonso: aspectos políticos e econômicos, e justificativa social.

A Estrada de Ferro Paulo Afonso foi construída entre 1878 a 1883, ligando as localidades de Piranhas-AL a Jatobá-PE (atual Petrolândia). Sua extensão total era de 116 km, implantados em plena caatinga.⁵² Segundo Estêvão Pinto essa via férrea foi instalada com duplo objetivo: “(a) *Ligar social e comercialmente as regiões do alto e baixo São Francisco (divididos pelos obstáculos das cachoeiras) e (b) proporcionar recursos às populações flageladas pelas secas dos sertões da Bahia, de Pernambuco e do Ceará*”.⁵³ A autorização para construção da referida ferrovia partiu do Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros e também Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.⁵⁴

Para o historiador Douglas Apratto, o ato do Ministro Sinimbu tratou-se de uma demonstração de puro altruísmo. “*Sua intenção era amparar os flagelados da seca, através*

⁵¹ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879, p. 11.

⁵² TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD Livros, 1996, p. 105.

⁵³ PINTO apud TENÓRIO, 1996, p. 104.

⁵⁴ DECRETO nº 6.918 de 1º de junho de 1878. Abre ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito extraordinário de 9.000:000\$000, para o pagamento do resgate da estrada de ferro de Baturité e das despesas não só do seu prolongamento até Canoa, mas também da construção das estradas de ferro de Sobral, e de Paulo Afonso.

de uma medida duradoura, e de beneficiar uma área tão sofrida e desassistida pelos poderes públicos".⁵⁵ De fato a documentação corrobora com a tese de que a ação do Ministro Sinimbu foi motivada pela seca e a situação dos seus "flagelados". Todavia esses mesmos documentos demonstram que o desígnio do ministro do Império, aliás, de todo Gabinete imperial era de:

Tirar vantagem da própria desgraça, empregando com trabalhos úteis tantos braços ociosos; estabelecer um sistema de serviço que sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho, mediante razoável gratificação [...] Na escolha do serviço, cuja realização mais contribuirá para o bem do Estado, os Ministros de Vossa Majestade não hesitaram em preferir o da construção de estradas de ferro, que, partindo de um porto navegável se prolonguem pelo interior, na direção de cidades e vilas já fundadas e dos centros produtores.⁵⁶

Segundo o documento, levado para a apreciação do Imperador, no qual constava a assinatura de todos os membros do Gabinete imperial estabelecido em 5 de janeiro de 1878, a construção de estradas de ferro tinham se mostrado um experiência eficaz em outros países, que assim com o Norte do Império estavam sujeitos a secas.⁵⁷

No caso específico da estrada de ferro Paulo Afonso, é comum a confusão entre as justificativas e os objetivos que levaram a sua construção. O socorro aos milhares de retirantes da seca de 1877, encontrados no interior da Província das Alagoas, foi utilizado como justificativa para a abertura do crédito extraordinário que garantiu os recursos para execução da obra. No tocante aos objetivos, o principal deles era interligar a rota de acumulação do capital sanfranciscana,⁵⁸ de natureza fluvial, porém, interrompida pelas cachoeiras de Paulo Afonso. Na década de 1850 já se discutia no parlamento brasileiro quais eram os melhores meios para contornar as famosas quedas d'água.

Em 31 de maio de 1851, foi apresentado no Paço da câmara na cidade do Rio de Janeiro, o projeto do parlamentar mineiro Manoel de Mello Franco (1812-1871), cuja pauta

⁵⁵ TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD Livros, 1996, p. 105.

⁵⁶ COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1878. TOMO XLI. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879, p. 285.

⁵⁷ IDEM.

⁵⁸ O historiador Luiz Sávio de Almeida na sua proposta de analisar a formação social e econômica de Alagoas no século XIX através de uma integração territorial de mote agroexportador, fala da existência de pelo menos cinco rotas de acumulação de capital, são elas: a sanfranciscana, a sertaneja, a agrestada, a litorânea e a da mata. Cf. ALMEIDA, Luiz Sávio de. "Índio, capital e terra: o aldeamento do Urucu." Almeida, Luiz Sávio de, José Carlos da Silva Lima e José dos Santos Oliveira. **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013, pp. 211/212.

era a navegação a vapor no rio São Francisco. Logo no primeiro artigo do mencionado projeto apresentam as condições para navegação no rio São Francisco, e dentre essas, estavam a de:

Que se obriguem a ligar por meio de estrada ou estradas a navegação interrompida pela Cachoeira de Paulo Afonso, até os lugares em que o rio se torne de novo navegável por barcos a vapor.⁵⁹

Entre os anos de 1852 a 1854, o engenheiro alemão Henrique Halfeld, foi contratado pelo Império brasileiro para realizar estudos técnicos em toda a região sanfranciscana. Esse mesmo engenheiro havia fornecido dados para Mello Franco elaborar seu projeto em 1851. Dentre as informações passadas por Halfeld ao parlamentar mineiro estava um mapa da região e o orçamento aproximativo do custo da obra.⁶⁰

As pesquisas realizadas por Halfeld foram publicadas em livro, que se tornou importante fonte de consulta. Os políticos mineiros embasavam suas reivindicações nos dados sistematizados pelo engenheiro germânico, é o caso, por exemplo, do deputado Teófilo Ottoni em seus discursos,

O Sr. Halfeld verificou que das 381 léguas que há da cachoeira de Pirapora, no centro de Minas, á foz do S. Francisco no mar, há 239 (Pirapora a Sobradinho) onde atualmente podem sem interrupção alguma navegar grandes vapores [...] A povoação do Vale de S. Francisco, diz o Sr. Halfeld, segundo dados estatísticos que lhes foram presentes, da Cachoeira de Paulo Afonso para cima, eleva-se a 971.000 habitantes.⁶¹

Em 1868, o Ministério da Agricultura encarrega uma nova comissão comandada pelo engenheiro civil Carlos Francisco João Krauss de realizar novos estudos na região sanfranciscana. No ano seguinte Carlos Krauss apresentou seu relatório final,⁶² “*Consiste o meu trabalho de 122 folhas de relatório, e mais de 10 plantas em 34 folhas*”.⁶³ O objetivo do estudo foi de verificar a qual a opção mais viável para contornar os obstáculos que impediam

⁵⁹ FRANCO MELLO, Manoel de. “Navegação do Rio S. Francisco.” *Correio_Mercantil*, 29 de Maio de 1863, p. 02.

⁶⁰ IDEM

⁶¹ OTTONI, Teófilo. “Estrada de ferro D. Pedro II.” *A Actualidade*, 27 de abril de 1863, p. 2.

⁶² Não tivemos acesso a esse material no original, nossa análise se pautou na transcrição feita pelo pesquisador Luiz Ruben F. de A. Bonfim publicada em dois volumes, respectivamente com os títulos de: **Estrada de Ferro Paulo Afonso 1882-1964 e Estrada de ferro Paulo Afonso: sua origem.**

⁶³ KRAUSS apud BONFIM, 2007, p. 17.

a navegação fluvial contínua entre o alto ao baixo São Francisco. Conforme o relatório do engenheiro Krauss:

As cachoeiras de Paulo Afonso, interrompendo a navegação do rio São Francisco, se dividem em baixo e alto São Francisco, o primeiro com 42 léguas de navegação a vapor já estabelecida e comércio florescente, durante que o segundo, apesar da vantagem de uma navegação de 300 léguas, e de elementos naturais de riqueza, é de **comércio acanhado**, em luta com dificuldades, **que não o deixam prosperar, porquanto lhe continua vedada saída livre ao mar. A alta conveniência de abrirem-se ao comércio universal as suas paragens**, com vantagens que dali haviam de provir ao Império.⁶⁴

Os estudos do engenheiro Carlos Krauss, assim como os de Halfeld, analisaram as possibilidades de integração da rota sanfranciscana. As pesquisas compararam qual seria a opção mais viável: uma via terrestre ou fluvial. A primeira poderia ser estrada de rodagem ou férrea, e a segunda seria através de um canal.⁶⁵ Segundo o relatório, interligar as partes navegáveis do São Francisco iria contribuir para o desenvolvimento do comércio, não apenas das Províncias de Pernambuco e Alagoas, mas também de Minas, Bahia, Goiás, Piauí, Ceará e Sergipe. Dentre as alternativas que se analisou, o engenheiro Krauss, deu seu parecer favorável à construção de uma ferrovia do tipo tram-road, orçada em três mil setecentos e trinta e cinco contos de réis (3.735:000\$000).⁶⁶ Esse valor era aproximadamente oito vezes menor que o estimado por Halfeld para construção de um canal lateral com 72 léguas de comprimento e 108 eclusas, conectando Boa Vista à vila de Pão de Açúcar.⁶⁷

Considerando que o objetivo do empreendimento era de ligar as partes navegáveis da rota do Capital sanfranciscana, optou-se pelo menor trajeto. Então se definiu que a ferrovia a ser implantada deveria iniciar em Piranhas na província de Alagoas e ir até Jatobá na província de Pernambuco, com a extensão total de 116 quilômetros, plantados em plena caatinga.

Sobre a escolha do trajeto, o historiador Douglas Apratto Tenório vai dizer que a houve um erro de natureza técnica e econômica. Para ele melhor teria sido, “*se a estrada levasse seus trilhos a buscarem as férteis regiões dos Vale de Pão de Açúcar e municípios*

⁶⁴ IDEM, p. 18. Grifos nossos.

⁶⁵ IDEM, pp. 20 e 39.

⁶⁶ IDEM, pp. 30 e 34.

⁶⁷ IDEM, p. 39.

vizinhos ao invés de atravessar uma zona árida e despovoada”.⁶⁸ Ao que parece, quando Tenório sugestiona que houve um erro econômico, está pensando numa economia local ou regional restrita a área de sua implantação. Todavia, a prioridade não era essa, o próprio engenheiro Carlos Krauss justifica em seu relatório. Confira no trecho que segue:

Levantaram-se, contudo, vozes contra Piranhas: umas a favor de Entre Montes e outras, propondo Pão de Açúcar [...] eu também desejaria lugar mais espaçoso, que permitisse satisfazer melhor a todos os interesses, sejam locais, sejam gerais, mas, no presente caso trata-se em primeiro lugar de socorrer a lavoura de vinte mil léguas quadradas do alto São Francisco circunstância que obriga a reduzir a despesa de transporte dos seus produtos ao mínimo atingível [...] não é possível atender as reclamações, que, aliás, não passam de ser o fruto de mesquinho interesse local.⁶⁹

Para Krauss se a via férrea iniciasse numa localidade situada mais abaixo, no leito alagoano, do rio São Francisco iria acrescentar maiores despesas. Sua preocupação no documento não era nem tanto com o custo total da obra, que obviamente seria maior, sua principal apreensão era de que se aumentasse o percurso total da estrada consequentemente haveria acréscimo no frete de todos os gêneros que por ela circulassem.⁷⁰

Entre os términos dos trabalhos de Krauss e o início da construção da ferrovia Paulo Afonso se sucederam dez anos. Dois fatores foram fundamentais para que a obra efetivamente começasse: à volta do partido Liberal, em 05 de janeiro de 1878, à chefia do Gabinete de Ministros do Império e o enorme contingente de retirantes da seca de 1877 existentes na província de Alagoas. A ferrovia Paulo Afonso fez parte do que o pesquisador, José Wayne de Freitas Sousa denominou de projeto Pompeu Sinimbu,⁷¹ em que previa o emprego da mão de obra dos desvalidos das secas para a execução de grandes obras públicas, preferencialmente nas estradas de ferro.

⁶⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD Livros, 1996. Op. cit., pp. 105/6.

⁶⁹ BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Estrada de ferro Paulo Afonso: sua origem**. Paulo Afonso: Graftech, 2007, pp. 27 e 28.

⁷⁰ IDEM, p. 29.

⁷¹ Este consistiu inicialmente na proposta defendida pelo senador Pompeu [senador cearense, Tomás Pompeu de Sousa Brasil] em 1869 de utilizar a mão de obra disponível durante as secas para realização de obras públicas. Essa proposta foi implantada durante a seca de 1877-1879 e nas secas seguintes. Com ascensão do visconde de Sinimbu à presidência do Conselho de Estado a proposta ganhou status de projeto. O Projeto Pompeu Sinimbu não previa [...] a iniciativa particular e as obras empreendidas eram executadas pelos comissários de socorros que empregavam trabalhadores desvalidos, cujo pagamento maior era feito com ração [...] O Projeto Pompeu Sinimbu teve como alvo não o socorro aos desvalidos das secas, mas a utilização da mão de obra disponível. Essa mão de obra não era nem escrava nem de regime de meação: era assalariada. Cf. SOUSA, José Wayne de FREITAS. **Política e seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: (Doutorado em História Econômica) - USP, 2009, pp. 151/152/153.

1.5 Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso

Quando os emigrantes da seca de 1877 começaram a se avolumar em terras alagoanas, logo se sugeriu empregá-los na construção da projetada via férrea. O *Jornal do Penedo*, em 07 de setembro de 1877, publicou em primeira página que:

Em Paulo Afonso e Piranhas, segundo cálculos aproximados, orçam por mais de **3000 os emigrantes existentes**. Esse grande número de indivíduos **convertidos em operários**, bem podia empregar-se no nivelamento do terreno da futura via férrea de Jatobá ou Paulo Afonso, que, em época não muito remota, será uma realidade, e teríamos assim começado os primeiros fundamentos desse ingente monumento de nossa porvindoura opulência. Bastará para consegui-lo que as nossas Comissões de Paulo Afonso e Pão de Açúcar, de comum acordo com a de Pernambuco, em Piranhas e Tacaratu, mediante instruções do Exmo. Sr. Presidente da dita Província, ponham em execução essa ideia, enviando-se para ali pessoa profissional que inicie os trabalhos pelo traçado do Sr. Engenheiro Krauss, aceito pelo Governo.⁷²

O periódico, que era editado na cidade de Penedo e que se definia como: órgão do comércio e da lavoura do baixo S. Francisco, e do Partido Conservador do Sul das Alagoas, assumiu neste aspecto uma bandeira içada pelos liberais. O pensamento de transformar as vítimas da seca em operários era um discurso entoado pelos liberais, seja no parlamento ou fora dele, é o caso, por exemplo, do engenheiro André Rebouças, que na ocasião da seca de 1877, numa postura crítica ao funcionamento (auxílio direto) das comissões de socorros públicos, se pronunciou dizendo que: “*Se quereis sinceramente socorrer a nossos irmãos do norte, mandai dar-lhes TRABALHO e SALÁRIO*”.⁷³

Em junho do ano seguinte ao pronunciamento do influente engenheiro, chegou a Alagoas uma comissão de engenheiros, encarregada dos estudos finais para a construção da estrada de ferro Paulo Afonso. E logo se ordenou uma remessa de retirantes que estavam na Colônia São Francisco irem para Piranhas, ponto inicial da obra. Mas, os retirantes reagiram à ordem evadindo-se dos alojamentos.

⁷² S/título. *Jornal do Penedo*, 07 de Setembro de 1877, p. 1. Grifos nossos.

⁷³ REBOUÇAS apud CÂNDIDO, 2011, p. 190.

Esses infelizes tão habituados se achavam á ociosidade, que muitos se afugentaram dos alojamentos quando tiveram notícia de que iam se empregar nos trabalho da estrada de ferro.⁷⁴

Apesar do debandar de muitos, vários outros foram levados a Piranhas para os trabalhos iniciais da estrada de ferro Paulo Afonso. Em 19 de julho de 1878, foram enviados no vapor Gonçalves Martins 94 retirantes,⁷⁵ no dia seguinte embarcaram mais 78, no vapor Conde Edu.⁷⁶ É interessante observar que nessas listas, diferentemente das que eram enviadas quando os retirantes eram destinados ao Recife e Salvador, não constava a procedência.

Enquanto isso, na capital alagoana realizava-se grandes festejos pela chegada da comissão de engenheiros, dirigida pelo engenheiro Reinaldo von Kruger.⁷⁷ Essa comissão foi organizada depois que a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, baixou a Portaria com as instruções para os estudos finais e a execução da obra.⁷⁸ A Portaria foi composta de cinco capítulos e 44 artigos. No primeiro capítulo do referido documento tratou-se da direção e do pessoal estrada, inclusive dos vencimentos e atribuições.

Tabela 2 - Cargos de direção e pessoal da administração da EEPA

CARGO	VENCIMENTO	VALOR
1 engenheiro em chefe	com o vencimento anual de	12:000\$000
1 primeiro engenheiro	idem...	8:400\$000
3 chefes de seção	cada um com o vencimento anual de...	6:000\$000
4 engenheiros de 1ª classe	idem...	4:800\$000
5 engenheiros de 2ª classe	idem...	3:600\$000
6 condutores de 1ª classe	idem...	3:000\$000
6 condutores de 2ª classe	idem...	2:400\$000
2 desenhista	idem...	2:400\$000
1 feitor	com o vencimento anual de...	3:600\$000
1 pagador	idem...	3:600\$000
1 guarda livros	idem...	3:600\$000
1 almoxarife	idem...	2:400\$000
1 amanuense	idem...	1:800\$000

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Instruções a que se refere a Portaria de 19 de Junho de 1878. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878, p. 2.

⁷⁴ RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceió: Typ. do Liberal, 1879, p. 10.

⁷⁵ LISTA dos retirantes que embarcaram no vapor Gonçalves Martins no dia 19 de Julho de 1878. (doc. nº 00907 12-02-05) [IHGAL].

⁷⁶ LISTA dos retirantes que embarcaram no vapor Conde Edu no dia 20 de Julho de 1878. (doc. nº 00907 12-02-05) [IHGAL].

⁷⁷ SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **A construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso: Fotografia e História.** Maceió: IHGAL, 2012, p. 36.

⁷⁸ SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Autoriza os estudos definitivos e construção da estrada de ferro Paulo Afonso, nas Províncias de Alagoas e Pernambuco. Instruções a que se refere a Portaria de 19 de Junho de 1878. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878, p. 3.

Segundo a Portaria, os cargos acima seriam (e foram) preenchidos através de nomeações. O engenheiro em chefe foi nomeado diretamente pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. As demais funções também foram nomeadas pelo ministro, porém, sobre a proposta do engenheiro em chefe.⁷⁹ Quanto aos trabalhadores dos canteiros de obra, são dedicados quatro artigos da referida Portaria que nos interessam diretamente:

Art. 22. Nos trabalhos da estrada serão de preferencia empregados, segundo sua aptidão e a natureza do serviço, os habitantes das províncias do Norte que estiverem sofrendo os efeitos da seca, e como tais sejam socorridos pelo Estado.

Art. 23. Além da alimentação fornecida pelo Estado, concederá o engenheiro em chefe a cada um dos operários de que trata o artigo antecedente, uma gratificação diária de 200 a 800 rs. Segundo mérito de cada um.

Art. 24. Para a execução do art. 22, o presidente da província ou as autoridades locais enviarão ao engenheiro em chefe uma lista do pessoal válido, que puder ser aproveitado nos trabalhos.

Art. 27. O engenheiro em chefe poderá admitir nos trabalhos, para serviços especiais, operários de classe diversa da mencionada no art. 22. Neste caso poderá arbitrar-lhes o salário completo por que forem ajustados, excluída a alimentação, dar-lhes transporte, e fazer qualquer adiantamento razoável.⁸⁰

A utilização da força de trabalho dos retirantes foi fundamental para construção da ferrovia Paulo Afonso. Sem ela não haveria mão de obra suficiente para levar a obra adiante, pois a lei nº 641 de 26 de junho de 1852,⁸¹ proibia o uso de mão de obra escrava na instalação e manutenção das estradas de ferro brasileiras. Conforme o pesquisador Davi R. Bandeira da Silva, “*o trabalho era bastante árduo. A disciplina requeria obediência e pontualidade. Exigia-se eficácia e regularidade*”.⁸² No final do século XIX, não era fácil encontrar trabalhadores livres com esse perfil.⁸³ Numa estratégia para atrair força de trabalho dos retirantes da seca, em tese “trabalhadores livres”, as comissões de socorros foram extintas,

⁷⁹ IDEM, p. 3.

⁸⁰ IDEM, p. 5/6.

⁸¹ BRASIL. Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1853, p. 6.

⁸² SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **A construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso: Fotografia e História**. Maceió: IHGAL, 2012, p. 50.

⁸³ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudanças - a industrialização açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 212. Embora o nível reduzido dos salários indicassem uma relativa abundância de mão de obra [...] A inconstância dos trabalhadores rurais livres era notória; os ex-escravos e os muladeiros, especialmente, recusavam empregos fixos. Nas cidades e centros urbanos menores ‘os emancipados recusavam-se ao trabalho e preferiam a vida erradia’, ou trabalhavam somente poucos dias por semana, ‘caso pudessem ganhar o suficiente para o resto da semana’.

sendo que os celeiros passaram a concentrar-se em Piranhas. A partir de então, os retirantes passaram a ser socorridos pela administração da Estrada de Ferro Paulo Afonso.

Tabela 3 - Número de retirantes socorridos pela administração da EFPA em 1878

MESES	Nº DE TRABALHADORES SOCORRIDOS	Nº DE PESSOAS PERTECENTES ÀS FAMÍLIAS DOS TRABALHADORES		INDIGENTES AVULSOS, VIÚVAS, ÓRFÃOS, CEGOS ETC.	TOTAL
		ADULTOS	MENORES		
JULHO	14				14
AGOSTO	255				255
SETEMBRO	227				227
OUTUBRO	382				382
NOVEMBRO	940	572	224	493	2.229
DEZEMBRO	1.181	793	937	578	3.489
TOTAL	2.999	1.315	1.161	1.071	6.596

Fonte: Quadro de retirantes socorridos pela administração superior da Estrada de Ferro de Paulo Afonso no período de 26 de Julho de 1878 a 29 de Fevereiro de 1880. EFPA, (Cx. 2217) – APA.

Tabela 4 - Número de retirantes socorridos pela administração da EFPA em 1879

MESES	Nº DE TRABALHADORES SOCORRIDOS	Nº DE PESSOAS PERTECENTES ÀS FAMÍLIAS DOS TRABALHADORES		INDIGENTES AVULSOS, VIÚVAS, ÓRFÃOS, CEGOS ETC.	TOTAL
		ADULTOS	MENORES		
JANEIRO	1.345	1.094	915	627	3.981
FEVEREIRO	1.554	1.349	1.018	680	4.601
MARÇO	1.571	2.700	2.235	911	7.467
ABRIL	2.286	3.829	2.840		8.955
MAIO	2.318	3.857	2.503		8.678
JUNHO	2.004	3.543	2.199		7.741
JULHO	2.060	3.160	2.084		7.304
AGOSTO	1.873	2.974	1.517		6.364
SETEMBRO	1.570	2.316	1.129		5.015
OUTUBRO	2.204	2.518	986		5.708
NOVEMBRO	2.169	1.988	728		4.885
DEZEMBRO	1.662	1.784	687		4.133
TOTAL	22.616	31.112	18.841	2.218	74.787

Fonte: Quadro de retirantes socorridos pela administração superior da Estrada de Ferro de Paulo Afonso no período de 26 de Julho de 1878 a 29 de Fevereiro de 1880. EFPA, (Cx. 2217) – APA.

Tabela 5 - Quantidade de trabalhadores empregados em 1880

Ano de 1880	Nº TOTAL DE TRABALHADORES	MÉDIA MENSAL
DE JANEIRO A JUNHO	6.356	1.057
DE JULHO A DEZEMBRO	11.001	1.833
TOTAL	17.357	

Fonte: Relatório dos trabalhos da Estrada de Ferro de Paulo Afonso – 1881, EFPA, 1878/1890. (Cx. 2217) – APA.

Em dois anos e meio foram empregados na construção da via férrea 42.972 trabalhadores. Segundo Davi R. Bandeira da Silva, “*a Estrada de Ferro Paulo Afonso foi construída nas caatingas adversas com o auxílio da mão de obra sertaneja, constituída em sua maioria por retirantes da seca, porém, sem trabalho escravo*”.⁸⁴ Para Evelina Antunes F. de Oliveira essa versão é contestável, mesmo que na documentação não haja registro de trabalho servil, ao descobrir que no trabalho pesado, nos trilhos ou na alimentação do trem, predominavam pessoas negras, a pesquisadora de interroga, “*teriam sido realmente contratados regularmente estes ‘ex-escravos’?*”⁸⁵

Nesta discussão é necessário distinguir o trabalho servil institucionalizado de práticas escravistas. Na documentação que consultamos averiguou-se a utilização de castigos físicos contra os trabalhadores. Em ofício de 21 de fevereiro de 1879, destinado a subdelegacia de Polícia de Piranhas pelo secretário do Engenheiro em chefe, Manoel do N. Alves Linhares, solicitando o recolhimento do cadáver de um trabalhador morto em decorrência dos excessos punitivos.

fui informado de que ontem, 20 do corrente foi pelo feitor Lapa, no serviço do Cipó, espancado o trabalhador Lourenço de Tal, **mandando-se lhe ao mesmo tempo aplicar cinco dúzias de bolos**, agora por último que o dito trabalhador em consequência do castigo recebido havia falecido.⁸⁶

No relatório da EFPA enviado ao subdelegado de Piranhas informando o que havia acontecido com o trabalhador Lourenço de Tal, alegou-se que esse foi morto por que ameaçou de morte seu feitor. O documento afirma que:

Lourenço, sendo operário da estrada, foi despedido do serviço pelo auxiliar Thomaz Caetano Lapa por ser surpreendido em **reincidência de furto no armazém de víveres da Estrada**, estabelecido no Alto do Cipó: **dias depois apresenta-se a Lapa pedindo [para] ser admitido para não morrer de fome**, o que foi concebido por compaixão: passados os tormentos da fome esqueceu-se Lourenço bem depressa de suas promessas e continua a dar se a novos furtos, sendo sempre coibido por Lapa, que o ameaçou de prisão, causa está por que possui-se de furor contra Lapa a ponto de querer mata-lo, para o que esperou por várias vezes armado de espingarda, o que não levou a efeito por ter sido Lapa prevenido por várias pessoas [...] indo o engenheiro residente de serviço Jorge Desmarais ao acampamento do Alto do Cipó,

⁸⁴ SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **A construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso: Fotografia e História**. Maceió: IHGAL, 2012, p. 13.

⁸⁵ OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. “Nos trilhos da história de Piranhas: um ensaio sobre a Estrada de Ferro Paulo Afonso.” ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando de e Vanessa Maria Brasil. **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPese, 2005, p. 235.

⁸⁶ Ofício nº 7 de 21 de fevereiro de 1879. EFPA, (Cx. 2217) – APA. Grifos nossos.

Lapa deu-lhe parte [...] ordenou este engenheiro a prisão de Lourenço e sua imediata apresentação ao sr. Subdelegado. Querendo Lapa efetuá-la Lourenço resiste e acomete furiosamente contra Lapa, o que deu lugar a uma luta da qual resultou sair Lourenço com várias contusões que asseguram-me ser ligeiras, **e bem prova o fato de ter trabalhado, depois disto.**⁸⁷

O tipo de castigo, “*cinco dúzias de bolos*”, mais o fato de ter trabalhado depois disto indica um tipo de violência associada ao trabalho escravo. Outro ponto que chama atenção no relatório é o fato de Lourenço de Tal furtar alimentos reiteradamente, isso sugere que o que recebia enquanto trabalhador “livre” na estrada de ferro era insuficiente para alimentação dele e de sua família. Sobre o aspecto da readmissão - que no caso específico de Lourenço era sua segunda - Lapa justifica as readmissões dizendo: “*que muitos outros, despedidos por várias vezes, tornaram-se por último excelentes operários*”⁸⁸. É importante frisar que quando se deu o ocorrido havia pouco mais de seis meses do início obra. Isso demonstra alta rotatividade de força de trabalho, talvez por isso nos registros conste avantajado número de trabalhadores empregados na obra nos dois primeiros anos.

Segundo Davi Roberto, em fevereiro 1880 houve uma mobilização grevista por parte dos trabalhadores da estrada. Motivada pela falta de distribuição dos mantimentos, contudo, logo que as reivindicações foram atendidas pelas autoridades, os trabalhadores retornaram aos serviços.⁸⁹ Em setembro do mesmo ano, o trabalhador Firmino Vicente Ferreira, foi preso e remetido a capital sob a alegação dupla de portar arma de fogo no canteiro de obra e de aliciar os trabalhadores da ferrovia para abandonar o serviço.⁹⁰

Além dos retirantes da seca, vieram para construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso operários contratados na Corte. Esses trabalhadores tinham tratamento distinto, as passagens (de vinda) eram custeadas diretamente pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e seus vencimentos começavam a contar a partir de seus embarques no Rio de Janeiro. Mesmo com essas “regalias”, alguns deles fugiam dos serviços. Em meados de fevereiro de 1879 o Engenheiro em Chefe, Reinaldo von Kruger, enviou um ofício e uma lista ao delegado de Penedo informando o nome alguns de trabalhadores que evadiram dos serviços da ferrovia “clandestinamente”, e que provavelmente teriam partido de canoa para

⁸⁷ Documento nº 4 de 22 de fevereiro de 1879. EFPA, Cx. 2217 – APA. Grifos nossos.

⁸⁸ IDEM.

⁸⁹ SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **A construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso: Fotografia e História.** Maceió: IHGAL, 2012, p. 50.

⁹⁰ Estrada de Ferro Paulo Afonso. Piranhas, Escritório Geral em 6 de setembro de 1880. EFPA, Cx. 2217 – APA.

Penedo, para que nesta cidade pudessem pegar algum vapor com destino a Maceió ou a Bahia.⁹¹ Abaixo os nomes que constavam na lista:

José Maria Gomes, português, Joaquim Tavares, idem, José Pereira da Silva, idem, Antonio Antunes, Antonio Carlos, português, João Fernandes Lima, idem, Antônio da Silva, idem, Luiz Marcello Leal, pardo, brasileiro, Emílio Rodrigues da Cruz, pardo, idem, João da Cunha Ferreira, português.⁹²

Chama atenção o número de portugueses contratados como mão de obra especializada. Provavelmente contratados coletivamente, pois segundo as folhas de pagamento do mês de janeiro de 1879, organizada pelo secretário Manoel N. Alves Linhares, os operários que evadiram das obras da Estrada de Ferro Paulo haviam trabalhado 18 dias cada.⁹³ O fato de terem fugido juntos indica que esses trabalhadores mais especializados partilhavam de interesses em comum, atitudes partilhadas que podiam eventualmente significar algum nível de consciência de classe.

Em suma, na construção da Estrada de Ferro Paulo empregou-se milhares de retirantes da seca de 1877, obrigados a labutar em troca de alimentos para si e para seus familiares, e também operários qualificados, inclusive de procedência estrangeira. Em ambos os casos, o Governo Imperial foi o agente pagador.

Já se discutiu anteriormente nessa pesquisa qual foi o principal propósito para construção da via Estrada de Ferro Paulo, ou seja, interligar a extensa rota fluvial sanfranciscana. Esse desígnio se sobrepunha a ideia de uma ferrovia construída para fomentar o desenvolvimento local da economia por onde passou os trilhos. Todavia, uma vez implantada pelo Governo Imperial, a ferrovia possibilitou, em seu perímetro, iniciativas como as do capitalista Delmiro Gouveia, implementadas no início do século XX.⁹⁴

⁹¹ Estrada de Ferro Paulo Affonso. Piranhas, Escritório Geral em 11 de fevereiro de 1879. EFPA, Cx. 2217 – APA.

⁹² IDEM.

⁹³ Nota de alguns trabalhadores que vieram do Rio de Janeiro. Está conforme às folhas de pagamento do mês de janeiro de 1879, elaborada pelo Secretário Manoel do N. Alves Linhares, EFPA, Cx. 2217 – APA.

⁹⁴ A Geografia Econômica explica suficientemente a presença de Delmiro Gouveia na vila sertaneja de Água Branca, em outubro de 1902, quando o alto comerciante precisou abandonar a capital pernambucana. Trocando a metrópole do Nordeste pela antiga sede de um Baronato alagoano, Delmiro Gouveia julgou-se não apenas bem protegido contra qualquer perseguição vinda de Pernambuco, mas também em estar bem situado para continuar o seu grande negócio de peles. A facilidade dos transportes atraiu-o, porém, ainda mais para perto da cachoeira de Paulo Afonso, levando-o a fixar-se na desconhecida estação ferroviária da Pedra, entre Piranhas e Jatobá. Cf. ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 97.

1.6 Aspectos gerais do Sertão alagoano no final do século XIX e início do XX.

O uso do termo sertão na língua portuguesa remete a um período remoto entre os séculos XII e XIV. A princípio se referia as áreas mais distantes de Lisboa dentro do próprio território que viria a ser o Estado de Portugal. A partir do século XV, com as expansões marítimas do Estado português, a palavra passou a ser empregada para “*nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas sobre as quais pouco ou nada sabiam*”⁹⁵. Em terras brasileiras, no começo da colonização portuguesa, mas também no início do século XIX, o termo era utilizado de maneira recorrente nas crônicas e relatos dos viajantes.⁹⁶

Conforme Janaína Amado, “sertão” foi uma categoria construída pelos colonizadores portugueses, carregada de sentidos negativos, como sendo o local onde habitavam os “selvagens”, indivíduos sem preceitos políticos, jurídicos e religiosos. No Brasil, a concepção de sertão foi forjada em oposição à de litoral, porém são complementares, “*sem seu principal referente (litoral, costa), ‘sertão’ esvazia-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa*”.⁹⁷ Dentro desta ótica dualista, o litoral representava a civilização e a cultura, enquanto o sertão era o lugar da natureza bruta, habitado por “bárbaros”, hereges e infiéis.

Além de categoria espacial, sertão é também uma categoria do pensamento social e da cultura brasileira.⁹⁸ Historiadores de distintos enfoques teóricos e metodológicos dedicaram espaço ao estudo do sertão em seus respectivos estudos sobre a formação social brasileira.⁹⁹ Todavia, esses trabalhos desenvolvem explicações gerais sobre a formação do Estado e da Nação brasileira, de modo que, o conceito de sertão é utilizado para tratar de áreas tão distintas quanto, por exemplo, o oeste alagoano e o interior do Estado de São Paulo.

⁹⁵ AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. (141-145) p. 147.

⁹⁶ MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. **O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX**. História vol. 28 n°. 2. São Paulo, 2009. (621-643).

⁹⁷ AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. (141-145) p. 149.

⁹⁸ IDEM.

⁹⁹ Ver por exemplo, ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1982. (113-168, 231-234) 337 p. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia Das Letras, 1994. 301 p. SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 415 p. CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. 3ª. São Paulo: Martin Claret, 2010.

Do ponto de vista historiográfico, que visa à compreensão do particular em sua relação com o todo, em que é fundamental as delimitações de tempo e espaço, a produção ainda está em fase inicial. De modo que, ainda carecemos de estudos para compreendermos os vários sertões brasileiros, inclusive os diversos sertões do semiárido nordestino.¹⁰⁰

No início do século XX, o sertão de Alagoas contava oito municípios: Paulo Afonso (atual Mata Grande), Água Branca, Piranhas, Pão de Açúcar, Santana e Belo Monte, Palmeira dos Índios e Traipu. Os dois últimos tinham apenas parte do seu território situado na zona sertaneja alagoana, porém, do ponto de vista da produção material se assemelham mais ao sertão do que a zona agrestada. No final do século XIX e início do XX, o sertão alagoano passou por um período de expansão econômica e populacional.

Tabela 6 - População do Sertão de Alagoas entre 1890 e 1920

MUNICÍPIO	Período		
	1890	1900	1920
Paulo Afonso	8.072	11.170	21.516
Água Branca	6.968	10.848	20.361
Piranhas	3.497	3.523	3.476
Pão de Açúcar	11.848	14.334	21.812
Santana	10.525	17.110	40.234
Belo Monte	2.034	10.126	8.177
Palmeira dos Índios	15.910	22.237	39.271
Traipu	13.342	19.413	20.355
TOTAL	72.196	108.761	175.202

Fonte: MARROQUIM, Adalberto Afonso. Terra das Alagoas. Roma: Editori Maglione & Strini. Succ E Loescher, 1922.

Em trinta anos a população do sertão alagoano mais que duplicou. Observa-se um percentual de crescimento demográfico maior que o observado para o Estado no mesmo período, que passou de 511.440 para 978.748 habitantes.¹⁰¹ O ritmo de crescimento populacional foi mais intenso se comparado ao que se verificou nas duas últimas décadas do Império brasileiro.

¹⁰⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. "Sertão ou sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha." SILVA, José Borzacchiello da, Eustógio Wanderley Correia DANTAS e Antônio Jeovah de Andrade MEIRELES. **Litoral e sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 13 - 22.

¹⁰¹ População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br./sinopse/index.php?dados=4&uf=00> Acesso em 28 jan. 2015.

Tabela 7 - População do Sertão de Alagoas no Censo de 1872

MUNICÍPIO	1872			CIDADÃOS VOTANTES
	Nº DE HABITANTES	LIVRES	ESCRAVOS	
Paulo Afonso	5.189	4.862	327	não informado
Água Branca	5.730	5.399	331	247
Pão de Açúcar	9.010	8.601	409	1.287
Santana	8.735	8.453	282	720
Palmeira dos Índios	17.022	13.611	3.411	1.425
Traipu	12.439	11.721	718	1.139
TOTAL	58.125	52.647	5.478	4.818

Fonte: Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1878, contratado por Amintas & Filho (sétimo ano). Maceió. Typographia Social, 1878.

Em todos os municípios, exceto Palmeira dos Índios - cujo percentual de escravos chega a quase 20% da população, a porcentagem de habitantes escravos é menor que 10% das suas respectivas populações. Sobre esse aspecto da escravização do negro no sertão o eminente historiador Dirceu Lindoso, vai falar que:

no Grande Sertão, não houve, como sistema, a escravidão de negros comprados nos portos da Costa d'África. Os negros que chegaram ao sertão eram negros fugidos da destruição do Quilombo dos Palmares, negros que, depois de 1694, fizeram pequenas comunidades quilombolas no agreste de matas secas [...] A moral da escravidão não penetrou no Grande Sertão, que teve sempre poucos negros, mas negros de quilombos, e depois de 1888, negros livres.¹⁰²

Segundo Lindoso, “o sertão desconheceu a escravidão negra da cana de açúcar”.¹⁰³ Isso por que nos sertões nordestinos, e dentre eles, o sertão alagoano prevaleceram às fazendas de gado, o cultivo do algodão, do milho, do feijão, dentre outras culturas de ciclo vegetativo curto.

Vejamos logo mais de maneira pormenorizada uma síntese da situação econômica do sertão alagoano no final do século XIX. A consulta aos almanaques administrativos da Província (e depois Estado de Alagoas) publicado a partir da década de 1870 nos permitiu averiguar a dinâmica econômica desses municípios.

¹⁰² LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira (FAP), 2011, p. 41/43.

¹⁰³ IDEM, p. 43.

No Município de Palmeira dos Índios, o principal produto agrícola era o algodão produzido em grande quantidade e exportado já descaroçado e ensacado para as praças de Maceió, Pilar, São Miguel e Penedo. Havia alguns engenhos de açúcar onde se produzia principalmente rapaduras para serem vendidas nas feiras do sertão. Destacava-se também a criação de gados, com destaque para tipo vacum.

O comércio era desenvolvido, especialmente na sede do Município e na povoação de Olhos d' Água do Accioly, onde se encontravam vários estabelecimentos de fazendas, secos e molhados, além disso, nestas localidades ocorriam importantes feiras.

No que se refere à indústria contava apenas 4 fábricas de cal (caieiras), 5 fábricas de curtir couros, 2 padarias e 10 engenhos de fabricar açúcar, contava também 6 máquinas para descaroçar e prensar algodão. No que diz respeito aos ofícios eram: 14 sapateiros, 2 alfaiates, 1 cabelereiro, 10 ferreiros, 5 funileiros, 3 ourives, 2 marceneiros, 1 relojoeiro e 1 seleiro.¹⁰⁴

O Município de Santana do Ipanema, além do algodão, produz também mamona e milho. Porém, sua principal fonte de riqueza estava na criação de gados de toda espécie, havendo em seu território avultado número de fazendas. Existiam na sede do Município e no Poço das Trincheiras diversas casas de negócio, na feira se comercializava gado, peles, couros, sola, algodão em rama, legumes, sal, água ardente e carne seca. A indústria se restringia as máquinas de descaroçar algodão, ao todo 6 máquinas, e a 1 padaria. Havia também 9 artistas.¹⁰⁵

Existiam em Traipu boas casas de negócios que mantinham relações comerciais com as praças de Penedo e da Bahia. O ramo industrial mais florescente era o do preparo da carne seca de gado, exportado em grande quantidade para Penedo, Propriá e outras localidades do baixo São Francisco. Esse ramo industrial decorria da eminência do Município na criação de gado. O gado também era negociado vivo, de Traipu saiam numerosas boiadas para os mercados do norte do Estado. No seu solo fértil cultivava-se algodão em larga escala, além deste, o milho, o feijão, o arroz, e a mamona também eram cultivados.

¹⁰⁴ Almanak Administrativo Estado de Alagoas para o ano de 1891, Editor proprietário Antonio Alves. (ano XX) Maceió. [ilegível], 1891, p. 149 a 164.

¹⁰⁵ IDEM, p. 520 a 529.

Traipu contava com 4 alfaiates, 2 ferreiros, 2 funileiros, 2 marceneiros, 2 ourives, 3 sapateiros, 1 seleiro, 1 tanoeiro e 3 professores de música.¹⁰⁶

No Município de Belo Monte cultivava-se algodão e cereais, especialmente o arroz que ali era abundante. Em seu território existia importantes fazendas onde se criava o gado vacum, lanígero, muar e suíno. O comércio contava com pequenas casas de negócios: duas lojas de fazendas e três vendas de secos e molhados. A indústria se resumia a 4 máquinas de descarçar e enfardar algodão. Entre os profissionais, existiam: 1 alfaiate, 2 carpinteiros, 1 ferreiro e 2 marceneiros.¹⁰⁷

Em Pão de Açúcar, principalmente na sede do Município havia intenso movimento comercial, inclusive importações de mercadorias estrangeiras e de outros Estados brasileiros. Os comerciantes locais se abasteciam nas praças de Penedo e da Bahia e os revendiam nas suas casas de comércio. Para essas praças exportava-se em considerável escala o algodão, maior fonte de riqueza agrícola do município comercializado em rama. Também se exportava feijão, milho, arroz, mamona, couros, sola e peles miúdas curtidas e em cabelo.

A pecuária era importante na economia do município, com importantes fazendas de gado vacum, lanígero e caprino. De Pão de Açúcar exportava-se grandes boiadas para o abastecimento de diversos mercados do Estado, inclusive para a Capital. Além do gado vivo, exportava-se a carne seca semanalmente para as feiras de Propriá e Penedo.

Havia na sede do Município 4 alfaiates, 4 ferreiros, 3 ourives e 1 médico, o Dr. Antônio Militão de Bragança. Contava também com 4 padarias, 2 farmácias e 1 tipografia, nesta era editado o periódico semanário O Trabalho, publicado aos domingos.¹⁰⁸

O Município de Piranhas após o estabelecimento da navegação a vapor no baixo São Francisco, em agosto de 1867, se transformou num entreposto para os sertões de Pernambuco, Bahia e demais regiões. Ali terminavam as jornadas por terra para os que desciam, e as viagens por água dos que subiam. Devido a essa posição estratégica com relação à navegabilidade do São Francisco, desenvolveu-se na localidade importante incremento comercial. Entretanto, o povoado não crescia na proporção de sua importância mercantil, pois sua topografia não oferecia condições de crescimento.

¹⁰⁶ IDEM, p. 571 a 580.

¹⁰⁷ IDEM, p. 409 a 414.

¹⁰⁸ IDEM, p. 265 a 275.

Na maior parte do território de Piranhas o solo é estéril e árido, constituído de rochedos de granito e penhascos inacessíveis. Devido a essas condições naturais as atividades agrícolas eram ínfimas, havendo apenas algumas plantações de algodão e pequenos roçados de mandioca, arroz, milho e feijão nos poucos lugares onde é possível a atividade agrícola. Porém, havia alguma criação de gado bovino, muar e lanígero em diversas fazendas.

O comércio de Piranhas dependia da compra de produtos que desciam do alto sertão, como couros, peles e gado. Havia lojas de fazendas, miudezas, armazéns de secos e molhados que abasteciam o consumo local e de outros municípios mais centrais de Alagoas, Pernambuco e Bahia. A indústria se restringia a curtumes de couro e peles, ao fabrico de cigarros, uma fábrica de telhas e tijolos, uma padaria e pequenas oficinas de ferreiro, funileiro, marcenaria, alfaiates e sapateiros. Há também 5 pedreiros, 1 ourives, 2 fogueteiros, 2 carpinas e 1 tanoeiro.¹⁰⁹

No Município de Paulo Afonso (Mata Grande) a maior fonte de riqueza advinha da criação de gados, havendo nele importantes fazendas. Apesar de localizado em pleno sertão, a natureza lhe concedeu o inestimável legado de uma zona fértil, um verdadeiro “oásis” no meio no meio sertão. A serra de Mata Grande dilata-se por uma extensão de 4 léguas, em toda a serra desde da base até seus pontos mais elevados, existe em todos os tempos e estações uma vegetação soberba, viçosa e abundante.

O algodão era o principal produto agrícola, cultivado em larga escala, mas também se plantava mandioca, feijão milho e outros legumes, como a cana de açúcar utilizada na região para fabricar rapaduras. O comércio era realizado especialmente na sede do Município onde se encontravam casas bem surtidas de fazendas, onde se negociavam secos e molhados, ferragens, drogas e outros artigos. No que se refere à indústria, havia apenas 4 engenhocas de fazer rapaduras, 2 padarias e 3 máquinas de descaroçar algodão. Havia também 5 alfaiates, 7 ferreiros, 3 marceneiros, 4 sapateiros, 2 ourives e 1 funileiro.¹¹⁰

A denominação do Município de Água Branca se originou de uma fonte de água puríssima de cor esbranquiçada, situada numa serra de mesmo nome, com cerca de 4 a 5 léguas de extensão, e coberta de verdejante mata onde havia terrenos propícios às atividades

¹⁰⁹ Almanak Administrativo Estado de Alagoas para o ano de 1891, Editor proprietário Antonio Alves. (ano XX) Maceió. [ilegível], 1891, p. 489 a 497.

¹¹⁰ IDEM, p. 469 a 477.

agrícolas. Lá se cultivavam o algodão, a cana de açúcar, a mandioca, o feijão, o milho e outros legumes. O café também era produzido ali.

Existia no final do século XIX diversas e boas fazendas de criação de gado bovino, lanígero e caprino, sendo inclusive Água Branca um dos municípios que mais contribuía para o erário público com dízimo de gado. Em Várzea do Pico, um dos mais importantes povoados do município, havia nas terças feiras uma grande feira, onde se comercializava gado bovino, animais cavalares e muares, couros, peles e outros gêneros que desciam do alto sertão, além de fazendas, miudezas, charque, sal, vinho, água ardente, cereais, e tudo mais que afluía do próprio sertão ou do litoral.

A indústria se resumia a uma padaria e uma fábrica de cigarros, havia no Município 1 alfaiate, 1 fogueteiro, 1 funileiro, 2 sapateiros e 2 marceneiros.¹¹¹

No final do século XIX havia no sertão de Alagoas destacava-se o cultivo do algodão e a pecuária. A construção da estrada de ferro Paulo Afonso, entre 1878 e 1883, ligando o baixo ao alto São Francisco demonstra a importância da região na integração da economia do País ao mercado mundial.

Acreditamos que a vinda de Delmiro Gouveia para Alagoas, especificamente para a vila da Pedra, no município de Água Branca, tenha sido motivada pela condição estrutural montada na região desde o século anterior. Para esta questão será dedicado um capítulo exclusivo, o seguinte.

¹¹¹ IDEM, p. 386 a 394.

2 DELMIRO GOUVEIA: TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DO INDUSTRIAL.

Neste capítulo, procederemos a uma investigação sobre a trajetória do capitalista Delmiro Gouveia. Não pretendemos realizar mais uma biografia entre as tantas já existentes.¹¹² O objetivo é rastrear quais foram às condições políticas e econômicas em que desenvolveu suas atividades de comerciante e industrial, principalmente nos estados de Pernambuco e Alagoas. Exploraremos suas relações com a oligarquia rosista em Pernambuco e a maltina em Alagoas. Na parte final do capítulo se verificar as concessões do governo de Alagoas a firma Iona & Cia., e pela Companhia Agro Fabril Mercantil S/A, empresas que Delmiro sócio majoritário.

2.1 Delmiro Gouveia: juventude e orfandade

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia nasceu em 1863, em Ipu, no Ceará. Era o segundo filho de um relacionamento extraconjugal entre Delmiro Porfírio de Farias e Leonila Flora da Cruz Gouveia. Ele, comerciante de animais de montaria e cargas pelo interior nordestino; ela, filha de um rico proprietário rural de Pau d'Alho, Pernambuco. Quando Porfírio Farias conheceu Leonila, ele já era casado e pai de cinco filhos, todavia, convenceu-a a fugir com ele para o interior do Ceará, onde passaram a residir numa fazenda de parentes, local onde nasceram os dois filhos do casal: Maria Augusta e Delmiro.¹¹³

Em 1868, após a morte do pai de seus filhos, na Guerra do Paraguai, Leonila mudou-se com suas duas crianças para Goiana, em Pernambuco. Segundo Félix Lima Júnior, “*ao ter ciência da morte do companheiro, Leonila Flora, isolada e sem recursos, deixa o Ceará e a bordo de um vapor volta a Pernambuco*”.¹¹⁴ Mas não procurou a família, pois segundo o autor, como de costume na época, ela havia sido excomungada.

¹¹² “Não é grande a literatura acadêmica acerca de Delmiro Gouveia. Seu nome aflora com mais frequência em ensaios, crônicas e romances do que em trabalhos de maior rigor científico. O predomínio pertence aos biógrafos e cronistas”. Cf. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “Delmiro Gouveia e as alternativas para o desenvolvimento da região do São Francisco.” Sá, Antônio Fernando de Araújo e Vanessa Maria Brasil. **Rio sem histórias? leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPESSE, 2005. 241-259 (p. 241).

¹¹³ LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, p. 18.

¹¹⁴ IDEM, p. 18.

Sem o apoio dos familiares e com dois filhos para alimentar, em 1872, Leonila migra para o Recife, levando consigo suas crias. Na capital pernambucana empregou-se como doméstica na residência do Dr. José Vicente Meira de Vasconcelos, um jovem advogado e professor de Direito da Faculdade do Recife. Além do emprego, Vicente Meira assumiu o papel de preceptor dos filhos de Leonila. Conforme Tadeu Rocha, ele foi quem alfabetizou Delmiro Gouveia, “foi quem lhe botou nas mãos a cartilha de ABC”.¹¹⁵ Em 6 de outubro 1878, já no leito de morte, Leonila casou-se com Vicente Meira, e no dia seguinte faleceu.

Aos 15 anos, órfão de pai e mãe, Delmiro Gouveia decidiu se virar por conta própria. Depois da morte de sua mãe o jovem ficou sem nenhum parente na capital pernambucana, pois sua irmã, Maria Augusta, já havia se casado no ano anterior e mudado para Fortaleza.

Ainda em 1878, Delmiro começou a trabalhar como cobrador na Brazilian Street Railways Company, concessionária que administrava o sistema de transporte ferroviário no Recife. Nesta companhia, chegou a exercer a função de Chefe de Estação em Caxangá. Em 1881, aos dezoito anos, passa a trabalhar como “Caixeiro Despachante” na firma Joaquim Duarte Simões. No ano seguinte passou a condição de “Ajudante de Despachante”, tendo como endereço a Rua da Vitória, n. 12.¹¹⁶ Nessa atividade, fez contatos com as firmas exportadoras de peles e algodão com sede no Recife, para as quais desempenhava a função de intermediário comercial.

Delmiro logo percebeu a potencialidade do comércio de courinhos (peles de caprinos e ovinos). Conforme depoimento de Adolpho Santos, ele disse: ‘*Não há dúvida! O negócio é excelente e vou dedicar-me a ele*’.¹¹⁷ E dedicou-se, transformando-se no principal intermediário entre os produtores de peles (de cabras e ovelhas) e couros (de boi) espelhados pelos sertões nordestinos e as firmas exportadoras de peles e algodão - Herman Lundgren e Rossbach Brothers.¹¹⁸

Essa atividade exigia muitas excursões pelo interior nordestino. Numa dessas viagens pelo interior de Pernambuco, Delmiro conheceu sua futura esposa, Anunciada Cândida de Melo Falcão, na cidade de Pesqueira, com quem se casou em agosto de 1883. Após o

¹¹⁵ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 34.

¹¹⁶ IDEM, p. 40.

¹¹⁷ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico**.” Revista do Arquivo Público de Pernambuco, 1994, p. 11.

¹¹⁸ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 187.

matrimônio, volta com sua esposa para o Recife, onde passou a residir na Rua São João, no Bairro São José, posteriormente, quando já dispunha de certa riqueza acumulada no comércio de peles, adquiriu uma chácara em Apipucos, a qual denominou de ‘*Vila Anunciada*’,¹¹⁹ nesta construiu um suntuoso palacete¹²⁰ e foi morar com sua esposa. Todavia, permaneceu ligado ao comércio de peles.

Trabalhou também para o grande curtume Keen Sutterly & Co., da Filadélfia (EUA), e tornou-se gerente de sua filial no Recife, após voltar de viagem de negócio que fez ao EUA, em 1892. Mas sua gestão foi curta, pois devido a problemas financeiros no seu país de origem o grande curtume suspendeu suas atividades no Brasil.¹²¹

Nessa época Delmiro Gouveia já era reconhecido oficialmente com comerciante recifense. Havia inclusive sido sócio-proprietário de uma firma para comprar e exportar courinhos, aberta em sociedade com o inglês Clément Levy. Conforme relatou Tadeu Rocha, em pesquisa realizada na Junta Comercial de Pernambuco, essa firma denominada de Levy & Delmiro foi estabelecida em 26 de julho de 1891, tendo sido constituída para:

negociarem em courinhos e outro qualquer gênero que lhe convier. O capital da firma era de oitenta contos de réis (80.000,00), dividido igualmente entre os dois sócios, e a duração seria de três anos. Ao sócio Levy cabiam os serviços de escritório e relações bancárias; a Delmiro, as compras e a fiscalização do armazém, situado no Largo da Assembleia, n. 2, bairro peninsular do Recife.¹²²

A parceria com o inglês Levy Clement acabou antes do prazo previsto, em fevereiro de 1893. Com a dissolução da sociedade Delmiro ficou com todo o ativo da empresa.¹²³ Delmiro conhecia bem o mercado de couros e peles, e não tardou em abrir uma nova empresa para atuar no ramo.

Também em parceria, desta vez com Antônio Carlos Ferreira da Silva, diretor gerente do Banco de Pernambuco e profundo conhecedor das operações de câmbio, fundou a

¹¹⁹ MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963, p. 32.

¹²⁰ Neste prédio, funciona atualmente a sede do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), esta instituição preserva importante acervo documental sobre a trajetória de Delmiro Gouveia. Cf. ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **A presença de Delmiro Gouveia no Acervo da Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, 2007.

¹²¹ MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963, p. 50.

¹²² ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 44.

¹²³ IDEM, p. 45.

firma Delmiro & Cia., com sede na Rua do Brum, nº 24.¹²⁴ A Delmiro & Cia., logo absorveu os negócios de Ernesto Kant, um francês, exportador de peles que se rendeu a feroz concorrência do cearense.¹²⁵ Além dos negócios de Kant, a Delmiro & Cia incorporou também os ex-funcionários do francês, Luís Bahia, Leonello Iona e Guido Ferrário, os incluindo como sócios.

Para o pesquisador Davi Roberto B. da Silva, a escolha dos sócios de Delmiro se dava por dois motivos: ele “*considerava importante estabelecer firmas com sócios, tanto pelo capital financeiro que esses podiam agregar, quanto por serem especialistas nas áreas em que atuavam.*”¹²⁶ Ao mesmo tempo, confiava muito no trabalho dos seus sócios a ponto de ausentar-se por diversas vezes em viagens pela América do Norte e Europa.

No final da última década do século XIX, Delmiro Gouveia era um homem rico e prestigiado. Estava seguro no monopólio na exportação de couros e peles no comércio do Recife, apelidado de “Rei das Peles”. Em 1898 chegou a presidir a Associação Comercial de Pernambuco. Era um nome de projeção no meio comercial e social do País. A esta altura não desejava mais “mourejar” a frente dos negócios, “*mas dirigir homens capazes, que sob sua orientação desenvolvessem seus planos e capitais*”.¹²⁷ Firme em seu propósito dissolveu a 1º de maio do corrente ano a firma Delmiro & Cia., e com o Capital desta organizou vários outras, da quais se tornou comanditário.¹²⁸

Como sócio comanditário, ou seja, aquele que entra numa sociedade com o Capital, mas que não participa diretamente da administração do negócio, Delmiro Gouveia ampliou e diversificou a natureza dos seus empreendimentos. Entre 1898 e 1899 organizou as firmas: Silva, Cordeiro & Cia., Fiúza & Cia., Gouveia & Cia. e Cunha e Gouveia.¹²⁹ Neste momento também houve um maior estreitamento entre Delmiro Gouveia e a classe política pernambucana, manifestado através de favores e encaixos.

¹²⁴ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 35.

¹²⁵ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O Senhor da pedra: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980)**. Recife: (Tese de Doutorado em História) UFPE, 2008, p. 20.

¹²⁶ SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **Ousadia no Nordeste: a saga empreendedora de Delmiro Gouveia**. Maceió: FIEA, GIJS, 2007, p. 36.

¹²⁷ MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963, p. 57.

¹²⁸ IDEM.

¹²⁹ SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **Ousadia no Nordeste: a saga empreendedora de Delmiro Gouveia**. Maceió: FIEA, GIJS, 2007, p. 48/49.

Neste período os interesses econômicos de Delmiro Gouveia e o projeto político de consolidação da Oligarquia Rosa e Silva¹³⁰ no Estado de Pernambuco começaram a colidir. Declaradamente assumiu “oposição” ao grupo de Rosa e Silva, aproximou-se do grupo político oposicionista ao oligarca e ao Partido Republicano Federal radicado na capital pernambucana. Dentre os membros mais destacados desse grupo encontravam-se José Mariano, Gonçalves Maia, Phaelante da Câmara e Coelho Cintra.¹³¹ Este último foi prefeito do Recife entre 1896-1899.¹³² Foi na gestão dele que Delmiro firmou os contratos para construção de um grande mercado no bairro da Estância, nessa época subúrbio da cidade, nos terrenos que outrora faziam parte do hipódromo do Derby.¹³³

2.2 O Mercado dos “Derbies” no Derby

Ironicamente o Mercado do Derby, cujo nome oficial era Mercado Coelho Cintra, se tornou objeto de disputa política na capital pernambucana no final do século XIX. Em 1898, o então prefeito do Recife, José Cupertino Coelho Cintra recebeu uma proposta da empresa Fiúza & Cia para aberturas de novas ruas e a execução de algumas obras, incluindo uma Escola Municipal e um novo mercado nos terrenos do Derby,¹³⁴ na época zona periférica da cidade. O Jornal do Recife noticiou a proposta como uma oferta valiosa.¹³⁵ O novo mercado foi aprovado unanimemente pelo Conselho Municipal do Recife em março do mesmo ano.¹³⁶ O contrato previa o privilégio de exploração comercial do empreendimento por 25 anos, e mais a isenção de impostos municipais por tempo igual após sua inauguração,¹³⁷ depois desse período o recinto passaria para o poder público municipal.

¹³⁰ Francisco de Assis Rosa e Silva, político hábil, cuja conversão ao republicanismo no início da década de 1890 lhe permitiu a legitimação no nível nacional e a dominação política no seu Estado (1896-1911). Rosa e Silva consolidou o poder em Pernambuco construindo uma rede rigorosamente disciplinada, com base no controle coronelista de municípios rurais; e a sua máquina política administrava Pernambuco da capital do Estado ao passo que ele governava, *in absentia*, da sua residência permanente no Rio de Janeiro. Cf.: LEVINE, Robert. “Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937.” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 140.

¹³¹ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 197.

¹³² <http://www.recife.pe.gov.br/pr/galeria/> Acesso em 03 de fev. 2015.

¹³³ Jornal do Povo, 22 de abril de 1899, p. 2.

¹³⁴ Jornal do Recife, 09 de Fevereiro de 1898, p. 2.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Jornal do Recife, 23 de Março de 1898, p. 2.

¹³⁷ Clausula 19ª do Contrato. Jornal do Recife, 24 de Março de 1899, p. 2.

Em agosto do corrente ano, as obras do “novo mercado” já se encontravam bastante adiantada. Os redatores do Jornal do Recife, após fazerem uma visita ao estabelecimento a convite de um dos seus proprietários, relatam o seguinte:

tivemos anteontem, a convite do Sr. Coronel Napoleão Duarte, o prazer de visitar o grande e elegantíssimo edifício que sob sua imediata direção se está construindo na Capunga, na vasta área até então ocupada pelas arquibancadas do Derby Club. A impressão que nos causou a visita foi a mais grata possível [...] É bastante vasto, extraordinariamente ventilado e perfeitamente dividido. Podemos sem medo errar afirmar aos nossos condescendentes leitores que virá a ser o edifício mais grandioso de Pernambuco.¹³⁸

Antes mesmo de sua inauguração, no princípio de 1899, o Mercado do Derby já despertava o interesse da sociedade recifense. Era tratada como uma obra monumental para os padrões da época. Conforme descreveu Francisco Magalhães Martins:

Sua área media 129 m de comprimento, por 28 de largura, com 18 portões e 112 janelas e venezianas. No centro, erguia-se um pavilhão superior, do qual se observava todo o movimento. O mercado, dividido em muitas seções, contava com 264 compartimentos, servidos de balcão de mármore, dispostos em forma de três ruas paralelas. As cobertas laterais dos dois corpos principais do edifício eram suspensas por quatro linhas e várias colunas de ferro, e a coberta central, elevada e suspensa sobre tesouras, era servida por ventiladores de renovação de ar, dando luz à parte interna. Chafarizes e torneiras distribuía água por todo o prédio, com perfeito sistema de esgoto. Em frente à fachada principal, havia uma área ajardinada. Todo o pátio, a leste do estabelecimento, era aproveitado por um velódromo, com a extensão de quatrocentos metros. Existiam dependências, no lado, destinadas a uma luxuosa hospedaria e a vários jogos, bares, divertimentos.¹³⁹

Para alguns pesquisadores o Derby foi a versão pioneira de um shopping center no Brasil.¹⁴⁰ Pois era ao mesmo tempo um centro comercial, inclusive de artigos sofisticados, e também de lazer. “*Vendia-se, durante o dia e até a alta noite, nos dias movimentados – sábados, por exemplo – desde gêneros alimentícios triviais até artigos finos, importados*

¹³⁸ Jornal do Recife, 31 de Agosto de 1898, p. 2.

¹³⁹ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 56/57.

¹⁴⁰ Cf. ALVES, Sérgio. “Empreendedorismo pioneiro e inovação organizacional no limiar do século XX: uma análise do legado de Delmiro Gouveia.” DIÓGENES, Eliseu, Sérgio ALVES e Davi Roberto Bandeira da SILVA. **Delmiro Gouveia entre o mito e a realidade: seus empreendimentos e sua contextualidade no tempo e no espaço**. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 195; Ver MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “O coronel dos coronéis.” Revista de História (2006): 1-4.

diretamente do estrangeiro”.¹⁴¹ Para vender os gêneros de primeira necessidade mais barato que seus concorrentes no Derby eliminaram-se os intermediários.

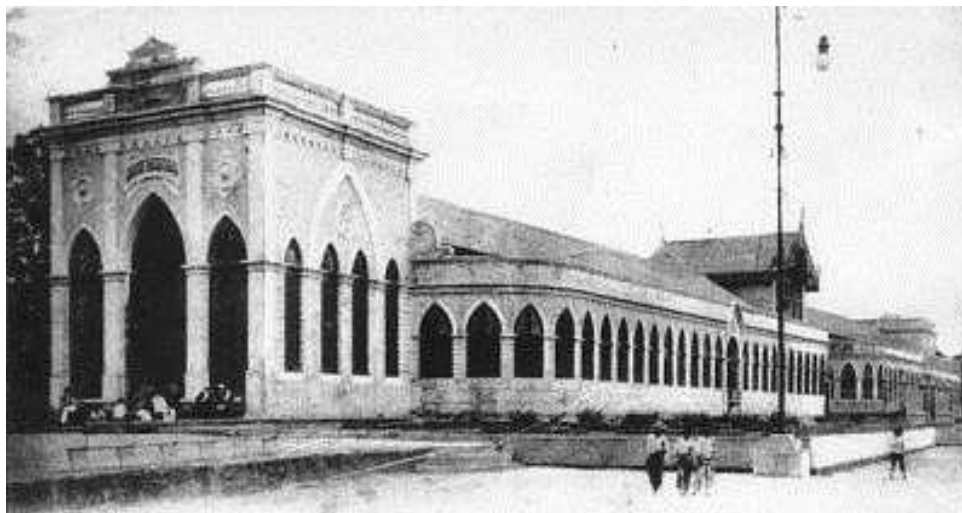


Figura 1 - Mercado do Derby, Recife, construído em 1899, na época subúrbio da cidade. (Fonte: Arquivo da Fundaj 2007.)

Além de extinguir os intermediários, os proprietários do Mercado do Derby contavam com a isenção de impostos na comercialização das mercadorias. Dessa forma, poderiam vender os produtos por preços menores do que os que se praticavam na praça, sem que seus lucros fossem comprometidos. A partir do segundo trimestre de 1899, o Jornal do Recife passou a publicar os boletins diários dos preços dos produtos praticados no Mercado São José¹⁴² e no Derby numa mesma coluna.¹⁴³

Afora a confrontação de preços entre os mercados, lia-se no periódico, anúncios do tipo: “*Mercado Coelho Cintra no Derby – A farinha de ótima qualidade é vendida de 1\$700 a 2\$000. Há gelo durante o dia e à tarde todos os jornais*”.¹⁴⁴ Neste mesmo dia outro anúncio do Derby foi publicado na folha recifense:

Mercado Coelho Cintra no Derby – vende-se carne de ótima qualidade, e até às 11 horas, a 800 rs. 900 rs. O quilo, e em quantidade suficiente para suprir

¹⁴¹ LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, p. 62.

¹⁴² SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO RECIFE. Histórico dos Mercados. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/mercados.html>> Acesso em: 11 de Fev. 2015.

¹⁴³ Jornal do Recife, 11,16, 20, 21, 23, 24, 25, 26 de Maio; 6, 8, 9, 11, 23, 28 de Junho; 11, 12, 14, 16 de Julho de 1899. Desta última data em diante nos boletins só constava os preços dos produtos no Mercado São José.

¹⁴⁴ Jornal do Recife, 16 de Maio de 1899, p. 2.

o público. Também vende-se farinha, de ótima qualidade feijão, milho, arroz, carne de charque, bacalhau, peixe, camarão, verduras, frutas e outros gêneros. Há pela manhã bondes de bagagem, sendo o primeiro às 05h30min e o segundo as 6h30min.¹⁴⁵

Durante cerca de três meses os anúncios do “Mercado Coelho Cintra no Derby” estiveram constantes no Jornal do Recife, até que na segunda metade do mês de julho esses cessam. Ao que nos parece à descontinuidade das propagandas do Derby no periódico foi motivada pelas disputas políticas envolvendo os membros da oligarquia rosista e sua oposição, no final da última década do século XIX.

Em 1899, sucedendo José C. Coelho Cintra, assumiu a administração do Recife Esmeraldino Olímpio de Torres Bandeira, membro da oligarquia rosista. A atuação da nova gestão colidiu com os interesses comerciais de Delmiro, principalmente em relação ao Mercado do Derby. O primeiro conflito decorreu de uma divergência em torno da legalidade da comercialização de carnes verdes no novo mercado.¹⁴⁶ Depois houve a apreensão dos 400 sacos de farinha na Estação Central, por ordem do Prefeito.¹⁴⁷ Em outro momento a contenda se deu por conta da abertura de uma valeta para o escoamento das águas da chuva pela prefeitura nos terrenos das ruas novas abertas no Derby.¹⁴⁸

Segundo os biógrafos Francisco Magalhães Martins e Olympio de Menezes, foram os incidentes entre Delmiro e o prefeito do Recife, Esmeraldino Bandeira, que o motivou a ir ao Rio de Janeiro para falar com o Conselheiro e vice-presidente da República Rosa e Silva, a fim de remover óbices criados com os incidentes e evitar novos desentendimentos.¹⁴⁹ O encontro foi facilitado por um amigo em comum, o deputado Cornélio da Fonseca, e ocorrido na residência do vice-presidente.

Após “*mútuas recriminações e aborrecimentos*” decidiram fazer uma trégua. Para tanto Rosa e Silva exigiu que Delmiro envia-se um telegrama para seus amigos no Recife para

¹⁴⁵ Idem, p. 3.

¹⁴⁶ Jornal do Recife, 24 de Março de 1899, p. 2.

¹⁴⁷ Jornal do Recife, 11 de Maio de 1899, p. 2.

¹⁴⁸ Jornal do Recife, 26 de Maio de 1899, p. 2.

¹⁴⁹ Cf. MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 58; Ver MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963, p. 85.

que não fizessem, nos jornais oposicionistas, comentários sobre a questão do Derby e outras, para não tomarem caráter político.¹⁵⁰

Mas a trégua pouco durou. Delmiro foi advertido pelos seus amigos do Recife de que um sujeito de alcunha Sabe-Tudo havia embarcado para Capital Federal, a mando de Esmeraldino Bandeira, com o propósito de assassiná-lo. Após saber disso tentou se encontrar novamente com Rosa e Silva, e mais uma vez procurou o deputado Cornélio da Fonseca para intermediar o encontro. O Conselheiro se recusou de imediato, além disso, declarou ter se arrependido de receber Delmiro em sua casa.

Na tarde do dia 17 de junho, na Rua do Ouvidor, Delmiro encontra-se com o Conselheiro Rosa e Silva com quem tenta falar, mas é ignorado. Aborrecido diante da descortesia do vice-presidente tacou-lhe algumas bengaladas defronte da Chapelaria Watson, onde adentrou para se abrigar-se.¹⁵¹ O fato foi notícia nos vários tabloides cariocas.¹⁵²

No jornal carioca, A Notícia, Delmiro explica as razões que o levaram ao Rio de Janeiro para falar com Rosa e Silva:

Um choque entre meus interesses comerciais, na qualidade de proprietário do Mercado da Estancia, no Recife, e os interesses políticos do prefeito daquela cidade, chamou sobre mim as prevenções da política partidária do Dr. Rosa e Silva, a que (sic) aquele prefeito é filiado. [...] Entendi que o melhor seria vir eu ao Rio falar pessoalmente com o Dr. Rosa e Silva e solicitar os seus bons ofícios no sentido de terminar-se uma luta de que eu não poderia tirar resultados práticos.¹⁵³

Noutro artigo publicado dois dias depois desse primeiro, no mesmo tabloide, se diz ser homem honrado, orgulha-se de nunca ter desonrado lar algum, e que apesar de ter nascido nas “baixas camadas”, conseguiu com a força do seu trabalho se tornar um dos primeiros industriais da América do Sul. E que contribuía para o desenvolvimento do País, ao aumentar as fontes de riqueza da nação. Em mensagem direta ao Conselheiro Rosa e Silva, diz: “*Um homem que tem a seu favor serviços feitos a sua terra e que tem uma vida imaculada,*

¹⁵⁰ LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, p. 78.

¹⁵¹ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 58.

¹⁵² A Notícia, 19, 20 e 21 de Junho de 1899; Gazetas de Notícias, 18, 20 e 21 de Junho de 1899.

¹⁵³ GOUVEIA, Delmiro. A Notícia, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1899, p. 3. Grifos nossos.

trabalho sob os mais verdadeiros princípios da honra, pode, com vantagem, enfrentar-se com o Dr. Rosa e Silva”.¹⁵⁴

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, no seu elucidativo estudo, O Coronelismo numa interpretação sociológica, Delmiro Gouveia foi uma figura ímpar do coronelismo. Para a autora, ele foi o exemplo mais cabal do indivíduo que ascendeu ao coronelato mediante a aquisição de bens de fortuna no comércio.¹⁵⁵

A história do coronel Delmiro Gouveia evidencia a importância dos bens de fortuna na aquisição de posição socioeconômica e de influência política, fator superior ainda à integração numa parentela. Sua fortuna lhe permitiu prescindir desta, tanto na ascensão social quanto a manutenção de sua posição econômico-política.¹⁵⁶

Delmiro chega a essa posição socioeconômica capaz de influenciar nos rumos da política local ou até mesmo regional, na década seguinte à Proclamação da República. A sua ascensão era percebida por parte da classe política pernambucana como uma ameaça, talvez por isso tenham ocorrido as “perseguições” no Mercado do Derby, e não por uma questão de zelo ao erário público. Após as bengaladas no vice-presidente, algumas matérias foram publicadas no Jornal do Recife a pedido do Partido Republicano, nas quais questionam a índole e a origem da fortuna de Delmiro.

Em *doze anos* fez Delmiro uma fortuna cuja avaliação varia de três a quatro mil contos!

Qual brasileiro neste vasto e opulento país, que em tão curto prazo, fazendo correr suor da testa por trabalho honrado, conseguiu tão surpreendente resultado?

Qual foi o negociante aqui no Rio, no Pará, ou nas milagrosas regiões da Amazônia conseguiu em especulações comerciais e naquele prazo fortuna semelhante?

O fato consumado aí esta: Delmiro de estacionário na Casa Amarela, da Companhia de Trilhos Urbanos do Recife a Apipucos é hoje grande capitalista e atreve-se a afrontar a opinião, dizendo-se benfeitor de sua pátria, levantando o comércio de *courinhos* e construindo o Mercado da Estancia.¹⁵⁷

¹⁵⁴ GOUVEIA, Delmiro. A Notícia, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1899, p. 3.

¹⁵⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “O Coronelismo numa interpretação sociológica.” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 194.

¹⁵⁶ IDEM, p. 196.

¹⁵⁷ Jornal do Recife, 28 de Junho de 1899, p. 1. Grifos originais.

O texto continua em tom de ironia explicando como Delmiro ascendeu no mundo dos negócios:

E a opinião vai saber como tem sido feito o comércio de *courinhos* e outros negócios em que Delmiro se tem empenhado.

Tomando o cajado e as alpercatas de pastor percorreu todo o sertão do estado e afugentou para Paraíba e Alagoas todos os pequenos animais, desde *o quan e a lontra até a cabra e o carneiro, onde eram esfolados*, entrando depois para sair neste porto livre de direito, como mercadoria dos estados vizinhos!

O algodão, que frutifica no estado, a vara de condão de Delmiro faz passar os capulhos para os estados vizinhos e depois de certas operações volta ao estado, para passar livre de direito, entrar nas fábricas estrangeiras. Esta verdade tem sua prova na Recebedoria e na Associação Comercial onde feita a estatística dos produtos do estado, a Paraíba e Alagoas cada de per si exportam mais courinhos e algodão do que o vasto estado de Pernambuco a quem Delmiro tanto tem *beneficiado*!¹⁵⁸

Na edição de 12 de julho, do referido jornal foram publicadas duas outras matérias com os respectivos títulos: Delmiro - o Industrial! ; O aventureiro Delmiro. Nessas as críticas à origem do patrimônio de Delmiro, assim como os questionamentos a sua índole continuam. Sendo que desta vez focalizou-se nos empreendimentos mais recentes do capitalista. Veja abaixo parcial transcrição das matérias:

Delmiro – o industrial!

Delmiro diante do Conselheiro Rosa e Silva *quis crescer* e a oposição pretendeu apresentar no seu seio o maior capitalista!

Delmiro levantou-se como homem sem educação, e qualquer que seja a posição a que tenha de chegar, a sociedade não lhe concede distinções.

E assim levantado, como o jogador, que se atira a todas as aventuras para fazer fortunas, tentando a fraude, chegou a tolíssima ostentação de ambição e de vaidade, dizendo-se o primeiro industrial da América do Sul.

A indústria está visível a todos os olhos.

É notável esta operação comercial, comprar por *mais do que qualquer outro*, vender por *menos* e acusar na caixa os lucros da transação.

E quem procurar esses lucros encontrará na qualidade de moeda!!

Fazer passar mercadoria do Estado para os estados limítrofes, alterar as guias de transito e livre do fisco fazê-las sair em Pernambuco.

Onde estão os lucros mencionados na caixa?

Na defraudação da fazenda pública.

Feita assim a fortuna começou entrar na colheita dos proveitos, atirando-se primeiramente contra a moralidade social.

Abriu a vida concupiscência, atacando a honra de uma, atirando-se sobre a de outra e reduzindo a miséria a muitas, que choram a desgraça levadas pelas

¹⁵⁸ IDEM.

promessas do Lovelace, que inculca bem feitor do povo, mas que não respeita as *virgens do povo*, jogando contra a sua pobreza.

Para Delmiro o Mercado da Estancia e a Usina Beltrão são abismos, que hão de devorá-lo, sem que a sua ruína inspire a menor compaixão.

E os pródromos desse fim já observamos.

Como todos, que se atiram a serviços que não conhecem, os espírito do primeiro industrial deslumbrou-se, imaginando os lucros fabulosos de um mercado opulento, de uma casa de hospedaria, que rivalize com o melhor hotel em magnifico luxo e ainda mais a criação de um bairro para perpetuar seu nome.

E nessa banca apostou o jogador!

Lá está consumindo no Mercado da Estancia uma fortuna [...] A Hospedaria representa outra grande goma, que nem mesmo recebendo em grande número Imperadores, Príncipes, Chefes de Estado e argentários de todas as nações poderia dar pequeno lucro de seu negócio.

No meio dessas dificuldades, que se agravam pela restauração do movimento da Usina Beltrão – Delmiro já caminhou para os estabelecimentos de crédito e por hipoteca da Usina Beltrão levantou o capital de duzentos contos de reis.

E assim vendo o primeiro industrial da América do Sul, que a noite leva às mãos a cabeça em surda contemplação do seu fim e de dia mobiliza-se em ostentações de espalha fato por sua riqueza, os dois palhaços políticos [José Mariano e Martins Júnior] se ajustaram, para ter no seu dinheiro, proteção eleitoral no momento que se aproxima.

E Delmiro foi à última arma da atirada sobre o Conselheiro Rosa e Silva não atingindo o golpe desfechado.¹⁵⁹

O aventureiro Delmiro

Um conhecido aventureiro, ambicionando celebridade que o dinheiro ganho por forma assombrosa não lhe daria; transformou-se em um Erostrato de uma nova espécie e tentou ombrear-se. Pedindo satisfações de espadachim, ao notável homem público que, pelo seu reconhecido talento e elevado critério ascendeu a uma das posições mais salientes da República, sendo eleito por quase aclamação para ocupar o segundo grau da suprema direção dos seus destinos.

Recordemos os antecedentes.

Ainda não se obliteraram da memória dos nossos concidadãos os recentes fatos do mercado da Estancia onde o Sr. Delmiro quis criar embaraços à boa gestão dos negócios municipais, furtando-se ao pagamento de tributos que não lhe haviam sido dispensados na concessão feita pelo Dr. Coelho Cintra, quando Prefeito desta Capital.

O Dr. Esmeraldino Bandeira, espírito esclarecido e justo, empenhado em reerguer, com máxima solicitude, o crédito abalado da administração municipal, não podia consentir tal esbulho aos cofres municipais e tomou as medidas administrativas necessárias para que não desse com preterição da lei e sem clausula expressa no contrato, elasticidade desejada ao monopólio que tem de explorar o Sr. Delmiro.

Irritado com estas medidas postas em prática sem ostentação com fito único de acautelhar os interesses do município, o Sr. Delmiro procurou embuçar-se no manto da filantropia falando a pobreza e atribuindo a tais providências a

¹⁵⁹ Jornal do Recife, 12 de Julho de 1899, p. 1. Grifos originais.

permanência da carestia dos gêneros de primeira necessidade e comprometer-se, como meio de atrair a concorrência a seu estabelecimento, a vendê-los a preço inferior ao de então.

Todos sabem que, como titular de concessão do Mercado da Estância, goza S.S. de isenções de certos impostos municipais e nestas, condições poderá, como meio de obter segura freguesia de futuro, revelar do aluguel os que ali quiserem negociar o retalho com gêneros de primeira necessidade.

Possuidor de uma fortuna posto que suspeita de criminosa, não faria falta momentânea a percepção destes lucros a S. S. que nutria esperanças de sobejas compensações futuras pela frequência que imaginava seu estabelecimento iria ter.

Eis, pois, o móvel do procedimento que teve, franqueando gratuitamente aos que ali quisessem exercer seu ramo de negócio.

Quem conhece a *atividade* com que o Sr. Delmiro procede em suas explorações, ri-se do desprate com que, assumindo os foros de *pai da probesa* (sic) refere-se a seus sentimentos filantrópicos.¹⁶⁰

O fato das matérias serem publicadas em nome do Partido Republicano demonstra que a questão era, sobretudo, de natureza política. A figura de Delmiro ameaçava a consolidação da oligarquia rosista, principalmente por sua invocação junto às classes populares. Ou seja, rótulos como: o bem feitor do povo, o pai da pobreza, pesava numa disputa eleitoral. Aquele que viria a ser conhecido como o “*Coronel dos coronéis*”¹⁶¹, mesmo não sendo político, tinha muita importância na cena política recifense e pernambucana. O jornalista Plínio Cavalcante, que foi contemporâneo de Delmiro, escreveu:

O prestígio [...] desse grande comerciante tornava-se, dia a dia, mais real e valioso. A sua permanência ali era uma ameaça à situação política de então. Delmiro Gouveia poderia, de uma hora para outra, fazer ir pelos ares toda a máquina política do capitão-mor [Rosa e Silva] daquela feitoria republicana. Eliminá-lo seria precipitar os acontecimentos, lançar, no ânimo do povo oprimido, o rastilho de uma revolução. Ao invés da força, seria mais oportuna a fogueira da Inquisição. Destruída a causa, cessaria o efeito. E foi assim que tocaram fogo no Derby.¹⁶²

Na madrugada do dia 2 de janeiro de 1900, o Mercado do Derby, foi parcialmente incendiado. Pela manhã, no mesmo dia, o Governador Sigismundo Gonçalves ordenou a prisão de Delmiro, do administrador Napoleão Duarte, os principais empregados e negociantes do estabelecimento, alegando que esse era um procedimento padrão empregado

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 77/78.

¹⁶² PLÍNIO CAVALCANTI APUD LIMA JÚNIOR, 1983, p. 63.

em casos de incêndios, acrescentado que sua ação era necessária, pois o mercado da Estancia seria em alguns anos incorporado ao patrimônio municipal, e por isso as autoridades, municipais e estaduais, tinham interesse legal na conservação do mesmo.¹⁶³

O misterioso incêndio no Derby gerou muitas especulações sobre quem teriam sido os responsáveis; Delmiro acusava ter sido a polícia a mando do Governador, o ato faria parte das perseguições que vinha sofrendo do poder oficial, para o Governador e seus aliados. Uma outra versão afirma que Delmiro ateou fogo no recinto para receber o seguro, uma vez que havia boatos de que o capitalista se encontrava falido. As trocas de acusações, assim como as defesas, foram publicadas nos jornais recifenses durante quase todo o mês janeiro.¹⁶⁴

Segundo Sérgio Alves, “*Delmiro arrenda o que restava do mercado e viaja mais uma vez para Europa*”.¹⁶⁵ O *Jornal Pequeno*, do Recife, deu a seguinte notícia: “*seguiu ontem para a Europa, no vapor Médoc, fugindo as perseguições do governo do Estado, o coronel Delmiro Gouveia*”.¹⁶⁶ A intenção do capitalista cearense era ficar longe de Pernambuco por algum tempo, contudo, os seus negócios na terra de Joaquim Nabuco permaneciam ativos, sendo administrados pelos seus sócios, com quem mantinha constante correspondência.

2.3 Retornos, falência e mudança para Alagoas.

Na Europa era informado sobre o que se passava em Pernambuco, tanto na economia como na política. Ao que nos parece, mesmo vivendo distante, o nome de Delmiro continuava envolvido nas disputas partidárias no Recife, a ponto dele solicitar da Europa a publicação de uma correspondência, no jornal *A Província*, em que se dirigiu diretamente ao governador Sigismundo Gonçalves, dizendo que:

Pensava que, longe de Pernambuco e procurando por todos os meios afastar-me das lutas partidárias e da política vil e baixa que se faz nessa terra, estaria livre das misérias de v. exc. Enganei-me e mais uma vez fui torpemente caluniado e grosseiramente insultado por v. exc. num acervo de infâmias que não merece o nome de discurso e numa porção de tolices a que não chamarei

¹⁶³ Jornal do Recife, 06 de Janeiro de 1900, p. 1.

¹⁶⁴ Jornal do Recife, 06, 09, 11 e 19 de Janeiro de 1900; *A Província*, 05, 09, 12 e 13 de Janeiro de 1900.

¹⁶⁵ ALVES, Sérgio. “Empreendedorismo pioneiro e inovação organizacional no limiar do século XX: uma análise do legado de Delmiro Gouveia.” DIÓGENES, Eliseu, Sérgio ALVES e Davi Roberto Bandeira da SILVA. **Delmiro Gouveia entre o mito e a realidade: seus empreendimentos e sua contextualidade no tempo e no espaço**. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 196.

¹⁶⁶ *Jornal Pequeno*, 31 de Janeiro de 1900, p. 2.

de artigos. Se eu aí estivesse, v. exc. não teria a afouteza [atrevidimento] de dizer o que disse ou que mandou dizer pelos seus prepostos inconscientes [...] São miseravelmente ultrajados os com o sem motivo caem no desagrado de v.exc. **e eu paguei o tributo que pagaram o venerado barão de Lucena e muitos outros caracteres empeçonhados pelo seu ódio ou a sua inveja.**¹⁶⁷

A correspondência de Gouveia chama a atenção para um aspecto: à sistematicidade das chamadas perseguições, pois segundo o próprio, ele não teria sido o único a sofrer os enalços da política do governador Sigismundo Gonçalves. Para Edgard Carone, durante a Primeira República, período em que as oligarquias atingem o ápice, houve em alguns estados muitos conflitos entre os vários grupos oligárquicos até que um sobressaísse aos demais no domínio do estado.¹⁶⁸ Essa parece ser a situação vivida em Pernambuco na virada século XIX para o XX, antes que oligarquia Rosa e Silva predominasse.

No final de 1900, Delmiro retornou da Europa, e no mesmo dia, poucas horas depois de desembarcar no Recife, foi atingido na perna por um tiro, disparado acidentalmente pelo revólver do sócio da Gouveia & Cia., coronel Napoleão Duarte, enquanto conversavam nas dependências do Hotel do Derby. Apesar do susto, o ferimento foi de natureza leve, sem hemorragia ou fraturas, a bala foi extraída e logo Delmiro se achava em boas condições.¹⁶⁹

A natureza incidental do acontecimento foi posta em dúvida por Delmiro, aparentemente esse foi o motivo para ele solicitar o distrato da empresa Gouveia & Cia., proprietária dos terrenos e dos edifícios do Derby. Delmiro que era ao mesmo tempo sócio majoritário e credor, e por isso, exigia a quitação do passivo da empresa antes da sua dissolução.¹⁷⁰ A dívida da Gouveia & Cia., com Delmiro era de mais de mil contos de réis.¹⁷¹

Após a dissolução litigiosa da sociedade com o coronel Napoleão Duarte, Delmiro transferiu as propriedades do Derby para cinco bancos, como parte da quitação de uma dívida que havia contraído em nome da firma Silva Cordeiro & Cia., Vejamos nas palavras do próprio Delmiro, como foi que ele adquiriu esse débito:

¹⁶⁷ GOUVEIA, Delmiro. Publicações solicitadas: Ao dr. Sigismundo Gonçalves. Lucerne – Suíça, 02/07/1900. Correspondência publicada no jornal a PROVÍNCIA em 15 de Agosto 1900, p. 2. Grifos nossos.

¹⁶⁸ CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930) Texto e Contexto**. 3ª. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 66.

¹⁶⁹ A Província, 22 de Dezembro de 1900, p. 1.

¹⁷⁰ GOUVEIA, Delmiro. Publicações solicitadas: uma explicação. 26/12/1900. A Província, 27 de Dezembro de 1900, p. 1 e 2.

¹⁷¹ GOUVEIA, Delmiro. A quem interessar possa. A Província, 29 de Dezembro de 1900, p. 2.

Sai daqui para Europa em fevereiro de 1900 tendo deixado meus negócios na melhor ordem e a Usina Beltrão prestes a funcionar.

Em setembro do mesmo ano recebi telegrama de amigos meus, que compunham a firma Silva, Cordeiro & Cia., pedindo meu auxílio, pois sentiam em dificuldades.

Imediatamente telegrafei aos bancos daqui oferecendo-lhes minha garantia em favor dessa firma, e os Bancos exigiram a hipoteca da propriedade Derby, o que se fez, embora sem as formalidades legais.

Em dezembro do mesmo ano cheguei da Europa e procurando conhecer o estado da firma Silva, Cordeiro & Cia., verifiquei não ser possível cumprir ela as obrigações contraídas, estando eu, por conseguinte, comprometido com minha garantia.

Procurei, então, reunir os cinco credores de Silva, Cordeiro & Cia., que eram os Bancos do Recife, Pernambuco, Popular, London Brazilian e London River Plate e a seus respectivos gerentes claramente lhes demonstrei e provei o que acabo de referir e ainda mais, que a hipoteca feita em meu nome era completamente nula.

Depois de demorada discussão a respeito, na qual se convenceram da arguida, lhes declarei que não me aproveitaria disto para fugir da responsabilidade que tomara e prontifiquei-me a entregar-lhes a propriedade em questão pelo valor estimado na hipoteca, dando-me os bancos a quitação da dívida de Silva, Cordeiro & Cia., cujos débitos me transferiam, garantindo eu, em pagamento o resto da mesma dívida.¹⁷²

No texto, Delmiro coloca-se como se tivesse partido dele a proposta de negociação com os bancos, o que é pouco provável, dificilmente numa transação desse tipo a iniciativa parta do devedor. Sobre a transação envolvendo as propriedades do Derby, o jornal A Província, de 15 de fevereiro de 1901, deu a seguinte nota:

Foi ontem lavrada no cartório do tabelião Cintra Lima a escritura da transação feita pelo sr. coronel Delmiro Gouveia com o London Bank, River Plate Bank, Banco de Pernambuco, Banco Popular e Banco do Recife dos terrenos e edifícios de propriedade Derby, **inclusive o elegante mercado da Estância.**

Os bancos efetuaram o negócio pela quantia de mil e duzentos contos de réis.¹⁷³

Na negociação Delmiro transferiu todo o patrimônio da extinta Gouveia & Cia., para os bancos, além disso, ele ficou com uma dívida no valor de seiscentos e sessenta mil novecentos e quarenta réis, e mais os juros, nos mesmos bancos.¹⁷⁴ Esse compromisso seria honrado em duas letras iguais, respectivamente, em março e setembro de 1902, o aceite das

¹⁷² GOUVEIA, Delmiro. Os bancos do Recife e London and River Plate na concordata de Cunha & Gouveia. Recife, 12/09/1902, A Província, 13 de Setembro de 1902, p. 1 e 2.

¹⁷³ A Província, 15 de Fevereiro de 1901, p. 1. Grifos nossos.

¹⁷⁴ BAHIA, Luiz. Publicações solicitadas: ao público. Recife, 22/08/1902. A PROVÍNCIA, 24 de Agosto de 1902, p. 1.

letras ficou com firma Cunha & Gouveia e o sacado a firma Silva Cordeiro & Cia,¹⁷⁵. Em ambas as empresas Delmiro Gouveia era sócio comanditário.

Conforme Adolpho Santos, Delmiro antes de ir para Europa reorganizou a sociedade comercial Silva, Cordeiro & Cia. A empresa passou a contar com o seguinte quadro: sócios solidários: Antonio Carlos Ferreira da Silva, chefes dos armazéns, Manoel Cordeiro de Carvalho, também chefe dos armazéns, e Luiz Bahia, chefe dos escritórios; e mais outros dois ficaram como sócios interessados,¹⁷⁶ (possivelmente esses eram os italianos, Guido Ferrário e Leonelo Iona). Essa firma foi organizada por Gouveia, em 1898, com a finalidade de comercializar couros e peles.¹⁷⁷

Após negociar com os bancos, reorganizar a Silva, Cordeiro & Cia., seguro de que esta estava nas mãos de pessoas competentes, o Rei das Peles, viaja novamente para Europa. Segundo relata Adolpho Santos, Delmiro escolheu a Itália para viver, mais precisamente na cidade de Nápoles, onde podia contar com a “amenidade do clima” e os carinhos de uma condessa.¹⁷⁸ Desta vez passou quase um ano sem retornar ao Brasil. Enquanto isso, a firma da qual era sócio comanditário passava por sérias dificuldades.

Neste momento os interesses econômicos de Delmiro se voltavam exclusivamente para a comercialização de couros e peles, isso ocorreu depois que ele passou por experiências mal sucedidas noutros ramos. Além dos empreendimentos no Derby, Delmiro também investiu capital no ramo açucareiro.

Em nome da firma Cunha & Gouveia adquiriu grande quantidade de ações da Usina Beltrão,¹⁷⁹ da qual se tornou seu acionista majoritário. Segundo Félix Lima Júnior, a gestão da Usina Beltrão, se tratou do primeiro fracasso na vida empresarial do capitalista. Para o autor,

¹⁷⁵ BAHIA, Luiz. Publicações solicitadas: ao público. Recife, 22/08/1902. A Província, 24 de Agosto de 1902, p. 1.

¹⁷⁶ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 20.

MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 65.

¹⁷⁷ SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **Ousadia no Nordeste: a saga empreendedora de Delmiro Gouveia.** Maceió: FIEA, GIJS, 2007, p. 48.

¹⁷⁸ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 19 e 20.

¹⁷⁹ A Usina Beltrão, pertencia á Cia Industrial Açucareira, organizada em 31 de julho de 1891, com sede e foro na Capital Federal [Rio de Janeiro], e capital de 4.000.000\$000, em ações de 100\$000. “Tratava-se, evidentemente, de uma das muitas sociedades surgidas durante o encilhamento [...] Funcionou a usina em grande e bem construído prédio entre Olinda e Recife.” Cf. LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano.** Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, p. 59.

o déficit de rendimentos no ramo do açúcar decorreu “do elevado custo de instalações, como também não apareceu à produção que se esperava para seu funcionamento”.¹⁸⁰

Outros pesquisadores atribuem o insucesso no refino de açúcar a dois outros fatores: o baixo poder aquisitivo do povo nordestino [na época se denominava nortista], podendo esse apenas consumir o açúcar bruto, do tipo mascavo, por ser mais barato, além disso, dizia-se que o paladar dos nordestinos não estava acostumado ao açúcar cristalizado.¹⁸¹

Para Edvaldo Nascimento o motivo que levou a Usina Beltrão (Cunha & Gouveia) a bancarrota foi o boicote das oligarquias pernambucanas produtoras de açúcar, que há séculos produziam e também exportavam o açúcar quase *in natura*. Segundo o autor, os produtores se negaram a fornecer açúcar para refino na Usina Beltrão porque temiam a concorrência de Delmiro, cujas experiências demonstravam um “*olhar diferente*” de como atuar no mundo dos negócios.¹⁸² Embora o próprio Delmiro tenha assumido publicamente o porquê do seu fracasso com relação à Usina Beltrão, “*compreendi que não estávamos habilitados para tal indústria, por motivo que não cabe aqui declarar*”¹⁸³

O biógrafo Félix Lima Júnior, afirmou que quando realizava sua pesquisa sobre “O Mauá do Sertão Alagoano”, colheu depoimentos que sustentavam que a usina, ou melhor, a refinaria Beltrão nunca funcionou enquanto foi gerida por Delmiro. Conforme os depoimentos:

a usina jamais funcionou e nunca vendeu açúcar em tabletes, como projetou Delmiro, isso porque o grande industrial não efetuou, antecipadamente, contratos de fornecimento com os usineiros. Na hora H, eles, que não viam com bons olhos a iniciativa, recusaram-se a vender açúcar. Justifica-se o fracasso de Delmiro. Ele entendia de couros e não de açúcar.¹⁸⁴

Entendendo ou não do ramo de açúcar, com ou sem boicote das oligarquias produtoras pernambucanas, a atuação de Delmiro Gouveia no setor açucareiro foi um fracasso, os seus biógrafos são inânimes quanto a essa questão. É neste seguimento também

¹⁸⁰ Idem, p. 60.

¹⁸¹ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 64.

¹⁸² NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. Maceió: Viva Editora, 2013, p. 62.

¹⁸³ GOUVEIA, Delmiro. Os bancos do Recife e London and River Plate na concordata de Cunha & Gouveia. Recife, 12/09/1902, A Província, 13 de Setembro de 1902, p. 2.

¹⁸⁴ LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, p. 60.

que pela primeira vez se registra uma falência de uma empresa da qual fazia parte Delmiro, a Cunha & Gouveia.¹⁸⁵

Delmiro Gouveia voltou da Europa para tentar levantar sua firma a Silva, Cordeiro & Cia., que segundo seus sócios passava por uma ‘situação insustentável’.¹⁸⁶ Tanto os sócios solidários, como os interessados eram pessoas reconhecidamente competentes e conhecedoras do mercado de couros e peles. Entretanto, isso era insuficiente diante da retração pela qual passava o mercado de “courinhos” naquele momento.

Quando retornou ao Recife da Europa, Delmiro percebeu que a situação da Silva, Cordeiro & Cia. era de fato insustentável. Numa tentativa de evitar a falência desta, assim como ocorreu com a Cunha & Gouveia, ele vai aos credores e propõe uma concordata, na qual pagaria vinte e um por cento (21%) do valor da dívida,¹⁸⁷ mas a proposta foi recusada. O Banco do Recife, um dos credores, protestou o pagamento o das letras e, requereu a falência da Silva, Cordeiro & Cia., que foi consumada pouco tempo depois. Com a falência os credores obtiveram menos que dez por cento (10%) do valor oferecido na concordata, ou seja, com a liquidação de todo o patrimônio da empresa saldou-se apenas (2%) do valor total da dívida.¹⁸⁸

É provável que na iminência da bancarrota, os proprietários Silva, Cordeiro & Cia, tenham transferido (o que se configuraria em fraude) parte do seu ativo para terceiros, de modo que pudesse recuperar futuramente. Embora, o que acabamos de apontar seja de difícil comprovação devido à falta de fontes, há indícios de que isso tenha ocorrido. A constituição da empresa Iona & Krause por pessoas do ciclo próximo de Delmiro, é um desses.

A Iona & Krause foi organizada no Recife após a falência da Silva, Cordeiro & Cia., para atuar no comércio de couros e peles. Conforme Adolpho Santos, os membros da organização comercial foram “*Lionelo Iona, antigo interessado da firma falida, e Jonh Krause, corretor de câmbio. Guido Ferrário e Luiz Bahia ficaram como interessados do novo grupo*”.¹⁸⁹ Percebe-se que os sócios da nova empresa são pessoas que a muito trabalhavam

¹⁸⁵ A PROVÍNCIA, 25 de Setembro de 1902, p. 1.

¹⁸⁶ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 21.

¹⁸⁷ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso.** 2ª. Maceió, 1963, p. 54.

¹⁸⁸ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 22.

¹⁸⁹ IDEM.

com Delmiro, que evidentemente como comerciante falido não podia figurar nos quadros legais da empresa.

O biógrafo Tadeu Rocha, na sua minuciosa pesquisa sobre “O pioneiro de Paulo Afonso”, compulsou o contrato de formalização da firma Iona & Krause e fez a seguinte constatação: “*Nos termos do art. VIII da escritura de constituição desta firma, Delmiro era o ‘árbitro único em toda a vigência do contrato, obrigando-se os sócios desde já a se submeterem a sua decisão nos termos do Código Comercial’*”.¹⁹⁰ De certa forma Delmiro continuava exercendo a função de sócio comanditário como fizera nos empreendimentos anteriores.

Acreditamos que o motivo que levou Delmiro Gouveia a mudar do Recife para o Sertão alagoano tenha sido de ordem econômica, sua atividade mais lucrativa, a comercialização de couros e peles estava sendo mais bem acompanhada pelo fisco pernambucano. Pouco tempo após a chegada do comerciante cearense a pequena Vila da Pedra essa se tornou o epicentro do comércio de peles no Nordeste. É provável que os produtores (ou pelo menos, a maioria desses), que lhes fornecia courinhos quando Delmiro operava na capital pernambucana continuaram a lhes fornecer na Vila da Pedra. As exportações de couros e peles passaram a ser realizadas pelo Porto de Jaraguá, situado na capital alagoana. Além disso, Gouveia contava com o apoio da Oligarquia Malta.

No nosso entendimento a imputação de um processo no qual o acusava de rapto e defloração da jovem Carmélia Eulina Gusmão, futura mãe dos seus três filhos,¹⁹¹ contribuiu para a saída (de certo modo, apressada) de Delmiro do Recife. Contudo, ao contrário do que afirmam alguns de seus biógrafos, esse fato teve pouca importância para escolha do Sertão alagoano como o local de sua morada.

2.4 Alagoas, a Terra “Prometida”

Apesar de ter chegado oficialmente falido em Alagoas, o coronel Delmiro Gouveia sempre gozou de muito prestígio junto aos chefes políticos do Estado e ao coronelato.

¹⁹⁰ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 55.

¹⁹¹ Durante todo o mês de outubro, “O caso da menor Eulina” estampou as páginas dos tabloides recifenses; A Província, 04, 05, 11, 18 de Outubro de 1902; Jornal Pequeno, 03, 09, 20 de Outubro de 1902; Jornal do Recife, 14 e 15 de Outubro de 1902.

Também em solo alagoano suas relações com a classe política foram fundamentais para implantação de seus empreendimentos. Em Alagoas Delmiro obteve isenções, subsídios e concessões, sem os “favores” dos governantes alagoanos, dificilmente o capitalista cearense teria se tornado o ‘*Rei do Sertão*’,¹⁹² é provável, que sem esses ele sequer teria se tornado o “Senhor da Pedra”.¹⁹³

Quando Delmiro Gouveia mudou-se para Alagoas, no final de outubro de 1902, Euclides Malta¹⁹⁴ era o Governador, estava apenas no começo do longo período de domínio político da oligarquia Malta. Oligarquia de caráter familiar controlada pelo próprio Euclides Malta, que exerceu três mandatos a frente do Executivo estadual. Conforme Hildebrando Menezes, quando Delmiro chegou a Alagoas “*lhe proporcionou generosa acolhida o seu amigo Governador Euclides Malta, que o admirava por sua capacidade realizadora*”.¹⁹⁵ O biógrafo Francisco Magalhães Martins aponta outro motivo: “*O Estado de Alagoas, já sob o domínio dos Malta, acenava-lhe com maiores vantagens. Eram mínimas as taxas de exportação lá cobradas sobre couros e peles*”.¹⁹⁶ Nas terras caeté, controlada pela oligarquia maltina,¹⁹⁷ o cenário era promissor para o “Rei das Peles”. Alagoas.¹⁹⁸

Além de contar com o apoio do principal mandatário da oligarquia Malta, no Estado de Alagoas, Delmiro também teve boa aceitação pela maior parte dos coronéis da região. Quando ocorreu o episódio de sua prisão, em 1904, na estação de trem de Pedra por um destacamento policial de Pernambuco - em função do processo que respondia naquele Estado

¹⁹² SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Pequena História de Delmiro Gouveia, o "Rei do Sertão"**. Maceió: Coleção - NOVAS ALAGOAS - 2 - Imprensa Oficial, 1961.

¹⁹³ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O Senhor da pedra: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980)**. Recife: (Tese de Doutorado em História) UFPE, 2008

¹⁹⁴ Euclides Vieira Malta nasceu na vila de Mata Grande, em 1861, filho de proprietários agrícolas no sertão. Estudou os primeiros anos em Maceió e, em seguida foi para o Recife, onde se bacharelou em Direito. Logo cedo ingressou na vida pública, atuou como promotor de justiça em Atalaia, em seguida começa a ocupar cargos políticos: foi deputado provincial e estadual, constituinte, conselheiro municipal, intendente de Penedo, deputado federal, senador da República e, governador estadual em três ocasiões. Foi a principal liderança da chamada oligarquia maltina, que durou quase uma década e meia a frente do Executivo em Alagoas. Cf. TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfoses das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 75 e 76.

¹⁹⁵ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 50.

¹⁹⁶ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 68.

¹⁹⁷ As oligarquias diferenciam-se por matizes: naquelas como as do Ceará, Alagoas, Mato Grosso e outros Estados pobres, o processo está ligado mais diretamente ao predomínio familiar e grupal: Maltas, Aciolis, Ponces, os grupos Álvaro Machado e Rosa e Silva – governam pessoalmente ou através de pessoas da sua confiança; partido é sinônimo de controle pessoal. Já noutros Estados, onde a máquina governamental é mais complexa, o partido representa poder controlador e distribuidor, mas as exigências estatais, o manejo das posições e o fortalecimento e variedade dos grupos, fazem haver equilíbrio maior entre o individual e o coletivo. Cf. CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930) Texto e Contexto**. 3ª. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 66.

¹⁹⁸ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 50.

pelo rapto da menor Eulina Gusmão – levado para cidade de Jatobá de Tacaratu, os coronéis da região liderados pelo cel. Ulysses Luna formaram uma comitiva com dezenas de homens armados, cercam a cadeia de Jatobá e só baixaram a guarda quando Delmiro foi solto, o acompanhado em cortejo até a vila da Pedra.¹⁹⁹

O capitalista Delmiro Gouveia foi desde cedo integrado ao coronelismo no sertão alagoano. Segundo Francisco Magalhães:

Delmiro Gouveia aporta em Penedo, onde foi recomendado ao Cel. José Antônio da Silva Costa, da firma Peixoto & Cia. Tinha que dali seguir para Água Branca, onde encontraria com o Cel. Ulisses Luna, senador e prestigioso chefe da política alagoana. **Este lhe daria a prometida ajuda e proteção.**²⁰⁰

A relação de Delmiro com os coronéis locais se ampliou ao longo dos 15 anos em que residiu no sertão de Alagoas. O cel. Ulisses Luna, de Água Branca; o cel. Manoel Rodrigues da Rocha, de Santana do Ipanema; os filhos da baronesa de Água Branca: dr. Miguel Torres, Luiz Torres e Antônio Torres; cel. José Rodrigues Lima (que depois se tornaria seu desafeto sendo inclusive apontado como um dos mandantes do seu assassinato), cel. Aureliano Menezes, de Jatobá (PE), todo esses fizeram parte do ciclo de amizade de Delmiro depois que ele se instalou no sertão alagoano. Não resta dúvida de que Delmiro Gouveia foi um coronel importante, “*uma espécie de elemento socioeconômico polarizador*”.²⁰¹

Era reconhecido entre os seus pares como alguém com “*a capacidade de fazer favores*”,²⁰² essa capacidade evidenciada no cel. Delmiro Gouveia derivava da sua riqueza. Para Maria Isaura P. de Queiroz, no seu ensaio clássico, o que fundamentava a estrutura coronelística era a posse de bens de fortuna. A autora argumenta que

na estrutura coronelística, somente indivíduos bem aquinhoados de fortuna herdada ou adquirida tinham possibilidades de fazer favores e granjear clientela [...] A fortuna era a base real de todo este edifício, fosse ela oriunda simplesmente do comércio de mercadorias de qualquer tipo ou proviesse de

¹⁹⁹ Jornal Pequeno, 1904, p. 2.

²⁰⁰ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 69. Grifos nossos.

²⁰¹ PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “O Coronelismo numa interpretação sociológica.” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 173.

²⁰² PORTO apud QUEIROZ, p. 196.

grandes plantações, criação de gado ou lavras variadas. A fortuna abria todas as portas.²⁰³

O coronel Delmiro Gouveia é citado por Queiroz, como o exemplo, mais elucidativo do indivíduo que fez parte do coronelismo devido somente ao seu poderio econômico. O coronelismo é um fenômeno historicamente datado, sem existência antes e nem depois da Primeira República. Na definição do historiador José Murilo de Carvalho, “*o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos*”.²⁰⁴ Para o autor, o coronelismo tratou-se de um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis.

Em Alagoas, o cel. Delmiro Gouveia foi provavelmente o indivíduo que obteve mais vantagens econômicas com essa política de barganha entre os coronéis e os governadores. A primeira dessas foi aquisição do imposto de exportação de peles miúdas através de contratos com o Estado, inicialmente firmado com a empresa Iona & Krause, sociedade constituída em Pernambuco, da qual Delmiro era apenas “árbitro”, mas que, com a mudança do comerciante para Alagoas, essa instalou sua sede no bairro de Jaraguá na capital alagoana. Segundo o relatório, de março de 1907, do Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado de Alagoas, Francisco Pontes de Miranda, o contrato com a firma Iona & Krause foi positivo no que diz respeito à arrecadação estadual.²⁰⁵

Essa regalia quanto aos impostos de exportação de peles continuou após a dissolução da Iona & Krause. Esse privilégio ficou para a firma Iona & Cia., sociedade constituída em dezesseis de março de 1907, por Leonello Iona e Delmiro Gouveia.²⁰⁶ Em 1916, o funcionário da Recebedoria Central do Estado, Bonifácio M. Silveira informou a Secretaria da Fazenda

²⁰³ PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “O Coronelismo numa interpretação sociológica.” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 197.

²⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. “**Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**.” Dados 40.2 (1997): p. 1.

²⁰⁵ A diferença para mais de Rs. 1:521\$237 sobre a exportação de peles miúdas provem do contrato que o Estado fez com a firma Iona & Krause (sic) para a cobrança deste tributo pela quantia anual de Rs. 15:000\$000. Este contrato terminou em 31 de Dezembro do ano passado. ESTADO DE ALAGOAS. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado de Alagoas, pelo Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. Francisco Pontes de Miranda, no dia 30 de março de 1907. Maceió: Typografia e Papelaria de Tavares Irmão & Cia., 1907, p. 25.

²⁰⁶ O contrato de constituição da Iona & Cia foi registrado na Junta Comercial de Alagoas, em 4 de maio de 1907. Ver. ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 151.

que, “em virtude do contrato assinado pela firma Iona & Cia., perante essa Secretaria, a 12 de julho de 1910, nada posso adiantar relativamente ao imposto sobre peles miúdas”.²⁰⁷

A Iona & Cia., firma cuja finalidade era “comprar e vender de conta própria gêneros de produção do país”,²⁰⁸ se tornou uma das prosperas firmas do comércio de Alagoas. Ocupava-se principalmente da exportação de peles de cabra, carneiro e couros de boi feitos pelo porto de Jaraguá, “ponte de entrada do capitalismo”²⁰⁹ em Alagoas. Para isso organizou um sistema no qual contava com compradores em quase todas as localidades dos sertões do Nordeste, além disso, possuía agentes e filiais nas capitais e principais cidades nordestinas.²¹⁰ Adolpho Santos, que a partir de 1908 ocorreu de ir residir na vila da Pedra, onde passou a trabalhar de contador nos escritórios de Delmiro, descreve que:

As compras peles se estendiam por uma vastíssima zona de operações, que abrangiam o interior de Pernambuco até as fronteiras da Paraíba e Ceará, inclusive, ao norte; Sergipe e Bahia, ao sul, e mais o Estado de Alagoas. Havia a labuta constante dos comboios e mais comboios animais a sair e a entrar, quase diariamente, e que faziam o transporte da mercadoria das agências esparsas para o ponto concêntrico destes raios de ação, a Pedra. [...] Para o serviço de transporte, a organização da Pedra possuía uma tropa composta de mais de duzentos burros, fortes, bem tratados, e o respectivo corpo de almocreves, sendo, além disso, utilizados diversos comboios à frente.²¹¹

Na vila da Pedra, as peles eram todas reunidas nos armazéns onde eram beneficiadas, imunizadas e classificadas, de acordo com os parâmetros dos curtumes estrangeiros.²¹² Depois desse processo a mercadoria era embalada em fardos, e transportadas de trem até Piranhas, de

²⁰⁷ ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Alagoas, no dia 15 de abril de 1916, pelo Governador do Estado, Dr. João Batista Accioly Junior. Maceió: Typ. A Vapor da Casa Ramalho, 1916, p. (87) 121.

²⁰⁸ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 150.

²⁰⁹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 50.

²¹⁰ MARROQUIM, Adalberto Afonso. **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglione & Strini. Succ E Loescher, 1922, p. 130/131.

²¹¹ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico**.” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994), pp. 29 e 30.

²¹² Em janeiro de 1967, o cineasta Geraldo Sarno pesquisando para elaboração do roteiro do filme: Coronel Delmiro Gouveia, colheu alguns depoimentos de pessoas contemporâneas de Delmiro na vila da Pedra [esses depoimentos só foram publicados no ano de 2006]. Um senhor que na época da entrevista contava com 67 anos, conhecido como Pedro Campina, diz ter trabalhado no tratamento de peles nos armazéns da Pedra, e descreve com se dava o processo: “*Eu trabalhei no armazém de peles e trabalhei na espicha. A pele era espichada [...] depois dela espichada, quando ela tava enxuta, se arrancava ela, botava no sol. Ela vinha com aquela terra no cabelo. Se pegava aquela pele, se botava no sol e se passava uma escova, escova de raiz, uma raiz de um mato que eles faziam uma corda. Passava bem polido, tirava toda terra, tirava todo sal, quando acabar dobrava*”. SARNO, Geraldo. **Cadernos do sertão**. Salvador: Núcleo de Cinema e Audiovisual, NAU, 2006, p. 61.

onde seguiam pelo rio São Francisco até o Atlântico, e deste até o porto de Jaraguá,²¹³ de onde eram exportadas para a Europa e os Estados Unidos.²¹⁴

Obteve Delmiro Gouveia junto ao Governo de Alagoas, os direitos sobre exportação de peles, através de hasta pública, pagando-lhe um valor fixo anualmente. De certa forma, o fisco alagoano não era lesado com a prática, pois recebia pelas exportações, os prejudicados de fato eram os estados vizinhos cuja produção de peles evadia de suas divisas sem que fosse tributada. Não é por acaso, que de vez em quando se noticiava nos jornais apreensões de contrabando de peles pertencentes ao coronel Delmiro Gouveia.²¹⁵ É provável que também tenha sido em função do comércio de couros e peles miúdas, que Delmiro tenha escolhido residir na pequena vila da Pedra.

A vila da Pedra (sede do município de Delmiro Gouveia) era desde o final do século XIX um entreposto comercial para os negociantes dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Bahia. É o que nos diz Moreno Brandão, no jornal Correio Paulistano, ao noticiar sobre a morte do seu fundador,

Faleceu recentemente nesta capital, o coronel Manuel Francisco Corrêa Telles, que contava com 85 anos de idade.

Nos tempos áureos de sua mocidade, o coronel Corrêa Telles fundou a localidade denominada Pedra, por onde, posteriormente, passaram os trilhos da Estrada de Ferro de Paulo Afonso e onde se estabeleceu uma estação da mesma via acelerada.

Apesar da aridez de uma localidade de nome tão expressivo e simbólico, ela foi sempre um centro de convergência de pessoas, que, trazendo de remota hinterlandia produtos da lavoura ou da indústria pastoril, demandavam terra (sic) obscura para dali seguirem de trem de ferro para as margens do S. Francisco.

Vindos de pontos adjacentes às duas margens do mediterrâneo brasileiro, por ali passavam nos comboios da E. F. Paulo Afonso muitos negociantes, que destinavam se ao alto sertão de Alagoas, de Pernambuco e da Bahia.

²¹³ O serviço puramente financeiro e o bancário de vendas cambiais, os faturamentos em moeda estrangeira, e a centralização dos serviços contábeis do negócio, se processavam no escritório central da firma Iona & Cia., em Jaraguá; inclusive os que eram concernentes às filiais de Paraíba e Ceará, que prosperavam, também. Cf. SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994), p. 30.

²¹⁴ O jornal alagoano Gutenberg, na sua seção comercial, publicou entre 1907 e 1909, a informação de diversos despachos de caroço de algodão, mamonas, couros salgados, peles de cabras e de carneiros, realizados pela firma Iona & Cia., para Liverpool, Nova York, Hamburgo.

²¹⁵ Ver O Paíz, 25 de agosto (p. 4) e 28 de setembro de 1909, p. 5; Jornal Pequeno, 03 de setembro (p. 3) e 28 de outubro de 1909, p. 2.

Apesar desse trânsito incessante, a Pedra teve uma existência muito retardatária até o momento em que ali chegou o industrial Delmiro Gouveia com o propósito de criar indústrias adaptadas ao meio e para as quais ele deveria utilizar o potencial de que Alagoas tire tão grande orgulho.

Delmiro modificou tudo ali.²¹⁶

A vila da Pedra, mesmo antes da chegada de Delmiro, já era um ponto de confluência para os comerciantes dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Delmiro Gouveia com sua visão capitalista aguçada enxergou as potencialidades do vilarejo e nele se instalou, ampliando o tráfego comercial (principalmente o de couros e peles) que já existia, e posteriormente, com o auxílio do Estado, implantará a famosa Fábrica de Linhas da Pedra e o seu núcleo fabril (sobre a Fábrica e o núcleo veremos mais adiante).

Segundo o biógrafo Olympio de Menezes teria sido na vila da Pedra, transformada no centro das suas atividades, que Delmiro Gouveia viveu a fase mais ousada e construtiva de sua vida.²¹⁷ Lá comprou várias propriedades rurais,²¹⁸ além disso, o Governo Estadual concedeu a firma Iona & Cia., terras devolutas localizadas no Município de Água Branca.²¹⁹

Em Alagoas, Delmiro Gouveia obteve todas as condições favoráveis para continuar com suas atividades agroexportadoras,²²⁰ com as quais acumulou capital, principalmente com o monopólio do comércio de couros e peles.²²¹

No início da segunda década do século XX, Delmiro Gouveia resolveu empregar parte do seu capital, até então de natureza mercantil, no setor industrial. Para tanto, continuou obtendo privilégios da classe política alagoana.

²¹⁶ BRANDÃO, Moreno. O fundador obscuro de uma localidade futura. *Correio Paulistano*, 02 de maio de 1930, p. 2. Grifos nossos.

²¹⁷ MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963, p. 128.

²¹⁸ Em outubro de 1908, Delmiro solicitou do Cartório de Paulo Afonso [atual Mata Grande] uma relação das suas propriedades registrada naquele cartório. Após reportar aos livros, o Tabelião Público, Manoel Benedito Gonçalves Torres, elaborou uma relação com 22 propriedades em nome do suplicante. Cf. ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, p. 148; Ver também o Diário Oficial de Alagoas, 23 dezembro de 1939, p. 8 e 9.

²¹⁹ DECRETO nº 499, de 29 de setembro 1910. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1910. Maceió: Typ. Vapor do livro comercial, 1913.

²²⁰ Sobre essa questão, ver PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª. São Paulo: Brasiliense, 2012, especialmente o capítulo *A República Burguesa (1889-1930)*.

²²¹ Entre 1901 e 1918, a participação (em %) de couros e peles no total da receita das exportações brasileiras sempre esteve acima de 4,2%, inclusive no mesmo período suas cifras foram superiores ao açúcar e ao algodão. Cf. SILVA apud SINGER, p. 387.

2.5 A relação entre Delmiro Gouveia e a oligarquia Malta: as concessões por decretos

A partir de 1910, Delmiro Gouveia acena sua intenção em realizar investimentos no ramo da agroindustrial. Isso o levou a estabelecer uma nova relação com a oligarquia Malta, representada novamente pelo governador Euclides Malta, no seu terceiro mandato. Num intervalo menor que um ano, o Governador Euclides Malta baixou três decretos, nos quais faz importantes concessões à firma Iona & Cia., fundamentais para implantação dos projetos industriais, ou melhor, agroindustriais do coronel Delmiro Gouveia. Vejamos abaixo o teor de cada um deles:

DECRETO DE Nº 499, de 29 de Setembro de 1910

Concede a Iona & Cia. ou empresa que organizarem, as terras devolutas situadas entre os lugares denominados <Vai e Vem> <Fazenda do Burnil>, <Riacho do Talhado> e <Burraco>, no município de Água Branca, afim de serem aproveitadas no cultivo de algodão, cereais e forragens por meio de serviços de irrigação montados pelos sistemas mais aperfeiçoados, e isenta dos impostos municipais e estaduais os maquinismos e materiais importados, e concede uma bonificação [40% nos direitos estaduais sobre exportação] aos produtos agrícolas obtidos nas mesmas terras.²²²

O governador Euclides Malta justificou a doação das terras públicas do sertão do Estado para a empresa de Delmiro dizendo que essas terras estavam localizadas nas zonas estéreis do Estado, se encontravam em condições precárias de uso, além disso, a concessão também visava proteger as populações ali existentes dos efeitos das secas. Os concessionários deveriam estabelecer de 18 em 18 quilômetros nos terrenos beneficiados, chafarizes para o abastecimento gratuito de água potável as populações circunvizinhas, para o uso doméstico.²²³

Provavelmente pensando mais uma vez na população, que poderiam pegar água para uso doméstico nos chafarizes da empresa concessionada, o Governo do Estado se comprometeu a solicitar do Governo Federal isenção de impostos sobre o material importado para implantação de um sistema de irrigação. A população até então desprotegida poderia se sentir segura, pois as obrigações do contrato vigorariam por quarenta anos.²²⁴

²²² DECRETO DE Nº 499, 29 de setembro 1910. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1910**. Maceió: Typ. Vapor do livro comercial, 1913, p. 97.

²²³ IDEM, 97/98.

²²⁴ IDEM, 98.

Não passou nem dois meses a Iona & Cia. foi congratulada com mais uma concessão por decreto. O Decreto nº 503, de 30 de Novembro de 1910,

Concede aos srs. Iona & Cia., ou empresa que organizarem, a isenção, por dez anos, de impostos estaduais para importação dos maquinismos necessários a fundação de uma fábrica destinada à confecção de redes, linhas simples ou em carretel ou novelos que pretendem montar neste Estado, bem como os de exportação dos produtos da mesma fábrica a contar da data de sua instalação.²²⁵

Esse dois decretos se tornaram lei após o Congresso Legislativo do Estado deliberar os 27 decretos do Governador Euclides Malta baixados entre junho de 1910 a abril de 1911. Todos os atos foram reunidos e aprovados na Lei nº 633, de 09 de junho de 1911.²²⁶ Do total de vinte sete decretos aprovados, onze se tratavam de concessões à iniciativa privada, na maioria desses não havia o detalhamento da concessão, identificadas apenas como “*diversos favores*”. Contudo, as duas concessões feitas a Iona & Cia., foram bem pormenorizadas.

Poucos mais de um mês após os primeiros decretos se transformarem em lei, a empresa do comerciante/coronel Delmiro Gouveia foi contemplada com mais um benefício do Governo do Estado de Alagoas, através do Decreto nº 520, de agosto de 1911, que no seu artigo primeiro, decreta:

Fica concedido a Iona & Cia., ou empresa que organizarem o direito de se utilizarem, pelo espaço de noventa (90) anos, da força hidráulica produzida em terrenos de sua propriedade situados nos municípios de Água Branca e Piranhas, deste Estado, para transformarem-na em energia elétrica que poderão conduzir em fios ou cabos de alta e baixa tensão, para qualquer parte do território alagoano, aproveitando-a em todas as indústrias e fornecendo-a como força motora a todas as fábricas existentes e as que possam de futuro ser montadas quer nesta Capital, quer na zona do S. Francisco ou em outra qualquer do Estado [...] Os concessionários poderão estender os fios ou cabos condutores de eletricidade por quaisquer terrenos de propriedade do Estado ou de particulares, construir casas para estação de transformadores à margem da faixa de terra em que passarem as mesmas para o que gozarão do direito de desapropriação por utilidade publica.²²⁷

²²⁵ DECRETO DE Nº 503, 30 de novembro de 1910. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1910**. Maceió: Typ. Vapor do livro comercial, 1913, p. 127.

²²⁶ LEI nº 633, de 09 de junho de 1911. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1911**. Maceió: Typ. Vapor do livro comercial, 1913.

²²⁷ DECRETO DE Nº 520, 12 de agosto de 1911. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1910**. Maceió: Typ. Vapor do livro comercial, 1913, p. 82.

Para o governador de Alagoas, Euclides Vieira Malta, o aproveitamento da força hidráulica na geração de eletricidade nos municípios de Água Branca e Piranhas iriam concorrer para o desenvolvimento material do Estado. Segundo o Governador a exploração de energia elétrica naqueles municípios seria fácil, conseqüentemente a empresa responsável pela exploração poderia repassar energia a preços mais módicos para as indústrias, e também estimularia a implantação de novas indústrias.²²⁸

Além da justificativa de que a utilização da energia elétrica contribuiria para o desenvolvimento industrial, havia outra de caráter mais ecológico, para o governador Euclides Malta,

o fornecimento de madeiras extraídas das matas para combustível das máquinas movidas a vapor tem concorrido para o empobrecimento das nossas riquezas florestais, produzindo a escassez dos elementos vegetais protetores do solo e mais danosas modificações atmosféricas com as grandes estiagens nas zonas já desprovidas da proteção das matas. Considerando que a exploração da força hidráulica, geradora de força motriz elétrica, substitui economicamente o combustível vegetal e concorre para evitar as devastações florestais tão prejudiciais à regularidade das nossas estações.²²⁹

No referido decreto de 12 de agosto 1911, o Governo do Estado se obrigaria a dar aos concessionários a isenção de todos os direitos estaduais e municipais relativos a presente concessão e obrigava-se a encaminhar os pedidos de isenção dos impostos federais sobre a importação dos mesmos materiais.²³⁰

A análise dessas concessões é primordial para se compreender a relação entre o Estado e o industrial Delmiro Gouveia, cuja historiografia comprometida com os interesses liberais burgueses nega existir. De maneira, que prevalece o discurso da doutrina do Estado liberal/abstencionista apregoada pelos os ideólogos do capitalismo, segundo a qual o Estado não devia intervir no campo econômico. Embora, essa tese sempre foi contestada pela a concepção marxista, a qual afirma que, o Estado representativo moderno terá no seu governo nada mais que um comitê que administra os negócios comuns à classe burguesa.²³¹

Entre as concessões angariadas pela firma de Delmiro, a da Cachoeira de Paulo Afonso, para fins de geração de energia elétrica foi a mais polêmica, objeto de discussão

²²⁸ IDEM.

²²⁹ IBIDEM.

²³⁰ IBIDEM.

²³¹ MARX, Karl e Friedrich ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2009, p. 56.

inclusive na câmara federal.²³² Em Alagoas se travou um verdadeiro duelo entre os jornais; A Tribuna e o Jornal de Alagoas, esse último contou com o apoio da imprensa carioca,²³³ no debate sobre a constitucionalidade do ato do governador Euclides Malta.²³⁴ Apesar das contestações, a Iona & Cia. assegurou a concessão.

Conforme relatam seus biógrafos, Delmiro Gouveia objetivava gerar energia elétrica e fornecer a todo Nordeste a partir das quedas d'água da Cachoeira de Paulo Afonso, para execução desse projeto contaria com a participação do capital estrangeiro. Antes mesmo de adquirir a concessão, Delmiro já negociava com um grupo de investidores norte-americanos que visitaram a vila da Pedra, a Cachoeira de Paulo Afonso e as regiões adjacentes entre 1909/10.²³⁵ Adolpho Santos afirma que a visita merece destaque, pois alterou os hábitos dos pedrenses, segundo o autor o importante acontecimento se tratou da

Chegada de um grupo de cidadãos americanos, se bem me lembro vindos de Washington, que organizado de engenheiros, cientistas e, o chefe, um milionário à porfia de negócios fabulosos ao modo pelo qual eles se fazem na sua nação. Não é possível, nem mesmo necessário, nomear todos; porém, para não fugir a minudências, declino o nome do homem de negócios – Mr. Moore, e outro membro da ilustre comitiva – engenheiro Stewart, que foi o último a regressar e era boníssimo camarada. Este engenheiro percorreu toda a zona ribeirinha do rio São Francisco, a partir de Piranhas a Jatobá, visitando ambas as margens da caudal e muitas vezes se internando algumas léguas pelo sertão a fim de estudar e tomar apontamentos em relação a tudo que interessava no vale sanfranciscano. Com ele andavam, conduzindo instrumentos portáteis de precisão, alguns caboclos destemidos e conhecedores da região. Feita essa viagem de exploração científica, voltou a Pedra de onde regressou para os Estados Unidos.

[...] No dia imediato à chegada, e já tendo visitado as cataratas da Paulo Afonso, formou-se a mesa redonda na casa de Delmiro com ele os da comitiva, servindo de intérprete na conversação um engenheiro brasileiro.

²³² Ver A Tribuna, 23 de Agosto de 1911, p. 3.

²³³ A proposito da concessão da Cachoeira de Paulo Afonso, ultimamente feita pelo governo de Alagoas. A Tribuna, brilhante vespertino carioca, publicou em sua edição do corrente o seguinte editorial: O correspondente telegráfico do Jornal do “Commercio em Maceió” transmitiu a notícia de uma concessão feita pelo governo a uma firma particular, a qual encheu de pasmo e admiração a todo mundo, não só pela monstruosidade do seu lado moral, como pela audácia com que atenta para o patrimônio da União [...] Foi ela arrendada à firma Iona & C., sem existência legal e objetiva, segundo a opinião do “Correio da Manhã”, porque é uma firma fantástica e sem idoneidade alguma; uma firma de cavação, moldada no gênero as Societé Franco-Brésiliene. Jornal de Alagoas, 01 de setembro de 1911, p. 1.

²³⁴ A Tribuna, jornal apoiador do Governo de Euclides Malta, em seus artigos defendia a legalidade do ato, enquanto o Jornal de Alagoas, órgão oposicionista, acusava que a concessão da Cachoeira de Paulo Afonso era inconstitucional, o principal argumento era de que o rio S. Francisco por percorrer vários estados era de incumbência da União essa decisão. Em ambos periódicos, renomados juristas brasileiros publicaram seus pareceres sobre a questão.

²³⁵ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 73. Ver também MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963, pp. 129 e 130.

Essa conferência durou toda a manhã; depois do almoço, as conversações continuaram no escritório até quase à noite.

Muitas particularidades da conferência ficaram em sigilo e delas jamais pude ter conhecimento; eram segredos profissionais e não foi possível devassa-los. Mesmo porque Delmiro também concordava que ‘o segredo é a alma do negócio’.

De qualquer forma, cheguei a saber que **se tratava da fundação de uma poderosíssima empresa, a se construir com capitais americanos e brasileiros, para empreender o aproveitamento e a exploração do vale do rio São Francisco, - a industrialização da energia hidroelétrica da Cachoeira de Paulo Afonso e um vasto plano agrícola industrial conexo.**²³⁶

Para que a parceria entre o capital internacional e a firma de Delmiro Gouveia efetivamente se concretizasse, o rei das peles deveria obter dos governos de Alagoas, Bahia e Pernambuco as condições legais, ou seja, as concessões, privilégios, isenções, essas eram as condições para vinda do capital americano.²³⁷ Em menos de dois anos, através da Iona & Cia., Delmiro obteve do governo de Euclides Malta todas as concessões, privilégios e isenções acordadas, como vimos analisando todas via decreto. Como num jogo de xadrez os “lances” foram paulatinamente armados no tabuleiro, após a concessão da Cachoeira de Paulo Afonso tudo se encaminhava para o xeque mate, mas esse não aconteceu, melhor dizendo, a parceria com os americanos não vingou.

Alega-se que os americanos recuaram porque o governador de Pernambuco, general Dantas Barreto, eleito em 1911, após mais uma década de dominação da oligarquia rosista, recusou-se a conceder licença para instalação de uma rede elétrica em solo pernambucano,²³⁸ a qual ligaria cachoeira de Paulo Afonso ao Recife. Segundo Francisco Magalhães Martins, em audiência que teve com Dantas Barreto, Delmiro ouviu: ‘O negócio que o sr. propõe é tão vantajoso para o Estado que deve envolver alguma velhacaria!’²³⁹ Embora a tese de que os

²³⁶ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994), pp.32/33. Grifos nossos.

²³⁷ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 74.

²³⁸ Essa é a versão mais aceita em entre os estudiosos da vida de Delmiro Gouveia, ver, por exemplo; SANTOS (1994), ROCHA (1963), MENEZES (1963), MARTINS (1963), MELLO (1998), MAYNARD (2005), SILVA (2007), entre outros.

²³⁹ BARRETO apud MARTINS, 1963, p. 75.

gringos tenham se retirado após a negativa do general Dantas Barreto seja a mais aceita, pesquisas mais recentes apresentam outras interpretações.²⁴⁰

A recusa do Governador pernambucano e o recuo dos capitalistas estadunidenses ao projeto de eletrificação do Nordeste proposto por Delmiro devem ser analisados dentro de um contexto político específico: o movimento salvacionista.²⁴¹

As ‘salvações’ foram movimentos políticos que se estenderam por vários Estados do país, principalmente nos do Nordeste e Norte, entre os anos de 1910 e 1912, durante a presidência do general Hermes da Fonseca (1910-1914). Os movimentos desencadearam a derrubada das oligarquias situacionista e a ascensão de grupos opositoristas em muitos estados, no Nordeste a onda salvacionista caracterizou-se “*por seu aspecto urbano e pela violência presente nos conflitos de ruas envolvendo populares, Exército e elementos da Polícia Civil*”.²⁴² Entre a segunda metade de 1911 e o primeiro semestre de 1912, as cidades de Recife,²⁴³ Maceió²⁴⁴ e Salvador²⁴⁵ foram palco de violentas manifestações.

Acreditamos que a instabilidade política, principalmente nas capitais nordestinas, tenha sido o real motivo para os investidores yanques não firmarem contrato com o capitalista/coronel Delmiro Gouveia para gerar e comercializar eletricidade a partir da Cachoeira de Paulo Afonso. Após o recuo do capital estrangeiro, Delmiro redefiniu seus projetos, de modo que, as concessões que já havia angariado do Governo de Alagoas pudesse ser exploradas economicamente, principiando pela última que lhe foi concedida, através decreto nº 520 de agosto de 1911.

Decidiu o capitalista cearense aproveitar a força das águas da cachoeira de Paulo Afonso, num empreendimento mais modesto, uma pequena usina hidrelétrica para fornecer luz e força a uma fábrica têxtil que iria implantar em pleno o sertão alagoano. Nesse

²⁴⁰ Sobre essa questão ver SILVA, Davi Roberto Bandeira da. “A Usina de Angiquinho - o legado de empreendimento pioneiro.” DIÓGENES, Eliseu, Sérgio ALVES e Davi Roberto Bandeira da SILVA. **Delmiro Gouveia entre o mito e a realidade: seus empreendimentos e sua contextualidade no tempo e no espaço**. Maceió: EDUFAL, 2014. (217-294), pp. 243-245.

²⁴¹ PEREIRA, Flávia Borges. **Salvações no Nordeste: Política e Participação Popular**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

²⁴² IDEM, p. 31.

²⁴³ IDEM, pp. 45-51.

²⁴⁴ TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfoses das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009. Ver especialmente, o capítulo: A queda dos Malta e o quebra-quebra dos terreiros.

²⁴⁵ BACELAR, Jonildo. **Bombardeio de Salvador em 1912**. 14 de janeiro de 2015. 30 de 03 de 2015 <<http://www.historia-brasil.com/bahia/bombardeio-salvador.htm>>.

momento Delmiro parece ignorar a iminente queda do oligarca Euclides Malta,²⁴⁶ aliado histórico do capitalista/coronel, e por intermédio da firma Iona & Cia., solicita de empresas europeias os projetos, das quais compra os materiais para construção da usina e a montagem da fábrica, para isso vai pessoalmente a Europa.²⁴⁷

Entre o planejamento e o início das realizações decorreram poucos meses, a usina hidrelétrica conhecida como Angiquinho, cuja potência era de 1.500 hp (horse power), começou a operar em 26 de janeiro de 1913. E a fábrica têxtil foi inaugurada em 6 de junho de 1914.²⁴⁸ A essa época a oligarquia Malta já havia caído. Contudo, o então industrial Delmiro Gouveia continuava obtendo privilégios dos governantes do Estado de Alagoas.

O decreto de número 716, de 4 julho de 1914, em que o governador do Estado de Alagoas:

Torna extensivo os favores (sic) de que trata o art. 1º do Decreto n. 503, de 30 de Novembro de 1910, à importação de algodão de superior qualidade e outros artigos de matéria prima que não tenham similares no Estado para a manufatura de linhas de carretel da Fábrica de linhas pertencente à Companhia Agro Fabril Mercantil, representada pelos Srs. Iona & Cia.²⁴⁹

Apenas alguns meses depois, o governador baixa o decreto de número 737, de 10 de dezembro de 1914, pelo qual:

Concede um auxílio de cinquenta contos de réis (50:000\$000) à firma Iona & Cia, negociantes industriais neste Estado, pelo serviço executado mesmos na construção de uma estrada de rodagem com cinquenta e seis (56) léguas de extensão entre os municípios de Vitória e Água Branca.²⁵⁰

Ambos os decretos foram aprovados pelo congresso estadual e se tornaram leis, vale ressaltar que esses foram baixados pelo governador Clodoaldo da Fonseca, eleito com a promessa de salvar o Estado de Alagoas das mãos da oligarquia maltina. O fato é que as

²⁴⁶ TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamoforses das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009. Ver especialmente, o capítulo: A queda dos Malta e o quebra-quebra dos terreiros.

²⁴⁷ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963, pp. 104/105.

²⁴⁸ A Fábrica da Pedra, assim como, o funcionamento do núcleo fabril construído ao seu entorno, serão analisados mais adiante, no próximo capítulo.

²⁴⁹ DECRETO N. 716, de 4 de julho de 1914. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1914**. Maceió: Typ. A Vapor da Casa Ramalho, 1920, p. 27.

²⁵⁰ DECRETO N. 737, de 10 de dezembro de 1914. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1914**. Maceió: Typ. A Vapor da Casa Ramalho, 1920, p. 47.

oligarquias se metamorfoseiam, mas seu DNA permanece, garantindo os interesses da classe dominante conservados.

Enfim, o comerciante, o coronel e o industrial Delmiro Gouveia tanto em Pernambuco como em Alagoas obteve vários benefícios políticos, esses foram fundamentais para seus empreendimentos capitalistas. Subvenções fiscais, concessões públicas, auxílio financeiro, entre outros. No próximo capítulo analisaremos o funcionamento da Fábrica de Linhas da Pedra juntamente com o núcleo fabril instalado para abrigar os trabalhadores desta.

3 A FÁBRICA DA PEDRA E O COTIDIANO OPERÁRIO NO SEU NÚCLEO

Neste capítulo analisaremos o funcionamento da Fábrica de Linhas da Pedra e o seu núcleo fabril, esse último apresentado por alguns entusiastas contemporâneos como exemplo “modelar de civilização”. Ao longo dos anos criou-se e propagou-se a ideia do núcleo fabril da Pedra como uma sociedade harmônica, voltada exclusivamente para o trabalho, ou seja, nega-se a contradição entre capital e trabalho. Embora, a existência de normas rígidas dentro e fora da fábrica, assim como o uso de multas, proibições e castigos físicos revelem que a experiência industrial da Pedra não foi assim tão idílica com muitos a apresentam.

Exploraremos uma série de questões relacionadas à experiência industrial na Pedra, empregaremos a abordagem historiográfica cujos conceitos e categorias são os mais apropriados para desnudar os aspectos contraditórios do modo de produção capitalista: o Materialismo Histórico.²⁵¹ A nossa análise concentra-se nos primeiros três anos de funcionamento do complexo industrial, período em que esteve sob a administração direta do seu fundador.

Para tanto, é imprescindível que aprofundemos alguns aspectos, tais como, qual a procedência da força de trabalho (mão de obra operária) utilizada na Fábrica da Pedra? Como esse se compunha segundo os critérios de sexos e idade? Como era a rotina desses operários dentro da fábrica? E fora, dela o que faziam os operários? Houve emprego de outros instrumentos afora as máquinas para adaptação/assimilação dos trabalhadores ao labor fabril?

3.1 A Fábrica da Pedra e o Núcleo Fabril através dos relatos de seus contemporâneos

Inaugurada em 6 de junho de 1914, a Fábrica de Linhas da Pedra é, segundo Philip Gunn²⁵² um dos mais conhecidos estabelecimentos industriais brasileiros. A famosa fábrica,²⁵³ e o seu núcleo fabril foram montados num lugarejo do sertão alagoano denominado

²⁵¹ BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Os paradigmas revolucionários**. 2ª. Vol. III. Petropolis: Vozes, 2011, pp. 15-154.

²⁵² GUNN, Philip e Telma de Barros CORREIA. “A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais.” R. B. Estudos urbanos e regionais 7.1 (2005): 17-53, (p. 22).

²⁵³ ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática S.A, 1988. p. 35.

de vila da Pedra,²⁵⁴ na época pertencente ao município de Água Branca. O seu fundador, o capitalista Delmiro Gouveia, é reconhecido com um dos pioneiros da industrialização no Brasil, ao lado de nomes como, Luiz Tarquínio, Herman Lundgren, Francisco Matarazzo, Jorge Street, Robert Simonsen, é também considerado um dos mais importantes empreendedores brasileiros no século XX.²⁵⁵ Os empreendimentos industriais na vila da Pedra atraíram muitos visitantes “ilustres” desde os primeiros anos de atividade.

Entre os visitantes havia médicos, políticos, engenheiros, religiosos, jornalistas e intelectuais vindos de várias localidades do País. Esses visitantes através da imprensa (escrita) foram os primeiros a difundirem uma apreciação laudatória sobre o complexo fabril da Pedra. Segundo Telma de Correia:

A imagem de Pedra, construída por observadores letrados da época, subvertia tudo o que costumava ser associado ao Sertão. Com escolas, seus operários limpos e bem vestidos, o aspecto asseado de suas ruas e habitações, a luz elétrica, as formas regradas e modernas de lazer e uma vida para o trabalho, Pedra surgia como expressão inequívoca de progresso.²⁵⁶

A ideia predominante entre esses visitantes era de que através das iniciativas do coronel Delmiro Gouveia, no sertão de Alagoas, localizado a centenas de quilômetros do litoral, florescia um núcleo onde toda gente pensava em trabalhar e produzir.²⁵⁷ Para Oliveira Lima, que visitou a vila da Pedra em 1917, o núcleo da Pedra era um exemplo modelar de organização social, “*um ambiente de paz, trabalho e progresso*”.²⁵⁸ No conceito [ou preconceito mesmo] que se tinha do sertão, fundamentado principalmente na leitura dos Sertões de Euclides da Cunha,²⁵⁹ predominava a representação de um espaço de natureza agressiva e delirante. Mas, a “Pedra de Delmiro” era um contraponto, uma prova cabal de que era possível “civilizar” os interiores do País.²⁶⁰

²⁵⁴ A vila da Pedra ficava localizada onde atualmente está a sede do município de Delmiro Gouveia. Ver LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, pp. 283-288.

²⁵⁵ MARCOVITCH, Jacques. “Delmiro Gouveia.” MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: EDUSP, 2012, pp. 125-158.

²⁵⁶ CORREIA, Telma de Barros. “**Delmiro Gouveia: a construção de um mito.**” *Cadernos de Estudos Sociais* 12 (1996), p. 39.

²⁵⁷ TIGRE apud MELLO, 1988, p. 95.

²⁵⁸ LIMA, Oliveira. A Itália e Guerra. *Diário de Pernambuco*, 06 de setembro de 1917, p. 3.

²⁵⁹ CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. 3ª. São Paulo: Martin Claret, 2010.

²⁶⁰ LIMA apud MELLO, 1988, p. 102.

Alguns afirmavam que a vila da Pedra tratava-se de um “Oásis num deserto”. O médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Letras, Antônio Austregésilo, escreveu uma carta que foi publicada no jornal *Correio da Pedra* com o referido título, onde o autor se refere ao núcleo da Pedra como:

a transmutação das ânsias do progresso de um homem cuja atividade e cujo empreendimento merecerão as bênçãos de todos os brasileiros, por que foi ali, como reza a sincera e dolorosa inscrição na cruz ereta no lugar em que se deu seu bárbaro assassinato, o evangelizador dos sertões, o desbravador de almas incultas, as quais proporcionou pão, ensinamentos, fé, direitos, amor, a confiança no trabalho honesto e salutar.

Tudo na Pedra respira ordem e labor. O casario branco, simétrico e limpo; a atividade operária, movendo máquinas curiosas e magníficas; o desdobramento da sagacidade sertaneja em aprendizado rápido e eficiente; a alegria e o bem estar do operário que se cultiva progressivamente; (...) as forças para a movimentação das complicadíssimas entrosagens da fábrica; a luz, a higiene, o desenvolvimento rápido da vila; tudo denuncia turgor [sic] vital da obra grandiosa de Delmiro Gouveia.

Salve, salve mãos benditas que transformaram o rincão inóspito e desolado do sertão das Alagoas em apiário humano feliz e onde vivem a alegria, a saúde e o trabalho em perene harmonia, denunciadora da capacidade e do progresso brasileiros.²⁶¹

O depoimento laudatório de Antônio Austregésilo é revelador de uma visão classista e estereotipada. Mas que era (de certa forma ainda é) compartilhada por muitos outros. O jornalista Assis Chateaubriand, que também visitou a vila da Pedra entre agosto e setembro de 1917, levou ao conhecimento do público as suas impressões em artigo para o jornal *Diário de Pernambuco*:

Trago de Pedra, onde o senhor Delmiro Gouveia tem instalada a sua fábrica de linhas, acionada pela força hidráulica da cachoeira de Paulo Afonso, uma impressão, que só posso chamá-la, de verdadeiro encantamento. Sinto ainda os olhos ofuscados daquela claridade luminosa, da palpitação febril daquela colmeia no seio estéril de um sertão inexorável (...) O senhor Delmiro Gouveia realiza um processo de integração social admirável, debuxando um quadro de civilização industrial e pacífica, de amor ao trabalho, de disciplina, que é um contraste com a indisciplina, o nomadismo e o misticismo da vida sertaneja.²⁶²

²⁶¹ AUSTREGÉSILO, Antônio. Oasis num deserto, *Correio da Pedra*, 11 de fevereiro de 1923, p.1.

²⁶² CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. *Diário de Pernambuco*, 10 de setembro de 1917, p. 3. Grifos nossos.

A imagem de que a fábrica e o núcleo fabril da Pedra era um ambiente “harmônico”, sem contradições entre a classe detentora dos meios de produção e a classe trabalhadora tem sua origem nos depoimentos desses visitantes. Os proprietários²⁶³ e dirigentes da fábrica sabiam da importância da opinião desses visitantes ilustres para propagandear os seus empreendimentos. As excursões eram realizadas geralmente em comitivas,²⁶⁴ e em alguns casos a própria fábrica as custeavam. A experiência da vila da Pedra significava para os membros ou representantes da incipiente burguesia industrial brasileira um “*precioso exemplo*”.²⁶⁵

Em novembro de 1918, o Jornal de Alagoas após visitar a vila da Pedra a descreve como um grande núcleo industrial, de organização modelar, uma obra monumental. Segundo a manchete,

Logo à primeira vista, um dos aspectos mais surpreendentes da Pedra é a ordem, a disciplina modelar com que tudo ali se move, obedecendo sistematicamente às leis que tem valor de oráculos, a que todos se curvam, cumprindo estritamente os seus dispositivos soberanos. Dir-se-ia um grande e poderosíssimo exército destinado às lutas pacíficas do trabalho, tal é a exatidão rigorosa, o respeito disciplinar com que a autoridade é acatada, como se um verdadeiro milagre divino houvesse cooperado para transformação completa do instinto bronco e rebelde do sertanejo que naquelas inóspitas regiões de outrora, sem vestígios de civilização, ignorava inteiramente a mais rudimentar organização social.

Só mesmo um milagre. E esse milagre foi obtido pelo gênio industrial de Delmiro Gouvêa (sic).²⁶⁶

Mais uma vez ressalta-se a disciplina, o respeito incondicional as autoridades e a aptidão dos operários, sertanejos que antes do “milagre” do capitalista Delmiro Gouveia viviam a margem da chamada “civilização”. Muito do que se sabe sobre a fábrica da Pedra e do seu núcleo fabril neste período inicial derivam dessas matérias jornalísticas, elas lançam as bases para uma versão historiográfica²⁶⁷ que ainda é predominante.

²⁶³ A Fábrica da Pedra pertencia a Companhia Agro Fabril Mercantil S/A, empresa de capital aberto, com sede na cidade de Recife, constituía no ano de 1912, os estatutos da empresa foram publicados no Jornal do Recife, em 26 de junho de 1912, p. 3.

²⁶⁴ Jornal de Alagoas, 26 de novembro de 1918, p. 1; Jornal de Alagoas, 05 de julho de 1925, p. 3; Correio da Pedra, 22 de julho de 1925, p. 3; Correio da Pedra, 27 de setembro de 1925, pp. 1 e 2.

²⁶⁵ LIMA APUD MELLO, 1988, p. 102.

²⁶⁶ Jornal de Alagoas, 26 de novembro de 1918, p. 1.

²⁶⁷ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963. Ver especialmente o capítulo XXVI: O reformador social; MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, pp. 97-102; LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro**

Nessa vertente historiográfica nega-se aos operários/as a qualidade de sujeitos, omitisse a relação conflituosa entre capital e trabalho, de modo que, ignoram-se as condições materiais de vida, desvalorizam-se os hábitos e costumes seculares de um povo em detrimento de um processo “civilizatório”. Na oposição dessa historiografia “hegemônica” destacam-se os trabalhos da pesquisadora Telma de Barros Correia,²⁶⁸ é a autora quem elabora a análise mais crítica sobre o que representou a Fábrica da Pedra e seu núcleo operário, esse último nas palavras da autora tratou-se de “*um equipamento de arregimentação, fixação e controle do trabalhador*”,²⁶⁹ de maneira que, assim se conseguiria o máximo de sobrevalor.

3.2 As origens do operariado pedrense

A procedência dos operários da Fábrica da Pedra era bem diversificada. Conforme Adolpho Santos, ainda na construção da fábrica e no soerguimento do núcleo, “*se misturavam operários vindos de toda parte onde chegava a notícia da grande obra*”.²⁷⁰ Também nessa época chegaram ali alguns trabalhadores especializados vindos da Europa para montagem das máquinas, enquanto isso, os naturais apenas acompanhavam espantados aquela agitação.

À medida que subiam as paredes da fábrica, também se construía as casas para o operariado. Ainda segundo Adolpho Santos, “*foi mandado vir de diversas fábricas de diferentes estados para inaugurar a Fábrica da Pedra e praticar a iniciação dos naturais do município de Água Branca e dos outros vizinhos*”.²⁷¹ Sobre essa questão da mão de obra operária, Dona Virgínia Bezerra Lima, que trabalhou na casa de Delmiro, em entrevista concedida ao cineasta Geraldo Sarno diz que:

Depois que [Delmiro] fez a fábrica não tinha ali... Não tinha operário, não tinha quem soubesse trabalhar em negócio de fábrica. Ele chamou gente de

Gouveia: o Mauá do Sertão alagoano. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983, pp. 192-210; MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte.** Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, pp. 77-93; NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra.** Maceió: Viva Editora, 2013. Ver especialmente o capítulo III: ‘civilização’ e educação na Pedra, pp. 139-209; GONÇALVES, Alberto Cosme. **Delmiro Gouveia: Era uma vez no Sertão...** 2ª. Ribeirão Preto: sn, 2013.

²⁶⁸ CORREIA, Telma de Barros. “**Delmiro Gouveia: a construção de um mito.**” *Cadernos de Estudos Sociais* 12 (1996): 25-62; CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão.** Campinas: Papyrus, 1998.

²⁶⁹ IDEM, p. 11.

²⁷⁰ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” *Revista do Arquivo Público de Pernambuco* (1994): p. 35.

²⁷¹ IDEM, p. 36.

longe, Penedo, Propriá, esses lugares que tinha fábrica, viu, chamou operários pra vir ensinar o pessoal daqui trabalhar. Veio muita gente de Propriá, veio muita gente pra ensinar a trabalhar.²⁷²

Faltando pouco mais de um mês para inauguração da fábrica, a Companhia Agro Fabril Mercantil manda publicar no Jornal de Alagoas anúncios informando a contratação de operários e operárias peritos nas diversas especialidades da indústria têxtil, além dos especialistas, também se contratava crianças de ambos os sexos para fazer caixinhas e outros serviços delicados.²⁷³ Os anúncios orientavam que:

os operários que se propuserem entrar nos serviços dessa Companhia precisam desde já se comprometer a estar em Pedra na primeira semana de junho deste ano, quando começarão os trabalhos, ou antes, desta época.

Na Pedra o clima é saudável, a Fábrica é espaçosa, e nela o ar é renovado de modo a não prejudicar a saúde dos operários.

A Companhia dá ‘gratuitamente’ aos seus operários casa limpa e higiênica, água e luz elétrica, sendo os seus ordenados tão ou mais compensadores do que atualmente pagam quais quer outras Fábricas congêneres.²⁷⁴

Porém, adverte que só serão aceitas pessoas de bom comportamento, e alerta de que é absolutamente proibido o uso de bebidas alcoólicas. Para o operário contratado a Companhia adiantaria o necessário para o transporte até Pedra, além disso, garantiria a manutenção do mesmo até normalização dos trabalhos, esses valores seriam descontados depois, diretamente dos seus ordenados.²⁷⁵

A inauguração da Fábrica de Linhas da Pedra se deu em 6 junho de 1914, na ocasião os trabalhos ficaram sob orientação de técnicos ingleses contratados em Glasgow.²⁷⁶ Quatro meses após o início oficial de suas atividades a Fábrica da Pedra continuava necessitando de mão obra operária, divulgando na imprensa pernambucana, o seguinte anúncio:

COMPANHIA AGRO FABRIL MERCANTIL

Precisa de famílias operárias

²⁷² LIMA apud SARNO, 2006, p. 75.

²⁷³ Jornal de Alagoas, 24; 25 e 26 de abril de 1914, p. 3.

²⁷⁴ IDEM.

²⁷⁵ IDEM.

²⁷⁶ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 36.

A fábrica de linhas da Pedra (estado de Alagoas) precisa de famílias operárias habilitadas para o serviço de fiação e que se possam dar boas referências.

A fábrica é situada no sertão do estado de Alagoas, em lugar saudável e a companhia fornece gratuitamente aos operários casa, luz e água, pagando salários não inferiores aos das outras fábricas.²⁷⁷

A oferta de moradia “gratuita” com água encanada e luz elétrica foi utilizada reiteradamente nos anúncios de contratação de operários. Essas regalias oferecidas pela Companhia funcionavam como estratégia para aliciar operários especializados. Ao que parece, a tática foi bem sucedida. Conforme depoimento de Ulisses de Souza Bandeira, antigo funcionário da Usina de Angiquinho, em entrevista ao cineasta Geraldo Sarno, em 1967, com o funcionamento da fábrica “*vieram alguns operários de Paraíba, de Maceió, de Pernambuco, do Recife*”.²⁷⁸

A contratação de operários com experiência no setor têxtil em centros urbanos maiores tinha como principal objetivo iniciar os habitantes sertanejos nos segredos dessa indústria. A respeito dessa questão, Adolpho Santos comenta que:

[...] ali se constituía, na prática dos seus diferentes misteres, uma escola técnica de trabalho onde os operários, cada qual em suas seções, se preparavam eletricitistas, mecânicos, fiandeiros, tintureiros, chauffeurs e tantas outras atividades.

A maioria do operariado era brasileiro, recrutado na população bronca do sertão bravo, o qual, recebendo os ensinamentos do Chefe e dos profissionais contratados para amestrá-lo, tornara-se dentro de pouco tempo hábil no manejo de todos os aparelhos e de toda maquinaria.²⁷⁹

Em setembro de 1917, após fazer uma visita à vila da Pedra, o jornalista paraibano Assis Chateaubriand revela em artigo publicado no Diário de Pernambuco, que a força de trabalho empregada na Fábrica da Pedra, pelo menos naquele momento, tinha procedência bastante diversificada, segundo o jornalista:

há ali o sertanejo destemeroso; fanáticos de padre Cícero; emigrados do arraial destruído de Canudos; uns vagos operários urbanos com tendências impulsivas dos habitantes das grandes cidades, meia dúzia de alemães, ingleses, suíços todos os tipos, uma multiplicidade de elementos

²⁷⁷ A Província, 04, 05, 06, 07 e 08 de outubro de 1914, p. 2.

²⁷⁸ BANDEIRA apud SARNO, 2006, p. 97.

²⁷⁹ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 37.

heterogêneos, assimilados, amalgamados, unificados graças a processos que modificam consideravelmente as condições fundamentais da existência individual de quase todos.²⁸⁰

A observação do jornalista Assis Chateaubriand quanto a heterogeneidade na procedência dos operários de Pedra pode ser confirmada em outras fontes. Contudo, os operários de Pedra eram, em sua maioria, originários dos sertões nordestinos. O grosso do operariado compunha-se de retirantes da seca 1915.²⁸¹ Mas também, era comum encontrar criminosos refugiados, “*muitas vezes, chegaram na Pedra criminosos pedindo proteção; Delmiro recebia-os, amparava-os e punha-os para trabalhar como se estivessem numa escola correcional, reformadora de caráter*”.²⁸² Esses egressos da sociedade chegavam a Pedra por indicação de algum amigo de Delmiro, mas também havia os que iam até o industrial por conta própria.

Com relação aos retirantes das secas, o jornalista Hildebrando Menezes, que foi diretor e redator chefe do jornal Correio da Pedra, rememora em 1927 nas páginas do referido jornal o que aconteceu em Pedra no ano de 1915:

a seca fazia estertorar o sertanejo na penosa agonia da fome, a Pedra transformou-se sob a direção do pranteado morto [Delmiro], num oásis para patrícios infelizes. A vila operária ficou nessa época de amarguras circulada de barracas, onde uma multidão se agitava já alegre, graças ao alimento que lhe era fornecido a chegada e depois de descanso, o trabalho que lhe permitia viver sem as amarguras dos dias anteriores.²⁸³

Algumas décadas após a publicação do artigo no jornal Correio da Pedra, o jornalista Hildebrando Menezes lança a biografia intitulada “Delmiro Gouveia: vida e morte”. Na referida obra o autor cita o episódio da seca de 1915, que segundo ele foi precedida pelo capitalista cearense no ano anterior:

Em 1914, as chuvas não permitiram a colheita total [...] Delmiro, experiente, previu a seca de 1915. ‘No ano vindouro, não pingará’, dizia ele na linguagem própria do meio. E se previniu para a tragédia que foi, nos sertões

²⁸⁰ CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1917, p. 3.

²⁸¹ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão.** Campinas: Papirus, 1998, p. 229.

²⁸² SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): p. 37.

²⁸³ Correio da Pedra, 12 de outubro de 1927, p.1.

nordestinos, a seca intensíssima daquele ano, guardada na lembrança dos sertanejos como uma das mais fatídicas.

Na casa em que primeiro morara [sic], Delmiro fizera construir grandes silos de tijolo e cal e os mandara encher de milho e feijão, produtos de mais consumo do sertanejo, especialmente o sertanejo pobre.

Tangidos pela seca de seus pobres lares, chegavam à Pedra, às dezenas, diariamente, infelizes vítimas do flagelo, procedentes do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de todos os Estados nordestinos enfim, à procura de alimento. Eram, sem exagero, frangalhos humanos, tão esgotados e maltrapilhos chegavam.

Para atender a todos como possível, **Delmiro mandou construir no campo grandes barracas, onde eles pudessem repousar, e durante oito e mais dias, conforme as condições de cada flagelado, fazia alimentá-los fartamente e, logo que restaurados, colocava-os nos serviços da empresa.**²⁸⁴

A seca de 1915 que assolou grande parte dos sertões nordestinos, colocou boa parte de sua população na condição de retirantes. Milhares de camponeses que dependiam do cultivo da terra para sobreviver foram obrigados a migrarem de suas localidades. Já desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho, eles caminhavam por vários dias em busca de alguém que lhes porpcionasse um lugar para poder ganhar seu sustento. A escritora Raquel de Queiroz no romance “O Quinze”²⁸⁵ retrata a saga do vaqueiro Chico Bento e sua família (esposa e cinco filhos), que depois de muitas privações e fatalidades pelo sertão cearense chegam a Fortaleza, onde Chico Bento irá trabalhar na construção de um açude por um tempo, mas logo depois pega o que restou da família e vai para São Paulo a procura de trabalho.

Segundo o historiador britânico, Eric Hobsbawm, a dificuldade social e econômica era uma das arma mais eficiente para desprender o homem de seu passado sócio-histórico, obrigando-o a abandonar o seu lugar e o seu modo de vida tradicional para ingressar no trabalho fabril. Isso por que em condições normais de sobrevivência as pessoas não eram atraídas para as novas ocupações típicas de uma economia industrial.²⁸⁶

No caso específico da Fábrica de Linhas da Pedra, mesmo situada no sertão, a seca de 1915 desempenhou importante papel na captação da força de trabalho. Conforme

²⁸⁴ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 78.grifos nossos

²⁸⁵ QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Versão em e-book. São Paulo: José Olympio, 1984.

²⁸⁶ HOBBSAWM, Eric J. **A Era da Revoluções, 1789-1848**. 25ª. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 91.

depoimento de Ulisses de Souza Bandeira: “em 1915, naquela grande seca, quando chegou aqueles pessoal de Paraíba e Pernambuco mesmo, aqueles flagelados, ele [Delmiro] arranhou serviço pra todo mundo, [...] na Fábrica”.²⁸⁷ Lauro Góes, que foi funcionário da fábrica nesta época, relata que:

Na seca de 1915, Delmiro atendeu toda uma multidão de famintos que chegaram à Pedra a procura de trabalhos e alimentos. Vários – a maioria – ficaram na localidade como operários da Fábrica e outros seguiram a sua caminhada, mas ajudados pela direção da empresa, com uma pequena ajuda para viagem. Nessa época o número de operários elevou-se a quinhentas pessoas.²⁸⁸

Diante dos depoimentos acima, surge outra questão, que é como a fábrica conseguiu absorver a força de trabalho de centenas de retirantes? Considerando que essa já se encontrava em operação quando da ocorrência da seca.

No seu depoimento, Bandeira revela uma das estratégias que possibilitou essa absorção, citando como exemplo o que ocorreu no setor de encarretelamento onde,

[...uma] moça trabalhava com seis fusos, ou com três fusos, e quando chegou esse povo, em 1915, ele [Delmiro] botou cada um para trabalhar com um só fuso. Disse que era melhor dar trabalho às outras todas, cada uma com um fuso, do que umas ganhando dinheiro e outras morrendo de fome.²⁸⁹

A lógica utilizada por Delmiro, em 1915, durante a seca na contratação de retirantes para sua fábrica revela que ele se baseava numa economia moral vista de cima. Embora, até o final de 1914 a Fábrica da Pedra mandava publicar na imprensa pernambucana a contratação de famílias operárias.²⁹⁰ Isso demonstrava, entre outras coisas, a necessidade de mão de obra por parte da fábrica.

Em 1915 formou-se ao entorno da fábrica um enorme exército de reserva de mão de obra, composto de centenas de homens, mulheres e crianças sertanejos refugiados da seca. Assim como no final do século XIX, a seca retirou de milhares de pessoas todos os seus meios de produção, restando-lhes apenas a força de trabalho, que como vimos no primeiro capítulo foi utilizada na construção da ferrovia Paulo Afonso.

²⁸⁷ BANDEIRA apud SARNO, 2006, p. 91.

²⁸⁸ GOÉS apud CORREIA, 1998, p. 229.

²⁸⁹ BANDEIRA apud SARNO, 2006, p. 92.

²⁹⁰ A Província, 04, 05, 06, 07 e 08 de outubro de 1914, p. 2.

3.3 O emprego de mulheres e crianças nas seções de produção da Fábrica da Pedra

Ainda no século XIX, com o desenvolvimento da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, houve um admirável desenvolvimento tecnológico na produção de mercadorias, a maquinaria atenuava a importância da força muscular na realização do trabalho. Uma das consequências dessa mecanização no sistema produtivo, foi a utilização de maneira intensiva do trabalho feminino e infantil. Conforme analisou Marx:

A máquina, tornando inútil o trabalho muscular, permite empregar operários de pouca força física, porém, cujos membros são tanto mais flexíveis quanto menos desenvolvimento têm. **Quando o capital se apoderou da máquina, o seu grito foi: trabalho de mulheres, trabalho de crianças!** A máquina, meio poderoso de suavizar os trabalhos do homem, converteu-se em seguida em meio de aumentar o número de assalariados. Obrigou, sob a vara do capital, a todos os membros da família, sem distinção de idade nem de sexo.²⁹¹

Pela incorporação de uma massa considerável de mulheres e crianças ao processo produtivo, a máquina conseguiu finalmente romper a resistência que o trabalhador do sexo masculino e adulto fazia ao despotismo do capital, por exemplo na fase da manufatura. Com a exploração da mão de obra de mulheres e crianças o capital ampliou assombrosamente seu domínio sobre o trabalho.

Marx elaborou seu instrumento de análise no século XIX, observando o mundo do trabalho na Inglaterra de então, país pioneiro na utilização da maquinaria, contudo, seu arcabouço teórico se mostrou consistente para se compreender a lógica de exploração do capital industrial onde quer que esse se desenvolvesse.

O historiador Luiz Sávio de Almeida, num curto texto onde realiza uma sintética análise sobre a mulher na indústria têxtil em Alagoas para o início do século XX, fundamentado nos dados censitários de 1920, dirá que: *“na medida em que surgem nas Alagoas os primeiros nucleamentos operários, automaticamente se tenha uma organização em que se realiza a exploração da mão de obra feminina e do menor”*.²⁹² Essa observação

²⁹¹ MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Gabriel Deville. Bauru: EDIPRO, 2008, p. 134. Grifos nossos.

²⁹² ALMEIDA, Luiz Sávio de. “Breve reflexão sobre a mulher na indústria têxtil: Alagoas - 1920.” Almeida, Luiz Sávio de. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. 2ª. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 87.

geral feita para o conjunto das indústrias têxteis alagoanas, também é comprovada empiricamente para a Fábrica de Linhas da Pedra.

Em julho de 1915, uma comitiva formada por jornalistas, engenheiros e políticos, inclusive o governador de Alagoas, João Batista Acioly e o ministro da Agricultura, José Rufino Bezerra Cavalcanti, visitou a vila da Pedra afim de conhecer a majestosa cachoeira de Paulo Afonso e a fábrica de linhas.

Na ocasião, quando os excursionistas visitaram as instalações da fábrica observam que nesta *“se acham empregados cerca de 500 operários, homens, mulheres e meninos”*.²⁹³ Um ano e pouco depois, outra comitiva composta por jornalistas, fotógrafos e autoridades políticas, a exemplo o governador de Pernambuco, Manuel Borda, realizou nova excursão pelo interior do seu estado. Na ocasião, os visitantes foram informado de que na fábrica de linhas, *“trabalham 1500 operários - 400 crianças de ambos os sexos, 400 homens e 700 mulheres”*.²⁹⁴

A citação acima revela a predominância da força de trabalho feminina e infantil na produção da Fábrica de Linhas Pedra, o percentual de mão de obra feminina e infantil é superior a 70% , ou seja, dos 1500 operários 1100 eram mulheres e crianças. Segundo Ulisses Bandeira empregava-se, *“menino pequeno, assim de seis anos, oito, tudo ia etiquetar carretel. E o mais, um varria, outro fazia outra coisa, ele [Delmiro] empregava tudo, dava ganho a todo mundo”*.²⁹⁵

Como na maioria das grandes indústrias, a produção na Fábrica de Linhas da Pedra era departamentada, algumas seções eram ocupadas quase que exclusivamente por mulheres e crianças, como desmontram as fotos abaixo:²⁹⁶

²⁹³ Jornal de Alagoas, 04 de agosto de 1915, p. 1.

²⁹⁴ Diário de Pernambuco, 28 de agosto de 1916, p. 2.

²⁹⁵ BANDEIRA apud SARNO, 2006, p. 92.

²⁹⁶ Não obtivemos detalhes relativos ao ano ou período em que as fotos foram realizadas, porém com base em aspectos como enquadramento e disposição dos sujeitos; pela luminosidade e por alguns aspectos de ordem técnica, avaliamos não ser descabido que as imagens façam parte do primeiro quarto do século XX.

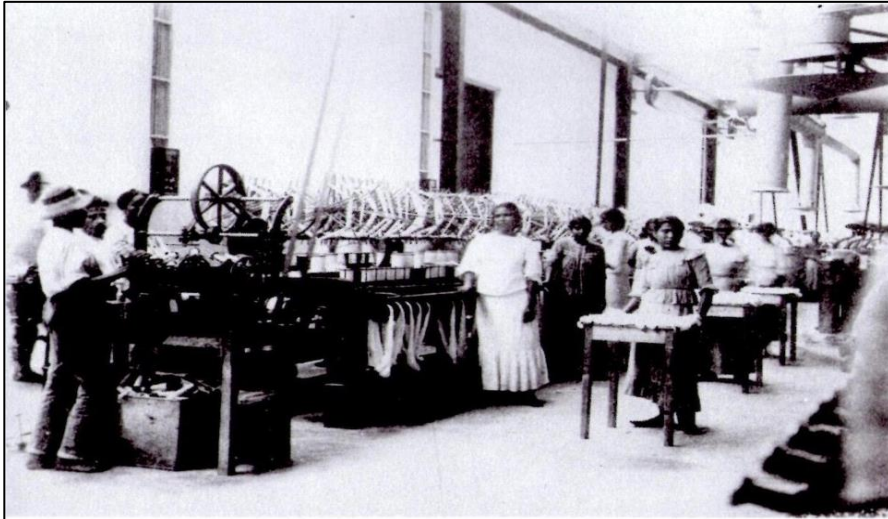


Figura 2 - Seção de torcedores (Fonte: Sant'Ana, 1996, p. 121)

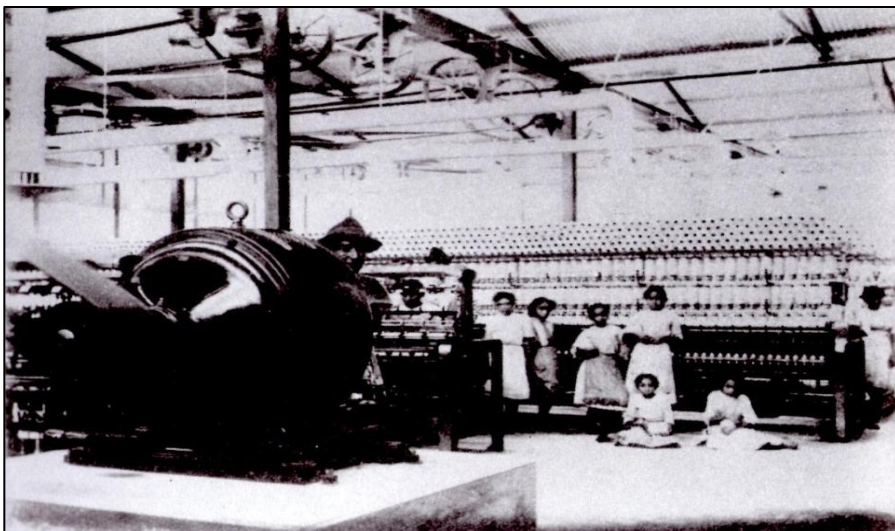


Figura 3 - Seção de fusos (Fonte: Sant'Ana, 1996, p.122)

O jornal *Tribuna do Povo*, editado no Recife por Antônio Bernado Canellas, um dos principais articuladores do movimento operário brasileiro nas primeiras décadas do século XX, publicou em agosto de 1918, a seguinte matéria: Os horrores da Pedra – Uma carta. Conforme a matéria, na fábrica da Pedra,

[...] As mulheres, nos seus períodos naturais, não são respeitadas e vão para o trabalho sob o chicote dos vigias. Crianças de 8 anos, entre as quais muitas meninas fracas e anêmicas, são obrigadas a trabalhar das 6 da manhã às dez da noite. Nos fins de semana lhes é pago o salário de 1\$800 a 3\$000, pois as multas, rebaixamentos e descontos consomem a diária com que são enganadas. [...] na Pedra, estão submetidos a mais horrorosa escravidão.²⁹⁷

O aproveitamento da força de trabalho de mulheres e crianças permitia aos capitalistas nivelar por baixo os salários pagos ao conjunto do operariado. Desse modo, reduziam-se os custos de produção, o que lhe conferia uma maximização dos lucros. Além disso, havia também a questão da disciplina, bem mais fácil de ser imposta a mulheres e crianças. Conforme o historiador Eric Hobsbawm, “nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças”.²⁹⁸

3.4 A jornada de trabalho na Fabrica da Pedra

O emprego da eletricidade possibilitou que na Pedra em alguns momentos os operários trabalhassem alternadamente durante os três turnos, distribuídos em quatro turmas. Num passado recente esses operários, maioria procedente da zona rural, tinham suas jornadas de trabalho determinadas pelo ritmo da natureza, ou seja, trabalhavam de sol a sol, e na fábrica passaram a trabalhar também a noite! Pois, como indica Tadeu Rocha, “a fábrica trabalhava de segunda-feira ao sábado, em três turnos de 8 horas”.²⁹⁹

Os dados demonstram que esse manejo rotativo da força de trabalho ocorreu em momentos excepcionais. Arno Pearse, Secretário Geral da *The International Federal of Master Cotton Spinner's and Manufacturer Association*, de Manchester, na Inglaterra, esteve no Brasil entre março e setembro de 1921. Após visitar a vila da Pedra, onde conhece as instalações da fábrica de linhas, em seu relatório publicado em forma de livro, expõe que:

²⁹⁷ Tribuna do Povo, Os horrores da Pedra: Uma carta, Recife, 10 de agosto de 1918, p. 2.

²⁹⁸ HOBSBAWM, Eric J. **A Era da Revoluções, 1789-1848**. 25ª. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 92.

²⁹⁹ ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963.

Em condições normais a fábrica de linha para costura trabalha dois turnos e, quando o comércio estava bom, até três turnos. Atualmente [1921], 600 operários estão trabalhando dez horas por dia ao preço normal de salários de 1\$800 por dez horas.³⁰⁰

O jornalista Mário Melo também visitou o núcleo da Pedra, em agosto de 1916, e registrou que: “A fábrica funciona dia e noite, exceto nos domingos. Os operários estão divididos em três turmas e não trabalham mais que 8 horas por dia”.³⁰¹ O jornalista afirmou que nesta época trabalhavam na fábrica cerca de 1500 operários, sendo que a produção diária era estimada em 100.000 carretéis de linhas. Essa produção, que era aproximadamente 6 vezes superior a do primeiro ano de funcionamento,³⁰² era realizada com apenas o dobro de operários, isso significa dizer que aumentou a exploração da mais valia de cada operário.

O quadro abaixo demonstra de que modo se dava a distribuição das turmas de operários:

QUADRO DE HORARIO	
HORARIOS	
ESCRITORIO: TURMA UNICA	
Das 7 as 11 horas.	Das 13 as 17 horas.
FABRICA:	
TURMA UNICA	
Das 6 as 10 horas.	Das 11 as 15 horas.
TURMA REVEZANTE	
Primeira Turma:	
Das 6 as 10 horas	Das 14 as 18 horas.
Segunda Turma:	
Das 10 as 14 horas.	Das 18 as 22 horas.
Terceira Turma:	
Das 22 a 1 hora.	Das 2 as 6 horas.
Uma hora de intervalo para café.	
Descanso Semanal: DOMINGO	

Figura 4 - Quadro de horários (Fonte: Acervo do Museu Regional Delmiro Gouveia)

³⁰⁰ PEARSE, Arno. **Brazilian Cotton**. Manchester: Taylor Garnett Evans & Co, 1921, p. 37. (tradução).

³⁰¹ MELO apud MELLO, 1998, p. 96.

³⁰² MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 150.

O quadro acima se refere a um dos momentos de excepcionalidade, em que houve aumento pela procura por linhas de coser no País. Não conseguimos rastrear com precisão o período em que a escala do documento acima foi fixada, embora, é plausível que a mesma tenha sido utilizada na época em que Delmiro Gouveia administrava o seu negócio. Adolpho Santos afirma que a fábrica da Pedra foi pioneira na implantação da jornada de trabalho de 8 horas diárias no Brasil, segundo ele,

O corpo de operários chegou a atingir, na quadra do movimento máximo, a dois mil indivíduos de ambos os sexos que trabalhavam dia e noite, da segunda ao sábado. Mas as necessidades de descanso eram respeitadas, porque Delmiro sabia que o homem extenuado por um trabalho constante precisa descansar, sob pena de não ser útil a produção, visto como um organismo humano para manter-se em equilíbrio tem de refazer-se após as cansaças. Antes mesmo que existissem as leis trabalhistas atuais [1947] do País, já o trabalho na Pedra se fazia na base de oito horas de jornada e, para cumprir essa orientação, foram organizadas três turmas a dois turnos de quatro horas de serviço cada uma, possibilitando o movimento ininterrupto.³⁰³

Para Santos, a implantação da jornada de trabalho de oito horas diárias, assim como o descanso semanal se deu simplesmente pela boa vontade de Delmiro Gouveia com relação ao seu operariado. Sobre essa questão temos outro ponto de vista, até porque para que uma fábrica funcione nos moldes dos apresentados por Santos é preciso mais do que vontade de fazer funcionar, ou seja, era necessário dispor de condições adequadas, tais como; eletricidade, maquinário, manutenção satisfatória, e etc. Além disso, a fábrica deveria contar com uma força de trabalho absolutamente refém do seu assalariamento.

O *Depoimento para um estudo biográfico*, de Adolpho Santos foi escrito numa conjuntura política de consolidação dos direitos trabalhistas no País. É muito provável que o momento tenha influenciado a sua memória com relação ao trato de Delmiro com seus operários. Na nossa análise verificamos motivações distintas das exposta por Adolpho Santos que justificam a rotação de mão de obra operária.

O rodízio dos operários em turnos e turmas diferentes permitia a fábrica da Pedra funcionar durante as 24 horas do dia, de modo que, o tempo de inatividade das máquinas reduzísse ao mínimo possível. Assim recuperava-se de maneira mais ágil o investimento realizado no capital constante, composto principalmente pelos edifícios e pelas máquinas.

³⁰³ SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco (1994): 43. (p. 36).

Essas últimas se depreciam de duas maneiras, tanto pelo uso quanto pela falta dele, conforme Marx:

A depreciação material das máquinas apresenta-se sob um duplo aspecto. Por uma parte depreciam-se pelo seu emprego e por outra pela sua inação, como uma espada se enferruja na bainha. Só pelo uso se gastam utilmente, mas também se gastam em vão pela falta de uso, e por isso se procura reduzir o tempo de inação; sendo possível, se faz trabalhar de dia e de noite.³⁰⁴

O trabalho industrial se efetua com outra noção de tempo. O tempo da natureza que determinava o ritmo das tarefas, rotineiramente utilizado em atividades rurais, foi substituído pelo tempo da civilização do capital. Segundo Edward Thompson com o advento da Revolução industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, o relógio se torna objeto importantíssimo. O historiador inglês afirma que na Inglaterra

ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho. [...] O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar seu avanço.³⁰⁵

Na Pedra, após a instalação da fábrica o tempo passou a ser orientado pelo tocar de uma estridente sirene. Assis Chateaubriand observa que, a quatro léguas de distância, ouvia-se “*a sereia que apita no alto da fábrica*”.³⁰⁶ A entrada e a saída da fábrica, a troca de turmas, as pausas para as refeições, assim como, o horário de recolhimento noturno dos moradores do núcleo, tudo era pautado pelo soar da sirene. O controle do tempo na vila da Pedra após a instalação da fábrica era tão importante que, segundo o Coronel José Abílio, entrevistado por Geraldo Sarno, em 1967, os vigias andavam todos armados e “*com relógio no pescoço*”.³⁰⁷

3.5 As “linhas” de coser e de conduta da Pedra

³⁰⁴ MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Gabriel Deville. Bauru: EDIPRO, 2008, p. 135.

³⁰⁵ THOMPSON, Edward P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.” **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 279.

³⁰⁶ CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1917, p. 4.

³⁰⁷ ABÍLIO apud SARNO, 2006, p. 49.

Na fábrica da Pedra a produção de linhas era realizada de maneira departamentada, composta por vários setores, tais como; o de fiação, de torcedores, de fusos, de dínamos, entre outros. Exigia-se dos operários o máximo na confecção das mercadorias, seguindo as normas que se produzisse com o máximo de eficácia eficiência.

Segundo o jornalista Hildebrando Menezes, autor de uma das biografias de Delmiro Gouveia, “os operários que se mostrassem indolentes, vagarosos ou indisciplinados eram prontamente afastados”,³⁰⁸ pois na Pedra todos deveriam produzir o máximo e atender as exigências do patrão. Quando entrou em funcionamento, na segunda metade de 1914, a fábrica lançou no mercado regional uma primeira versão do seu produto, a linha em carritel, ainda sem etiqueta e mal fabricada. A linha vendida não causou boa impressão, somente alguns meses depois é que se alcança uma mercadoria satisfatória. Conforme Menezes, nesse período “*Delmiro demitiu vários técnicos, considerados incapazes*”.³⁰⁹

Mandou escrever nas paredes da fábrica para que todos soubessem o seguinte aviso:

Quem manufatura nunca está fazendo bem feito demais. Por mais minuciosa e bem cuidada, nunca a fabricação é suficiente e completa. Nunca se conseguirá ser tão asseiado quanto se deveria ser. Jamais se poderá dizer que o produto é irrepreensível ou livre de defeitos. Enfim, todos os dias deve-se se cuidar do melhoramento do produto. Não seguindo esses conselhos tudo baqueará.³¹⁰

O fragmento acima foi retirado de uma reportagem do *Jornal de Alagoas*, o mesmo que dois anos depois publicaria alguns anúncios sobre a Fábrica de Linhas da Pedra, onde destacam-se os fatores que contribuíram para a qualidade e o preço dos produtos:

O público consumidor satisfaz-se em adquirir um **artigo perfeito**, por um **preço barato**.
Essa perfeição é o resultado de muitos anos [de] **contínuo esforço** da nossa parte e de **excelência comprovada** da matéria prima empregada na fabricação de LINHAS DA PEDRA, que é o melhor algodão Seridó.
Essa modicidade de preço advém do fato de dispormos de **instalações elétricas próprias** na Cachoeira de Paulo Afonso e **razoável mão de obra**.
Outro fator importante, é que **o operariado que faz nossas linhas** todo ele **sabe ler e escrever!** Cada operário tem consciência do que está fazendo!
Na vila da Pedra, **o Trabalho e a Instrução** andam sempre de **mãos dadas**, e que, com o Asseio e o Conforto dispensados aos operários concorre (sic) para o **acabamento perfeito das nossas linhas**.

³⁰⁸ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 74.

³⁰⁹ IDEM, p. 79.

³¹⁰ *Jornal de Alagoas*, 29 de abril de 1923, p. 3.

Não é milagre: é a consequência natural de vários fatores inteligentemente combinados. Tanto isso é verdade que a CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL garante a perfeição dos seus produtos.³¹¹

Observasse que há um enorme contrassenso entre o que estava escrito nas paredes da fábrica para os operários e técnicos e o que era propagandeado nos anúncios estampados na imprensa. Na fábrica os operários trabalhavam sob rigorosa fiscalização. Aplicavam-se multas pelas menores faltas, faziam-se severas repreensões e, além delas, punições outras mais rigorosas. Eram esses os verdadeiros fatores que garantiam com que todos trabalhassem em regime de atenção especial e procurassem realizar as tarefas sob seu cargo com a possível perfeição e rapidez.

Ulisses Bandeira, também entrevistado pelo cineasta Geraldo Sarno em 1967, quando perguntado sobre a existência de fiscais auxiliando Delmiro, responde: *“Tinha muitos! Tinha uns fiscais aí pirrões, né. Tinha um João Dita, esse era um perigoso. Nem o operário não podia nem falar um com outro, na própria seção, na hora do serviço, nem ir na outra seção num é”*.³¹² Conforme Hildebrando Menezes, *“Delmiro [...] determinava ao seus fiscais que velassem pela fiel observância das normas estabelecidas. Eles eram vigias da vila e exerciam, de acordo com permissão do Governo do Estado, funções policiais”*.³¹³

Delmiro, auxiliado por capangas e vigias, regulamentava o trabalho e a vida privada dos operários com suas próprias “leis”, de modo que, nem a polícia nem a justiça interferiam nas suas decisões.³¹⁴ Na edição de número vinte e quatro (24) do jornal operário *A Semana Social*, editado em Alagoas por Antonio Canellas entre março e novembro de 1917, o periódico expõem com mordacidade que é contrário ao governo estadual enviar emissários para Pedra a fim de capturar os assassinos do cel. Delmiro Gouveia, pois

Nós achamos que o governo estadual não tem o direito de punir quem matou o cel. Delmiro visto ter francamente consentido que o mesmo cel. transformasse as suas propriedades industriais num feudo – verdadeiro Estado dentro deste Estado – e nunca ter procurado defender as vítimas do regime feudal reinante nessas propriedades industriais. [...] o governo estadual temia o cel. Delmiro. E por temer-o nunca usou para com ele das disposições do Código Penal. Quem fosse vítima dos castigos do senhor feudal da Pedra, não tinha outro remédio se não conformar-se. Mas nem

³¹¹ Jornal de Alagoas, 03; 04; 05; 06 e 07 de junho de 1925, p. 1. (grifos originais).

³¹² BANDEIRA apud SARNO, 2006, p. 98.

³¹³ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 84.

³¹⁴ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998, p. 254.

todos se conformam. Foi provavelmente o que se sucedeu com os que o mataram.

Portanto, o governo que não fazia justiça às vítimas do cel. Delmiro não tem absolutamente o direito de punir que fez justiça por suas próprias mãos.³¹⁵

Na vila da Pedra, Delmiro exercia autoridade descomunal não apenas sobre os operários, mas sobre todos os moradores do núcleo. O supremo domínio do patrão tornava desnecessário a existência de uma cadeia na localidade. Esse aspecto impressionou o jornalista Assis Chateaubriand, que relata:

Em Pedra não existe uma prisão, uma sala, um quarto do qual possa se dizer: aqui é a cadeia local. Ali não há crimes. O cadastro da polícia não registra um só, para semente. Quando o operário comete uma falta grave, passível de punição severa, e é um recidivo, incorrigível, é expulso da comunidade operária.³¹⁶

Falar que em Pedra não havia uma prisão é uma grande ironia, o próprio núcleo era uma espécie de presídio, onde somente permaneciam aqueles que se submetiam ao regime de trabalho e a rígida disciplina imposta dentro e fora da fábrica. “*Os regulamentos e as punições em Pedra eram estendidos a todos, fossem ou não moradores do núcleo ou empregados da fábrica*”.³¹⁷ Os vigias estavam autorizados a multar qualquer um que fosse apanhado cometendo atos de “incivilidade”, como por exemplo, cuspir ou jogar papel no chão. Um outro exemplo: o homem que fosse encontrado no interior de sua residência com chapéu na cabeça ou sem camisa também era multado.³¹⁸

No núcleo fabril da Pedra eram proibidos também a prostituição, o jogo de azar, a caça de animais. O consumo de bebidas alcólicas era regrado. O operário ou operária que por ventura fosse trabalhar sujo era multado. Se alguma criança filha do operariado faltasse a aula, era aberta uma sindicância para averiguar os motivos da falta, caso constatasse que o motivo não era sério, o pai ou a mãe eram multados.³¹⁹ Segundo Telma de Barros Correia,

³¹⁵ A Semana Social: coletânea / Osvaldo Maciel (Org.). Fac-símile. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 108.

³¹⁶ CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1917, p. 3.

³¹⁷ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 260.

³¹⁸ MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 98.

³¹⁹ CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1917, pp. 3 e 4.

Delmiro assumia funções que, tradicionalmente, competiam aos chefes de família. Transferia para si parte da responsabilidade que era atributo do pai – as vezes compartilhada com filhos mais velhos – de zelar pela reputação das mulheres, de decidir a ocupação dos filhos, de arbitrar os conflitos domésticos e de estabelecer alianças matrimoniais.³²⁰

Conforme a autora, esse tipo de intervenção praticada por Delmiro no núcleo da Pedra era exercitada por outros construtores de núcleos fabris. Isso representava uma redefinição e redução da autoridade marital e paternal no interior da hierarquia familiar dos operários: “*no caso de núcleos fabris como Pedra, as possibilidades de resistência dos chefes de família a essa autoridade paterna eram reduzidas diante da conjunção de amplos mecanismos de controle e subordinação do trabalhador*”.³²¹

O fundador do núcleo da Pedra era ao mesmo tempo: empregador, dono das casas, do cinema, fornecedor de água, energia e possivelmente da lenha,³²² uma vez que os operários viviam cercados por arame farpado. As lojas, o correio e a feira existiam por sua iniciativa, permissão e até mesmo patrocínio. As professoras, o médico, o dentista, os músicos da banda tinham um lugar na vida social de Pedra graças a sua iniciativa.³²³ Essa interdependência somada a sua riqueza explica a autoridade descomunal de Delmiro sobre todos e tudo no núcleo fabril Pedra e suas adjacências.

3.6 Vila operária e núcleo fabril: dois conceitos.

É comum na bibliografia que tematiza a fábrica da Pedra e a vida de Delmiro Gouveia, certa confusão entre os conceitos de vila operária e núcleo fabril. Embora ambos consistam de aglomerações isoladas, construídas para abrigar operários em torno de uma indústria ou de um conjunto de indústrias, existe peculiaridades que distinguem dois equipamentos. As vilas operárias eram empreendimentos situados nas cidades, geralmente

³²⁰ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 258.

³²¹ IDEM

³²² A lenha era um item de suma importância para manutenção das unidades domésticas. Sobre essa questão ver LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília/São Paulo: Marco Zero/EDUNB, 1988, pp. 124 e 125.

³²³ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 261.

edificadas nos seus subúrbios ou áreas rurais próximas. Em regra geral as construções se limitavam apenas a moradias, onde os moradores eram selecionados pelo dono da fábrica.

Já os núcleos fabris eram empreendimentos mais isolados que vilas operárias, e se encontravam longe das cidades. Esse afastamento levava necessariamente à existência de outras atividades complementares à produção fabril – oficinas, abastecimento de água e energia e mais outros serviços julgados necessários pelo patrão: casas, escolas, armazéns, farmácias, consultórios médicos, espaços para os “lazer honestos” e etc. A distância dos núcleos em relação as cidades, somadas às “benfeitorias” ali implantadas, davam aos patrões autonomia quase absoluta no gerenciamento da fábrica e da vida dos operários:

Neles a fábrica encontrava condições excepcionais para exercer o governo local, reduzindo no núcleo interferências do Estado. Tal posição permitiu afastar ou limitar a presença, no local, de partidos, de outras empresas e de atividades consideradas nocivas.³²⁴

Para implantação de uma vila operária, ou de um núcleo fabril, era imprescindível que a localidade oferecesse algumas condições específicas, tais como, proximidade de fontes energéticas, fácil acesso a chegada de matérias-primas, abastecimento de água, e viabilidade para o escoamento da produção. Além disso, a existência de uma força de trabalho local ou migrada de outras áreas e regiões.

Delmiro Gouveia enxergou que a pacata, mas estratégica vila da Pedra, comportaria um núcleo fabril:

A localização de Pedra conciliava demandas referentes a controle social com uma posição estratégica em relação a meios de transporte e a fontes de matéria-prima e de energia. Sua localização era estratégica em termos econômicos. Situada a 24 Km da Cachoeira de Paulo Afonso, Pedra encontrava facilidades para o uso de energia elétrica e água, captadas no São Francisco, bem como a possibilidade de utilizar o transporte fluvial no escoamento da produção. Sua localização permitia, ainda, a utilização da Ferrovia de Paulo Afonso.³²⁵

Mesmo localizada no semiárido, Sertão alagoano, havia na vila da Pedra todas as condições para implantação de um núcleo fabril. Em 1915, conforme Tigre Bastos: *“Graças a iniciativa do coronel Delmiro Gouveia, a localidade [Pedra] vai tomando grande*

³²⁴ IDEM, p. 75.

³²⁵ IDEM, p. 224.

*incremento, constituindo-se ali um núcleo florescente em que toda gente pensa em trabalhar e produzir”.*³²⁶

Esse processo exigiu mais do que ensinar a utilizar as máquinas, pois esses trabalhadores passaram por uma transformação radical e violenta, tanto na forma de trabalhar como de viver. Nesse sentido a educação escolar foi muito importante, pois através dela introjetava-se novos valores coerentes com a ideologia liberal burguesa. Mas a forma de educação mais importante foi a reprodução violenta do cotidiano disciplinado.

3.7 A função da educação escolar nas vilas e núcleos operários

No dia 1º de maio de 1914, um mês antes da inauguração da Fábrica de Linhas da Pedra, o *Jornal de Alagoas* publicou nas suas colunas um artigo assinado por Luiz de França Albuquerque com o título “A educação e o trabalho”. Confessadamente apoiado no Positivismo de August Comte, o autor defende o acesso do proletariado à instrução para que esses possam conhecer os modernos inventos da indústria decorrentes do desenvolvimento da Ciência Positiva.³²⁷ A reportagem do jornal alagoano expressava o pensamento de uma corrente sociológica que, segundo Telma de Barros Correia, visava:

A extensão do ensino aos proletários foi preconizada pelos positivistas que, no entanto, recomendavam para eles uma instrução diferente daquela ministrada às elites, a qual, segundo Comte, se estendida aos pobres, poderia ter uma influência extremamente perturbadora, desenvolvendo neles o desgosto pelas ocupações materiais e ambições exorbitantes. Para os proletários, postulavam o ensino normal, entendido como elemento de apoio ao Estado na manutenção da ordem. Tal instrução deveria enfatizar a obediência em contraposição ao raciocínio.³²⁸

A educação escolar em Pedra foi implantada, no ano de 1915. O jornalista Bastos Tigre, então, refere-se a existência de duas escolas, ambas mantidas pela fábrica.³²⁹ No ano seguinte, Mário Melo diz haver na vila quatro escolas, funcionando durante os horários

³²⁶ TIGRE apud MELLO, 1998, p. 95.

³²⁷ Jornal de Alagoas, 01 de maio de 1914, p. 2.

³²⁸ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p.144.

³²⁹ TIGRE apud MELLO, 1988, p. 95.

diurnos e noturnos, sendo o material fornecido gratuitamente pela fábrica.³³⁰ Assis Chateaubriand, em 1917, descreve o funcionamento da educação escolar em Pedra:

As crianças de cinco e seis anos para cima, todas frequentam as escolas, que são oito, [...] (se) o menino não sabe a lição. O professor castiga-o dando-lhes frases como essas para que ele as copie trinta, quarenta vezes em casa: ‘Não devei desobeder vosso pai’; ‘não se cospe no chão’; ‘não se conversa na igreja’; ‘ não se desrespeitam as pessoas idosas’; ‘sêde bons para os animais’; ‘a imundíce é um vício’; ‘não se deve andar armado’ etc. etc. Os pais vêem as crianças escrevendo essas coisas e começam a pensar nelas, naturalmente se adaptando aos aspectos novos da sociedade, que lhe vão sendo impostos pela disciplina ou sugeridos pela educação.³³¹

A fábrica utilizava-se de meios coercitivos para garantir, o ingresso de todas as crianças nas escolas. Na nota da diretoria, publicada em março de 1925 no *Correio da Pedra*, reafirmava-se uma antiga ordem. Veja-se em detalhes o teor do aviso:

Fazemos ciente aos nossos operários que, conforme antiga ordem, continuam todos os pais de família no dever de matricular seus filhos nas diversas Escolas desta vila, obrigando-as à necessária frequência sob pena de serem dispensados dos nossos serviços, e, conseqüentemente, lhes serem tomadas as casas. Na certeza de que está redundará em benefícios gerais, declaramos irrevogável esta resolução, esperando a sua observância por parte de todos os interessados.³³²

Várias outras notas sobre a obrigatoriedade do ensino escolar já haviam sido publicadas no jornal *Correio da Pedra* a mando da diretoria da fábrica:

Amanhã, segunda-feira, 5 de janeiro do corrente, conforme determinação do sr. Adolpho Santos, Fiscal do Ensino, serão abertas as seis escolas desta Vila. A gerência da Fábrica de linhas, tendo em muita conta o desenvolvimento da instrução, renova como nos anos anteriores, suas recomendações sobre a obrigatoriedade da matrícula de todas as crianças, fazendo ver aos senhores pais de família que tomará enérgicas providências a respeito daqueles que não levarem os seus filhos às aulas.³³³

³³⁰ MELO apud MELLO, 1988, p. 95.

³³¹ CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1917, p. 3.

³³² Correio da Pedra, 08 de março de 1925, p. 2.

³³³ Correio da Pedra, 04 de janeiro de 1925, p. 2.

As notas sobre a educação escolar não se restringiram apenas a chamadas de matrículas. Publicavam-se também os resultados do exames, escola por escola.³³⁴ Quando em 1925, uma nova diretoria assume a Fábrica da Pedra, o ensino escolar foi indicado nas primeiras propagandas como um dos elementos necessários para a confecção de suas mercadorias superiores as dos seus concorrentes. “ Na Vila da Pedra, o **Trabalho** e a **Instrução**, andam sempre de **mãos dadas**, e que, com o Asseio e o Conforto dispensados aos operários concorre para **o acabamento perfeito das nossas linhas**”.³³⁵ (grifos originais)

Montar escolas voltadas para as famílias operárias não fora exclusividade dos proprietários da fábrica da Pedra. Era prática comum entre os empresários da época. Em Fernão Velho, por exemplo, um dos mais antigos núcleos fabris do Brasil, localizado próximo à capital alagoana, havia uma imponente escola funcionando já na década de 1910.³³⁶

Para Telma de Barros Correia, a obrigatoriedade da educação primária imposta por Delmiro às crianças de Pedra, seguida a risca pelos seus continuadores, estava em concordância com uma concepção da necessidade e dever dos dirigentes em constringer os pobres sertanejos, pois não acreditavam que esses levassem seus filhos a escola por conta própria.³³⁷

Sobre essa questão do ensino escolar nos empreendimentos industriais, o jornalista Hildebrando Menezes transcreve trechos de um palestra realizada na cidade de Jatobá-PE, em agosto de 1923, por um capitalista pernambucano recém chegado dos Estados Unidos conhecido como dr. Brandão Cavalcante. Preste a montar um núcleo fabril no Estado de Pernambuco, revela as estratégias que irá utilizar para tornar seus operários mais produtivos,

Aos nossos operários forneceremos escolas, sendo a instrução obrigatória para eles e filhos. Quem não souber e não quizer aprender, não pode ser operário nosso. Em nossas escolas, haverá o ensino religioso; naturalmente não obrigaremos ninguém a fazer práticas religiosas, mas, dentro de nossas possibilidades, levaremos os nossos operários a obedecer a certos ditames da moral. **É preciso dizer que não fazemos isto por sentimentos de filantropia, nem desejos de reformar o mundo, (...) faremos por vermos nessa nossa resolução um alto fim industrial. O operário que estuda, que aprende, que assiste em cinemas à passagem de filmes uteis, cria aspirações que deseja realizar e para isto, precisando gastar, tem**

³³⁴ Correio da Pedra, 02 de dezembro de 1923, p. 2.

³³⁵ Jornal de Alagoas, 03; 04; 05; 06 e 07 de junho de 1925, p. 1.

³³⁶ LESSA, Golbery Luiz. “Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos.” Ténorio, Douglas Apratto e Golbery Luiz Lessa. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013. 97-184, p. 142.

³³⁷ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 249.

necessidade de ganhar mais. É certo, portanto, que se esforçará por produzir tanto quanto lhe for possível.³³⁸

O depoimento acima, certamente feito para pares capitalista revela os verdadeiros interesses que levaram vários industriais a montarem e incentivarem o ensino escolar para o proletariado. Até porquê, segundo Marx, “*a burguesia, que, ao criar para seus filhos as escolas especiais tão somente às tendências íntimas da produção moderna, concedeu unicamente aos proletários uma sombra de ensino profissional*”.³³⁹ Edvaldo Nascimento, pesquisador da vida e da obra de Delmiro Gouveia, afirma que o capitalista cearense,

[...] objetivava, com suas ações educacionais, evidentemente, preparar mão de obra [de origem] rural [e] sertaneja para indústria, o que resultou em Pedra ser transformada em referência de ‘ordem e progresso’ que se traduziria em ‘civilização’, ainda que para isso grande violência moral e física tivesse que ser empregada, mediante o uso de uma pedagogia behaviorista.³⁴⁰

A escola desempenhava um papel importante na formação da futura mão de obra: “*nela, recebiam os conhecimentos e as instruções básicas para se converterem nos futuros operários eficientes, sóbrios, obedientes e disciplinados desejados pela fábrica*”.³⁴¹ Os objetivos da educação oferecida no núcleo fabril de Pedra atendiam prioritariamente aos interesses bem particulares de seus proprietários.

Mas além da implantação do processo de educação formal, Delmiro Gouveia também se utilizou de outros mecanismos para formar o “operário ideal” para sua indústria. Dentre esses destacam-se os chamados prazeres honestos.

3.8 Serviços essenciais e prazeres honestos

³³⁸ MENEZES, Hildebrando. Conversando com o dr. Brandão Cavalcante. Correio da Pedra, 19 de agosto de 1923, p. 1.

³³⁹ MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Gabriel Deville. Bauru: EDIPRO, 2008, p. 145. [Edição condesada].

³⁴⁰ NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. Maceió: Viva Editora, 2013, pp. 214 e 215.

³⁴¹ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998, p. 247.

O tempo livre nos núcleos fabris era preocupação dos seus proprietários. Era preciso que, mesmo fora da fábrica, o trabalhador continuasse sendo moldado segundo os interesses do patrão. É a partir dessa ideologia que são criadas as escolas, os cinemas, as bandas de músicas e os clubes esportivos. O núcleo da Pedra dispunha de todos esses mecanismos.

O incentivo a práticas de esportes modernos como o rúgbi, o ciclismo e o futebol tem uma estreita ligação com o progresso do capitalismo na sua fase industrial. O futebol, por exemplo, tem suas origens na Inglaterra, país pioneiro na Revolução Industrial. As regras oficiais para a prática do esporte mais popular no mundo são datadas de 1863, período em que:

Essa nova noção de tempo tende a normatizar também o tempo livre do trabalhador, comprometendo-o com atividades de lazer, que ao contrário do ócio – é produtivo, contribuindo para moldar e capacitar fisicamente para o trabalho.³⁴²

O futebol era visto pelos industriais como uma boa alternativa para se estabelecer normas. Pois para sua prática o jogador precisa assimilar as dimensões do campo, o tamanho da bola, a duração de uma partida, a quantidade de jogadores, a obediência a um árbitro, entre outras, além de desenvolver o espírito de competição e a noção de produtividade.

Não temos como afirmar com precisão quando foi introduzido o futebol em Pedra, mas inegavelmente ele tinha um papel de destaque no núcleo, basta analisar como em quase todas as edições do jornal Correio da Pedra havia alguma informação sobre futebol; convocação e escalação para treino do Sport Clube Pedra, comentários de partidas etc.³⁴³

Havia também uma banda de música formada por operários e mantida pelo proprietário da fábrica. O operário que tocasse na banda era dispensado duas horas do trabalho para os ensaios que era regido por um mestre especial.³⁴⁴ A banda era a responsável pela animação das festas e dos bailes promovidos pela fábrica, sempre com horário para iniciar e para acabar fixado.

³⁴² IDEM, p. 245.

³⁴³ Correio da Pedra, 02 de julho de 1922, p. 2. Comentários sobre o desenrolar da partida iniciada no sábado à tarde, porém concluída apenas no domingo à tarde, pois a bola furou antes do “match” no sábado. Observa-se a utilização de muitas expressões de origem inglesa, tais como, “*referee, goal keeper, shoot, half-time, half back, off side*”.

³⁴⁴ MELO apud MELLO, 1988, p. 96.

O rinqe de patinação e o carrossel eram instrumentos complementares a educação das crianças e dos jovens, somente acessível àqueles que tirassem boas notas na escola e não aprontassem nenhuma “traquinagem”. Aos jovens eram impostas normas de dencência: “Ao rinqe, nos domingos, só é permitido ir vestido decentemente e de gravata. Patina-se e dança-se com orquestra. Toda a gente vai-se divertir ali. É o ponto de rendez-vous geral”.³⁴⁵

Além do lazer regrado a fábrica também se preocupava com a saúde dos seus trabalhadores. A fábrica disponibilizava assistência médica e medicamentos. Para esses serviços era descontada semanalmente uma quantia nos salários dos operários. Essa quota era somada ao dinheiro das multas. Contudo, salientou Mário Melo, que “a cota operária representa apenas um auxílio, pois, somente o ordenado do médico monta um conto de réis”.³⁴⁶

Hildebrando Menezes sugestiona que o médico e a fârmacia tenha contribuido bastante para o crescimento demográfico da localidade e dos municípios limítrofes. O médico e a farmácia da Pedra eram ponto de convergência dos doente sertanejos. De modo que a Pedra passou a ser referência para os sertanejos carentes de trabalho e de saúde.³⁴⁷ Por outro lado, o fato de dispor de médico e remédios funcionava como elemento inibidor caso algum operário procurasse justificar uma possível falta ao trabalho alegando problemas de saúde.

Enfim, no núcleo fabril da Pedra tudo foi pensado e preparado para que todos os que ali residessem se integrassem ao processo produtivo. A aplicação de jornada de trabalho de oito horas, a obrigatoriedade da educação, o estímulo às práticas de “prazeres honestos”, dentre outros aspectos, visavam prioritariamente formar operários produtivos e obedientes.

³⁴⁵ CHATEAUBRIAND, Assis. Uma resposta a Canudos. Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1917, p. 3.

³⁴⁶ MELO apud Mello, 1988, p. 97.

³⁴⁷ MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966, p. 102.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seca de 1877, que assolou grande parte das províncias do Norte, foi um evento catastrófico. Milhares de pessoas morreram vítimas de fome ou doenças epidêmicas. Os rebanhos bovinos foram dizimados devido à falta de água e pastagem para se alimentar. A economia regional desorganizou-se completamente, instalou-se em larga escala a fome, o êxodo rural, a violência, a prostituição e a agiotagem.

Multidões emigraram dos seus habitats buscando socorros em outras regiões. É ponto passivo que a província do Ceará foi a mais afeta. Contudo, todas as províncias do Norte sofreram os efeitos do devastador cataclismo, a província de Alagoas, por exemplo, teve boa parte do seu território ocupado por emigrantes que andavam centenas de quilômetros até as margens do Rio São Francisco em busca de socorro. Existe uma farta documentação de natureza oficial (relatórios, ofícios, telegramas) produzida pelas autoridades políticas, além de diversas reportagens em jornais locais descrevendo à situação. Em vários municípios alagoanos foram instaladas comissões de socorros públicos, privilegiou-se as localidades onde havia navegação comercial, isso por nestes lugares o socorro era mais ágil.

Na tentativa de amenizar a situação criou-se por decreto a Colônia São Francisco, no município de Porto Real do Colégio, para abrigar os retirantes da seca que não para de chegar a Alagoas. Mas a colônia não era consenso, pois muitos entendiam que os milhares de emigrantes que aqui chegaram poderiam emprega-se na construção de uma via férrea havia sido projetada quase uma década, as parte navegáveis do São Francisco.

A utilização da força de trabalho dos retirantes foi fundamental para construção da ferrovia Paulo Afonso, sem ela obra não teria sido levada adiante isso porque a legislação brasileira proibia a utilização de mão de obra servil na construção das estradas de ferro no País.

A despeito da vinda de Delmiro Gouveia para Alagoas, chegamos à conclusão de que o que o motivou a sair do Recife para o sertão alagoano foram às vantagens econômicas oferecidas pela oligarquia Malta, que vão desde isenções de impostos sobre as exportações de couros e peles a concessões públicas, inclusive para montagem da Usina de Anguinhos e a Fábrica da Pedra, realizações feitas uma década depois sua chegada ao território, ressalta-se

que as informações temos é de que Delmiro tenha ao sertão alagoano falido, o que nos induz a pensar que foi aqui esse recompôs seu capital.

No tocante a organização do núcleo fabril, relatado como ambiente harmônico, de paz, trabalho e progresso, um verdadeiro “oásis no deserto” trata-se de uma ideia falsa, trata-se discursos de verve classistas e estereotipados que se negam em enxergar a contradição inerente ao modo de produção capitalista entre trabalho e capital.

Embora, no núcleo da Pedra fosse promovido e incentivado o ensino escolar, a prática de esporte, a disponibilização de assistência médica e habitações higiênicas, tudo isso era pensado para favorecer exclusivamente a produção de mercadorias. Tudo no núcleo da Pedra se atrelava produção, a casa, os outros espaços dentro núcleos do funcionavam com compêndios da fábrica, até mesmo as crianças já eram admoestadas de muito jovens.

Pensamos que houve resistência por parte dos operários ao modo de viver e trabalhar do núcleo da Pedra, contudo, os limites de natureza documental não nos permitiu adentrar neste campo, quem sabe numa futura pesquisa tal limite seja superado?

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. "A República e o movimento operário em Alagoas (A rendição dos filhos do trabalho)" Anais do Simpósio de cem anos da República." Anais dos Cem anos da República (1990): p. 38-59.
- . **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. "Índio, capital e terra: o aldeamento do Urucu." Almeida, Luiz Sávio de, José Carlos da Silva Lima e José dos Santos Oliveira. **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013. p. 447.
- ALVES, Sérgio. "Empreendedorismo pioneiro e inovação organizacional no limiar do século XX: uma análise do legado de Delmiro Gouveia." DIÓGENES, Eliseu, Sérgio ALVES e Davi Roberto Bandeira da SILVA. **Delmiro Gouveia entre o mito e a realidade: seus empreendimentos e sua contextualidade no tempo e no espaço**. Maceió: EDUFAL, 2014. p. 177-215.
- AMADO, Janaína. "Região, Sertão, Nação." **Estudos Históricos**, 1995. p. 141-145.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec IPESPE, 1995.
- . Estado, capital e industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática S.A, 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de. "Sertão ou sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha." SILVA, José Borzacchiello da, Eustógio Wanderley Correia DANTAS e Antônio Jeovah de Andrade MEIRELES. **Litoral e sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p.13 - 22.
- ARIAS NETO, José Miguel. "Econômica cafeeira, urbanização e industrialização." Ferreira, Jorge e Lucila de Almeida Neves Delgado. **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 6ª. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 191-229.
- ARISTARCHO. "Cidade de Pão de Assucar, 26 de Dezembro de 1877." **Jornal do Penedo** 10 de Janeiro de 1878: p.1-4.
- AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. "Geografia histórica no contexto tradicional das primeiras iniciativas industriais da região de Paulo Afonso-BA." Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE 5 (2011): p. 100-114.

BACELAR, Jonildo. Bombardeio de Salvador em 1912. 14 de janeiro de 2015. 30 de 03 de 2015 <<http://www.historia-brasil.com/bahia/bombardeio-salvador.htm>>.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Os paradigmas revolucionários**. 2ª. Vol. III. Petropolis: Vozes, 2011.

BATALHA, Claudio Henrique M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva.” Ferreira, Jorge e Lucila de Almeida Neves Delgado. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 6ª. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.161-189.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Estrada de ferro Paulo Afonso: sua origem**. Paulo Afonso: Graftech, 2007.

BRANDÃO, Moreno. “O fundador obscuro de uma localidade futura.” **Correio Paulistano** 02 de Maio de 1930: p. 1-14.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919).” *Revista Mundos do Trabalho* 3 (2011): 176-193.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930) Texto e Contexto*. 3ª. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.” **Dados** 40.2, 1997.p. 1-15.

CASTRO, Josué de. “A descoberta da fome.” Castro, Anna Maria de. **Fome: um tema proibido - últimos escritos de Jossué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

— **Geografia da fome**. 5ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAVALCANTI, Flávio R. Centro-Oeste. Agosto de 2000. 10 de Setembro de 2014 <<http://doc.brazilia.jor.br/Documentacao-historica.shtml>>.

CERTAEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes de Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2ª. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. “Delmiro Gouveia: a construção de um mito.” **Cadernos de Estudos Sociais** 12, 1996. p. 25-62.

— **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudanças - a industrialização açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ESTRADA, José Wilson Márquez. **“Modernización sobre Rieles. El Ferrocarril de Barranquilla y el Tranvía Eléctrico de Medellín. Dos Obras de Gran Impacto en el Proceso de Construcción de Ciudad: 1870-1955.”** Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano (2011): 126-169.

FARIAS, Aírton de. **Delmiro Gouveia**. Fortaleza: Edições Demócrito, 2001.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, IMESP, 2000.

FRANCO MELLO, Manoel de. “Navegação do Rio S. Francisco.” **Correio Mercantil** 29 de Maio de 1863. p. 02.

GARCIA, Carlos. **O que é nordeste brasileiro?** São Paulo: Coleção primeiros passos, 1999.

GEREIS, Maria da Guia S. **Industrialização no Nordeste (1880-1920)**. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

GONÇALVES, Alberto Cosme. **Delmiro Gouveia: Era uma vez no Sertão... 2ª**. Ribeirão Preto: sn, 2013.

GUNN, Philip e Telma de Barros CORREIA. “A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais.” R. B. **Estudos urbanos e regionais** 7.1. 2005. p. 17-53.

HARDMAN, Francisco Foot e Victor LEONARDI. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática S.A., 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era da Revoluções, 1789-1848**. 25ª. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

— . **A era do Impérios, 1875-1914**. 13ª. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

— . **Mundos do trabalho: novos estudos sobre o operariado**. Trads. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

— . **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade**. 6ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KARNAL, Leandro e Flávia Galli TATSCH. “Documento e História: A memória evanescente.” PINSKY, Carla Bassanezi e Tania Regina LUCA. **O Historiador e suas fontes**. 1. São Paulo: Contexto, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Golbery Luiz. “Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos.” Ténorio, Douglas Apratto e Golbery Luiz Lessa. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013. p. 97-184.

LEVINE, Robert. “Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937.” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 58 - 171.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Delmiro Gouveia: O Mauá do Sertão alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura / Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Coleção Vidas e Memórias), 1983.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia aramada - rebelião de pobres nas matas do Tombo Real**. Maceió: Edufal, 2005.

— . **O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira (FAP), 2011.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília/São Paulo: Marco Zero/EDUNB, 1988.

LUCA, Tania Regina de. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.” Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3ª. São Paulo: Contexto, 2011. 111-153.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

— . **Operários em movimento: documentos para história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)**. Maceió: EDUFAL, 2007.

— . **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MARCOVITCH, Jacques. “Delmiro Gouveia.” MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: EDUSP, 2012. p. 125-158.

MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MARX, Karl e Friedrich ENGELS. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach - A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista). Trad. Frank MÜLLER. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl e Friedrich Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio SCHNEIDER. São Paulo: Boitempo, 2011.

- . **O Capital**. Trad. Gabriel Deville. Bauru: EDIPRO, 2008.
- . **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “Delmiro Gouveia e as alternativas para o desenvolvimento da região do São Francisco.” Sá, Antônio Fernando de Araújo e Vanessa Maria Brasil. **Rio sem histórias? leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPESSE, 2005. 241-259.
- . “O coronel dos coronéis.” **Revista de História**, 2006. p. 1-4.
- . **O Senhor da pedra: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980)**. Recife: (Tese de Doutorado em História) UFPE, 2008.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Delmiro Gouveia: desenvolvimento com impulso de preservação ambiental**. 2ª. Recife: Chesf, Fundaj - Massangana, 1998.
- MENEZES, Hildebrando. **Delmiro Gouveia: vida e morte**. Rio de Janeiro: Quipapá, 1966.
- MENEZES, Olympio de. **Itinerário de Delmiro Gouveia**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963.
- MIRANDA, Luiz Francisco de Albuquerque de. “O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX.” *História* 28. 2009. p. 621-643.
- NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. Maceió: Viva Editora, 2013.
- NEVES, Frederico de Castro. “**"Os desbriamentos" e "perversão": olhares ilustrados sobre os retirantes na seca de 1877.**” *Projeto História* 27 (2003): 167-189.
- . “A "capital de um pavoroso reino": Fortaleza e a seca de 1877.” **Tempo**. 2000. p. 93-111.
- OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. “Nos trilhos da história de Piranhas: um ensaio sobre a Estrada de Ferro Paulo Afonso.” Araújo Sá, Antônio Fernando de e Vanessa Maria Brasil. **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPESSE, 2005. 260.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Eligia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OTTONI, Teóphilo. “Estrada de ferro D. Pedro II.” **A Actualidade** 27 de abril de 1863, p. 2.
- PEQUENO, Antonio Luiz Alvares. “Ceará.” **O Monitor** 09 de 10 de 1877, p. 1.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “O Coronelismo numa interpretação sociológica.” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 172 - 212.

PEREIRA, Flávia Borges. **Salvações no Nordeste: Política e Participação Popular**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RAGO, Margareth Luzia. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REZENDE, Antonio Paulo. **A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)**. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1987.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia: O pioneiro de Paulo Afonso**. 2ª. Maceió, 1963.

SALDANHA, Alberto, et al. **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia 1917-1994**. Recife: Chesf, 1996.

— . **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e Alcool - Museu do Açúcar, 1970.

— . **Pequena História de Delmiro Gouveia, o "Rei do Sertão"**. Maceió: Coleção - NOVAS ALAGOAS - 2 - Imprensa Oficial, 1961.

SARNO, Geraldo. **Cadernos do sertão**. Salvador: Núcleo de Cinema e Audiovisual, NAU, 2006.

SILVA, Davi Roberto Bandeira da. **A construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso: Fotografia e História**. Maceió: IHGAL, 2012.

SILVA, Davi Roberto Bandeira da. “A Usina de Angiquinho - o legado de empreendimento pioneiro.” DIÓGENES, Eliseu, Sérgio ALVES e Davi Roberto Bandeira da SILVA. **Delmiro Gouveia entre o mito e a realidade: seus empreendimentos e sua contextualidade no tempo e no espaço**. Maceió: EDUFAL, 2014. p. 217-294.

— . **Ousadia no Nordeste: a saga empreendedora de Delmiro Gouveia**. Maceió: FIEA, GIJS, 2007.

SILVA, Fabiana Mariano da e Jayme Lustosa ALTAVILA. “**Catálogo de Documentos do Instituto Histórico e Geográfico**.” Maceio: Imprensa Oficial e Gráfica Graciliano Ramos, 2008. 512.

SILVA, Kalina Vanderlei e Henrique Maciel SILVA. **Dicionários de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930).” CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª. 8 vols. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 378-429.

SODRÉ, Nélon Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Política e seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: (Doutorado em História Econômica) - USP, 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD Livros, 1996.

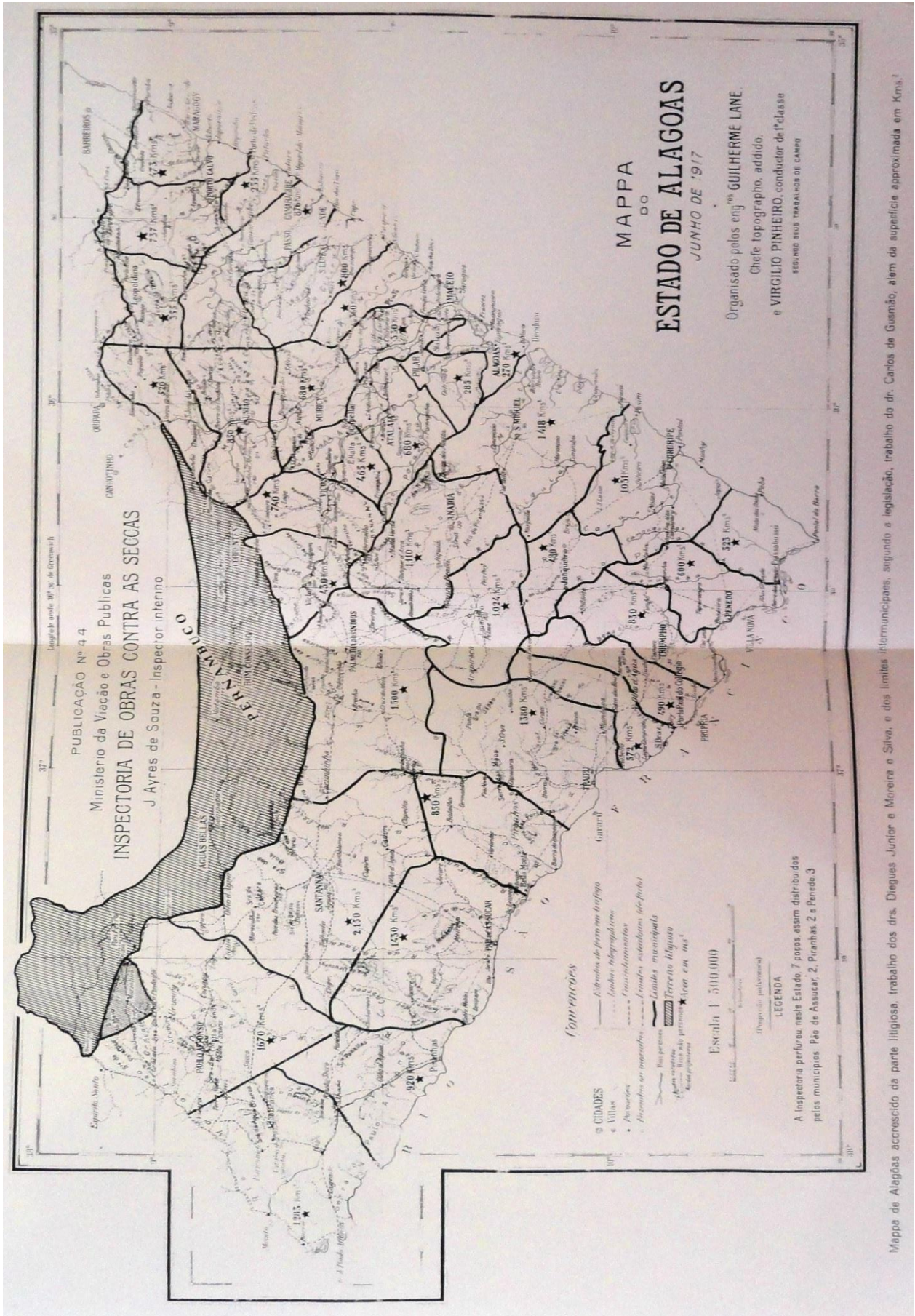
— . **Metamorfoses das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009.

THOMPSON, Edward P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.” **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 267 - 304.

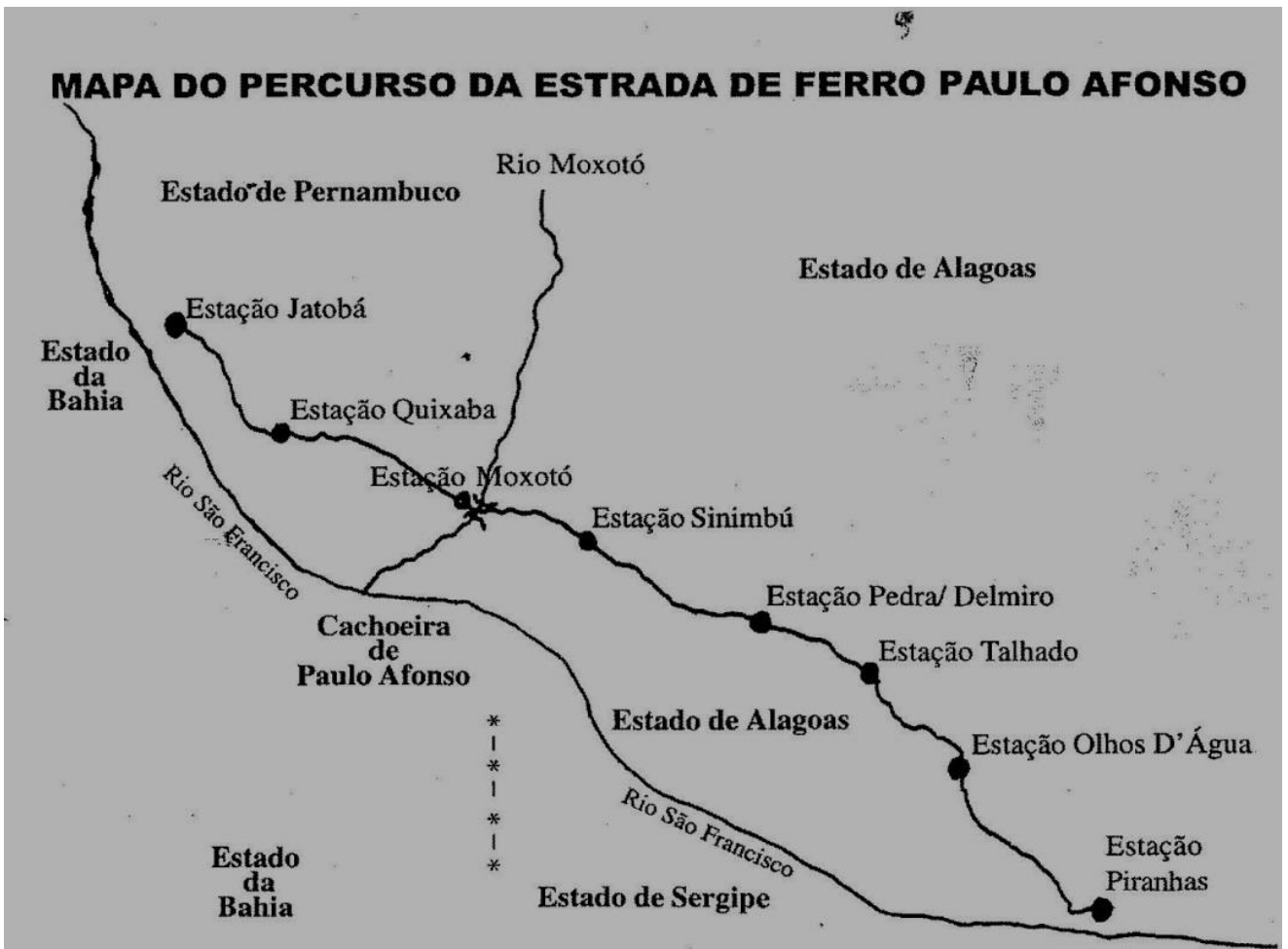
VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - Mapas

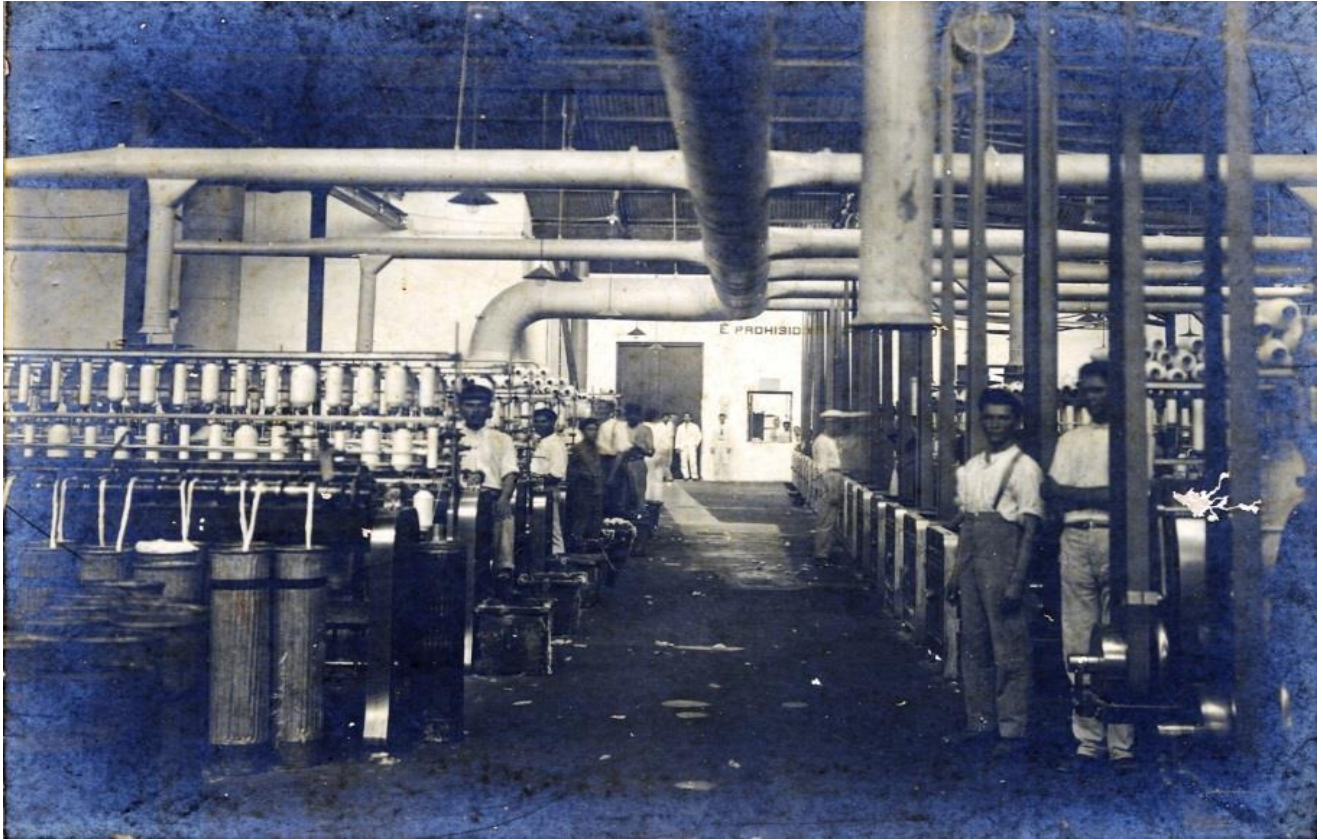


Mapa de Alagoas acessado da parte iligiosa. trabalho dos drs. Diegues Junior e Moreira e Silva, e dos limites intermunicipais, segundo a legislação, trabalho do dr. Carlos de Guimarães, alem da superficie aproximada em Kms.



ANEXO B - Fotografias







ANEXO C - Fontes e bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Ofício de 22 de março de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mar. 1878. 38F. (doc. 00900-12-01-07).

Telegrama, nº 223, Maceió, 26 de abril de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 30 Abr. 1878. 135F. (doc. 00901-12-01-08).

Ofício, de 3 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01)

Telegrama, 8 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01).

Ofício, 14 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01).

Ata da instalação da Colônia São Francisco. Porto Real do Colégio. 23 de maio de 1878. 0F2. (doc. 00904-12-02-02).

Telegrama, 24 de maio de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Mai. 1878. 120F. (doc. 00903-12-02-01).

Ofício, de 1 de agosto de 1878. “Comissão Central de Socorros aos Flagelados da Seca da Vila das Alagoas. Várias correspondências recebidas pela referida Comissão. 01 a 31 Ago. 1878. 68F. (doc. 00916-12-03-02).

Lista dos retirantes que embarcaram no vapor Gonçalves Martins no dia 19 de Julho de 1878. (doc. nº 00907 12-02-05).

Lista dos retirantes que embarcaram no vapor Conde Edu no dia 20 de Julho de 1878. (doc. nº 00907 12-02-05)

Colônia de São Francisco. Relatório comunicando a eliminação de vários colonos. Porto Real do Colégio, 17 de novembro de 1878. 08F. (doc. 00925-12-03-11).

Arquivo Público de Alagoas

Quadro de retirantes socorridos pela administração superior da Estrada de Ferro de Paulo Afonso no período de 26 de Julho de 1878 a 29 de Fevereiro de 1880. EFPA, (Cx. 2217).

Relatório dos trabalhos da Estrada de Ferro de Paulo Afonso – 1881, EFPA, 1878/1890. (Cx. 2217).

Ofício nº 7 de 21 de fevereiro de 1879. EFPA, (Cx. 2217).

Documento nº 4 de 22 de fevereiro de 1879. EFPA, (Cx. 2217).

Estrada de Ferro Paulo Affonso. Piranhas, Escritório Geral em 6 de setembro de 1880. EFPA, (Cx. 2217).

Estrada de Ferro Paulo Affonso. Piranhas, Escritório Geral em 11 de fevereiro de 1879. EFPA, (Cx. 2217).

Nota de alguns trabalhadores que vieram do Rio de Janeiro. Está conforme às folhas de pagamento do mês de janeiro de 1879, elaborada pelo Secretário Manoel do N. Alves Linhares, EFPA, (Cx. 2217).

FONTES IMPRESSAS

Periódicos

CORREIO MERCANTIL – 1863.

A ACTUALIDADE – 1863.

O PÃO D'ÁSSUCAR - 1877.

JORNAL DO PENEDO – 1877; 1878.

O MONITOR – 1877.

JORNAL DO RECIFE – 1898;1899; 1900; 1912

JORNAL DO POVO – 1899.

A NOTÍCIA (Rio de Janeiro) – 1899.

GAZETA DE NOTÍCIAS (Recife) 1899.

JORNAL PEQUENO – 1900; 1909.

A PROVÍNCIA – 1900; 1901; 1902; 1914.

GUTENBERG (Maceió) - 1907;1908;1909.

A TRIBUNA (Rio de Janeiro) – 1911.

JORNAL DE ALAGOAS – 1911; 1914; 1915; 1918; 1923;1925.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO – 1916;1917.

A SEMANA SOCIAL – 1917.

TRIBUNA DO POVO (Recife) – 1918.

CORREIO DA PEDRA – 1922; 1923; 1925; 1927.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS – 1939.

Almanaques

(Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1878, contratado por Amintas & Filho (sétimo ano). Maceió. Typographia Social, 1878.

Almanak Administrativo Estado de Alagoas para o ano de 1891, Editor proprietário Antonio Alves. (ano XX) Maceió. [ilegível], 1891.

Falas, Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Província e Governadores de Estado

RELATÓRIO lido perante a Assembléia Legislativa da Província das Alagoas no ato de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma Exm. sr.dr. José Bento da Cunha Figueredo Júnior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870.

RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da Província das Alagoas, passou a administração da mesma Província o Sr. Dr. Thomaz do Bonfim Espíndola, 1º Vice-Presidente. Em 11 de março de 1878. Maceió: Typ. do Liberal, 1878.

FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província instalou a 1ª Sessão Ordinária da 22ª Legislatura Provincial das Alagoas em 16 de abril de 1878. Maceió: Typographia do Liberal, 1878.

FALLA com que Cincinato Pinto da Silva Presidente da Província instalou a 2ª sessão ordinária da 22ª Legislatura Provincial das Alagoas em 30 de abril de 1879. Maceió: [RASURADO, rasurado].

RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. José Torquato de A. Barros, 2º Vice-Presidente passou a administração da Província das Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de C. S. Brandão Presidente

da mesma Província Afim de tomar assento na Câm dos Deputados, 26 de novembro de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1879.

RELATÓRIO com que ao Exm. Sr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva Presidente da Província entregou a Administração ao Sr. Dr. José Torquato de Araujo Barros 2º Vice-Presidente em 28 de dezembro de 1879. Maceió: Typ. Liberal, 1879.

Leis, decretos e demais atos legais

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1878. TOMO XLI. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Autoriza os estudos definitivos e construção da estrada de ferro Paulo Afonso, nas Províncias de Alagoas e Pernambuco. Instruções a que se refere a Portaria de 19 de Junho de 1878. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

ESTADO DE ALAGOAS. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado de Alagoas, pelo Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. Francisco Pontes de Miranda, no dia 30 de março de 1907. Maceió: Typografia e Papelaria de Tavares Irmão & Cia., 1907.

ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Alagoas, no dia 15 de abril de 1916, pelo Governador do Estado, Dr. João Batista Accioly Junior. Maceió: Typ. A Vapor da Casa Ramalho, 1916.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE ALAGOAS promulgados em 1910. Maceió: Typ. Vapor do livro comercial, 1913.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE ALAGOAS promulgados em 1914. Maceió: Typ. A Vapor da Casa Ramalho, 1920.

Obras literárias

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. 3ª. São Paulo: Martin Claret, 2010.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Versão em e-book. São Paulo: José Olympio, 1984.

LIMA, Pedro Motta. **Fábrica da Pedra**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2013.

Outras fontes impressas

MARROQUIM, Adalberto Afonso. **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglione & Strini. Succ E Loescher, 1922.

SANTOS, Adolpho. “**Delmiro Gouveia: depoimento para um estudo biográfico.**” Revista do Arquivo Público de Pernambuco, 1994.

PEARSE, Arno. **Brazilian Cotton.** Manchester: Taylor Garnett Evans & Co, 1921.

Websites

<www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00> Acesso em 28 jan. 2015.

<www.recife.pe.gov.br/pr/galeria/> Acesso em 03 de fev. 2015.

<www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csub/mercados.html> Acesso em: 11 de fev. 2015.

<doc.brazilia.jor.br/Documentacao-historica.shtml> Acesso em 10 de set. de 2014.

<<http://www.usp.br/pioneiros/n/apoio.php>> Acesso em 10 de abr. 2014.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL641.htm> Acesso em 18 out. 2014.